

DRAFT

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM DEZ DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO** -----

----- **ATA NÚMERO VINTE E NOVE** -----

----- Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos: vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em Exercício e Segunda Secretária. ----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José António Barbosa Borges, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria Cristina da Fonseca Ataíde Castel-Branco A. Júdice, Maria do Carmo do Amaral Cabral da Câmara Pereira Munoz, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano

## DRAFT

Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Luis Duarte de Albuquerque Carreira, Susana Maria da Costa Guimarães, Pedro Miguel Tadeu Costa, Natacha Machado Amaro, José Manuel Marques Casimiro, Catarina Canongia de Alpoim de Gouveia Homem, João Miguel Estrompa de Almeida, Ameetkumar Subhaschandra e Nuno Miguel Mendes Firmo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Cardoso Alves e Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pela substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- Fernando Manuel Moreno D'Eça Braamcamp (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Areeiro, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Ameetkumar Subhaschandra. -----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Nuno Firmo. -

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Natacha Amaro. -----

----- Beatriz Gomes Dias (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Casimiro.-----

----- José Alberto Franco (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Catarina Homem. -----

----- António Avelãs (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Almeida. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente Fernando Medina e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Catarina Vaz Pinto, Paula Marques, Ricardo Robles e Miguel Gaspar. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Maria da Conceição Zagalo, João Pedro Abreu Costa, Orísia Roque, Nuno Rocha e Carlos Moura.-----

## DRAFT

----- Às quinze horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente em Exercício da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, agradecia que se sentassem, aqueles que ainda não assinaram a Folha de Presença também agradecíamos que o fizessem, os Senhores e Senhoras assessoras que saíssem do recinto ocupado pelos Senhores Deputados, pelo menos nessa parcela. -----

----- Nós vamos dar início aos nossos Trabalhos, temos uma agenda longa e tivemos vários pedidos de inscrição de munícipes a título individual e também representantes de Associações para usar da palavra e fui informado pelos Serviços que também houve aqui um problema com o sistema informático e, portanto, nós temos contrariamente ao que é habitual nove munícipes inscritos para usar da palavra.-----

----- Colocava-se essa questão de o nosso Regimento de só admitir cinco e, portanto, nós vamos dar a palavra aos nove munícipes, mas vamos dar dois minutos a cada um e eu vou ser rigoroso naquilo que é o controlo do tempo e depois, naturalmente que se algum dos munícipes inscritos tiver documentação pode cá deixar que ela ficará logo transcrita na Ata e fazendo parte integrante a Ata, e para a semana também temos inscrições por parte do Público, mas, como tínhamos cá muita gente, achámos que esta era a melhor opção.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Assessores, eu gostava que tivessem respeito pelos munícipes que vão começar a usar da palavra que fizessem silêncio e que se sentassem. -----

----- Vamos dar a palavra ao Senhor Carlos Alberto Neves, o tema tem a ver com a habitação. Pode dirigir-se ao púlpito, onde tem o microfone e tem dois minutos, mas se tiver documentação podemos ficar com ela e será integralmente transcrita.” -----

----- **O Munícipe, Senhor Carlos Alberto Neves,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Chamo-me Carlos Alberto Neves, moro na Praça Doutor Fernando Amado, lote 572- 7A em Marvila.*-----

----- *Venho por este meio pedir ajuda, sou pobre, não tenho dinheiro, tiraram-me a chave da porta principal, eu sou sem-abrigo, meses a entrar e sair pela janela, até dormir na rua. Obrigado.*” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, agradecia, se pudesse deixar mais alguns dados junto dos nossos Serviços. Não trouxe mais nada? Então se calhar o que eu lhe aconselhava era que procurasse articular aqui que os Serviços para poder ser recebido por uma Assessora do Gabinete da Presidência, que acompanha as matérias da habitação, para

## DRAFT

vermos o que é que podemos conhecer mais do seu processo e no que é que podemos ajudar. Muito obrigado pelo cumprimento do tempo. -----

----- Temos um segundo munícipe inscrito, que é o Senhor Nuno Ennes e o tema de que nos vai falar tem a ver com a Avenida das Forças Armadas e com o trânsito que está também nessa via e, naturalmente, o mesmo apelo, dois minutos, mas toda a documentação que tiver pode cá deixar que será integralmente transcrita para a Ata e para a documentação que depois segue para a Câmara Municipal.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Assessores, já começa a ser um bocadinho cansativo estar-vos a pedir silêncio, em respeito e atenção aos munícipes que estão a usar da palavra, já é a quarta vez que eu vos peço silêncio, portanto, agradecia que começássemos os nossos Trabalhos com esse silêncio e respeito pelos Munícipes, que se deslocaram até nós para usar da palavra, para exporem os seus problemas e que esperam ser ouvidos pelas Senhoras e pelos Senhores Deputados. -----

----- Tem a palavra Senhor Nuno Ennes.”-----

----- **O Munícipe, Senhor Nuno Ennes**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

----- “*Senhor Presidente, muito obrigado.* -----

----- *Eu vou procurar ser muito breve, aliás, vou ser muito breve, à imagem do Senhor que me antecedeu.* -----

----- *A questão que me traz é o trânsito na Avenida das Forças Armadas, mas mais do que isso, o trânsito em geral naquela zona e o que resultará da Operação Integrada de Entrecampos e a questão está no impacto que terá a Operação Integrada de Entrecampos.* -----

----- *Eu agradeço ao senhor Presidente os dois minutos que me deu para me manifestar, são dois minutos que me dá a mim pessoalmente, mas também a muitos moradores daquela zona e ainda a muitos lisboetas, para se manifestarem relativamente àquela operação. Agradeço ao Senhor Presidente e gostaria de o poder fazer também à Câmara Municipal de Lisboa, a verdade é que a Câmara Municipal de Lisboa não quis ouvir os lisboetas e os moradores daquela zona relativamente à Operação Integrada de Entrecampos, é uma coisa que lamentamos!* -----

----- *Esse é um dos motivos da Petição que eu venho aqui entregar ao Senhor Presidente, é um dos motivos, não é o único motivo! Com isto não me estendo mais e vou apenas pegar numa nota importante, embora esteja em nota de rodapé e em letras bem pequeninas, na documentação que foi publicada pela Câmara e onde esta diz relativamente à Operação Integrada de Entrecampos “que a documentação que disponibilizou, para efeitos de discussão pública, pode ser objeto de alterações posteriores e assim a informação contida nesta documentação tem natureza meramente indicativa, que não vincula o Município de Lisboa, pelo que este não se responsabiliza por prejuízos ou danos que possam direta ou indiretamente decorrer da sua utilização”.* -----

----- *Pois nós, Senhor Presidente, moradores daquela zona e lisboetas de uma maneira geral, dizemos com toda a abertura, com toda a transparência, ao contrário da Câmara Municipal de Lisboa, que estamos vinculados ao conteúdo desta Petição,*

DRAFT

*cujo estudo pedimos a Vossa Excelência bem como aos Partidos representados na Assembleia Municipal. Muito obrigado.”*-----

----- (O Município entregou uma Petição que foi anexada a esta Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, será certamente recebida.-----

----- Pode entregar aqui à Senhora 2ª Secretária, será dada a entrada nos Serviços. Muito obrigado. -----

----- Temos um terceiro município, que é o senhor Manuel Silva e o tema que nos traz é o estacionamento em Telheiras. -----

----- Senhor Manuel Silva, dois minutos também.”-----

----- **O Município, Senhor Manuel Silva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

----- “Boa tarde a todos. Obrigado por poder estar aqui. -----

----- *Telheiras vai ter estacionamento tarifado, vai ter parquímetros, foi anunciado como tal. Os moradores de Telheiras sabendo o que tem ocorrido em freguesias vizinhas propõem, eu não estou a dizer “exigem”, a menos que nos peçam para tal. ---*

----- *Primeiro, a contagem das necessidades de estacionamento, os moradores podem colaborar, os moradores podem fazer trabalho de casa. -----*

----- *Criação pela EMEL de lugares suficientes para todos os moradores. -----*

----- *Unificação das zonas 14 O e 14 L, está ali no slide, aquilo ali é Telheiras, vê-se mal, mas aquele é Telheiras excluindo o Parque dos Príncipes e excluindo o Alto da Faia, aquela zona está dividida em duas pela EMEL. Está projetado assim, o que os moradores propõem é a unificação daquelas zonas, porquê? Não tenho tempo para explicar aqui, mas poderei explicar mais tarde. -----*

----- *Criação de bolsas de estacionamento, com cancela, para os moradores, que estão ali identificadas. Implementação do sistema de tarifação em simultâneo em toda aquela zona. -----*

----- *Como digo são duas zonas ali unificadas numa, quem conhece Telheiras é praticamente toda Telheiras, excluindo o Alto da Faia e excluindo o Parque dos Príncipes. -----*

----- *Reposição do silo auto junto ao Interface do Campo Grande. -----*

----- *Construção de silo junto ao Colégio Mira Rio, vai receber 800 novos alunos este ano.” -----*

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Manuel Silva já atingiu o seu tempo, já percebemos, naturalmente, que tem mais para nos dizer e que tem aí documentação. Nós vamos admitir essa documentação, tudo aquilo que tinha para nos dizer vai ser integralmente transcrito na Ata e nós não só vamos enviar para a Câmara Municipal, como também vamos dar conhecimento aos Grupos Municipais e vamos remeter o tema para a Comissão Permanente competente da Assembleia Municipal. Muito obrigado. -----

## DRAFT

----- O próximo orador inscrito, que tem estado muitas vezes presente no período do público é o Senhor José António Marin. -----

----- Senhor José António, também 2 minutos, Senhor José António é assim, tem que tem fazer a síntese, também a Assembleia já conhece o seu tema, já lhe foram propostas reuniões pela Senhora Vereadora Paula Marques.” -----

----- **O Município, Senhor José António Marin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Conhecem o meu problema, é assim, enviaram uma carta ao Vereador Carlos Moura a dizer que está tudo normal no prédio! Vejam a normalidade!-----*

----- *A Câmara continua com soluções, pode tomar posse do prédio, pode fazer tudo e mais alguma coisa! Estão a vender às frações, podem comprar as frações, para resolver o meu problema, isto não são soluções, isto não é nada, isto que aqui está! ---*

----- *Eu vou abreviar mas dois minutos não dão para nada, é uma vergonha! E dizem que está tudo normal! Isto é normal?-----*

----- *Não vale a pena usar os dois minutos! Dizem que eu estou sempre a intervir, que venho aqui todas as terças-feiras, na última Sessão de Câmara até o Senhor Vereador do PSD e do CDS pugnaram para que nós falássemos, seja lá pelo que for, pugnaram para que nós falássemos. -----*

----- *Os Vereadores da esquerda incentivam-nos a falar! E é depois assim, estão sempre a cortar a palavra...”-----*

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Senhor José António, aqui ninguém lhe tirou a palavra e o Senhor José António escusa de estar a gritar e ser mal-educado, porque senão eu assumo e não lhe dou mesmo a palavra! -----*

----- *É que o Senhor José António tem-se inscrito todas as vezes, nós só temos cinco inscrições e é por causa disso mesmo que eu admiti hoje nove inscrições do Público, porque não acho que o Senhor deva estar todas as vezes a ocupar o Período do Público, quando temos muitas Associações.-----*

----- *Muito bem, Senhor José António, já usou os seus dois minutos! Senhor José António não me obrigue a chamar a polícia para o retirar do palco, eu não lhe tirei a palavra, eu dei-lhe a palavra, pedi-lhe apenas a compreensão porque como tem estado todas as vezes cá e vamos ter Período do Público para a próxima semana, temos oito pessoas inscritas e temos associações inscritas, que eu admiti exatamente porque já temos tido várias pessoas inscritas e em falta e têm tanto o direito de apresentarem os seus problemas como o Senhor José António Marin, que já apresentou uma Petição, no último mês já falou quatro vezes no público...”-----*

----- **O Município, Senhor José António Marin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Mas não resolveram nada, eu estou a sofrer um despejo virtual! Isto que aqui está...”-----*

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

DRAFT

----- “Pode ter toda a razão mas a Senhora Vereadora Paula Marques já se disponibilizou.” -----

----- **O Município, Senhor José António Marin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Não é com a Senhora Vereadora Paula Marques! O que fazer é intervir...*” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor José António, quer sair do público ou eu tenho que lhe retirar a palavra?” -----

----- **O Município, Senhor José António Marin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Está bem, está a falar comigo e eu pensei que queria que eu lhe respondesse! É que é assim, não vai lá Polícia Municipal, foi lá a Brigada de Fiscalização arbórea e diz que está tudo normal....*” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor José António, olhe, quer que eu chame a polícia para o tirar do púlpito? Ou não?” -----

----- **O Município, Senhor José António Marin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Se calhar é melhor...e que fique bem com isso.*”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não, o Senhor é que pelos vistos não se sente bem! O Senhor pelos vistos é que tem falta de respeito pela Assembleia! -----

----- Sim, sim, muito bem Senhor Deputado!...-----

----- Vamos dar a palavra à Senhora Dona Ana Duarte Pereira, que quer falar sobre uma Recomendação apresentada pelo PAN, “Fim das touradas na Praça de touros do Campo Pequeno”. Dona Ana Pereira, tem a palavra, faça favor.” -----

----- **A Município, Senhora Ana Duarte Pereira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Membros da Mesa, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Deputados Municipais, demais presentes. -----*

----- *Muito boa-tarde, o meu nome é Ana Duarte Pereira e sou a Coordenadora do Núcleo de Lisboa da Animais de Rua. -----*

----- *Trabalho de maneira muito próxima com o Município de Lisboa, que considero um exemplo de proteção e bem-estar animal, é um orgulho enorme trabalhar com o Doutora Marta Vieira, que trouxe a CAL, daquilo que nós todos conhecemos, que era o Canil Municipal para um espaço que hoje é um prazer e um orgulho mostrar e visitar. -----*

----- *A Animais de Rua organiza muitas vezes formações e outros eventos com a Casa dos Animais de Lisboa. Ainda há bem pouco tempo organizámos uma formação internacional, com a International Cat Care, trouxemos 31 veterinários municipais de*

## DRAFT

*todo o País, de Norte a Sul e também das Ilhas, a visitar a Casa dos Animais de Lisboa, a aprender na Casa dos Animais de Lisboa e, por isso mesmo eu gostava de ver este pioneirismo estendido a outros animais, nomeadamente aos touros e aos cavalos que sofrem no Campo Pequeno muitas vezes.*-----

*----- Sinto-me bastante à vontade para falar deste tema porque cresci e vivi no coração do Ribatejo e, portanto, esta temática não é de todo para mim estranha, conheço muito bem a realidade das corridas de touros e das largadas de touros e dos campinos e dos curros e tudo mais e tenho inclusivamente inúmeros familiares e amigos aficionados e vejo a mudança acontecer, com estas pessoas que vivem no coração do Ribatejo e, por isso, mesmo gostava de ver a Câmara Municipal de Lisboa a concretizar a vontade das pessoas de Lisboa, numa mudança que eu sei que também acontece em Lisboa, porque a tradição aqui é bastante menos arreigada e, portanto, gostava muito que a Recomendação do PAN fosse aprovada e que pudéssemos todos realmente viver a Cidade de uma maneira mais ética. Muito obrigada.*-----

*----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:*-----

*----- “Muito obrigado, é uma boa conclusão e, ao mesmo tempo chegou aqui o tempo ao fim, obrigado pelo cumprimento.*-----

*----- Temos sobre o mesmo tema a inscrição da Senhora Maria Pinto Teixeira, também dois minutos para usar da palavra sobre o fim das touradas.”*-----

*----- **A Muniçipe, Senhora Maria Pinto Teixeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:*-----

*----- “Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, demais Membros da Mesa, Senhores Deputados Municipais e Vereadores.*-----

*----- Chamo-me Maria Pinto Teixeira, sou Diretora da Associação Animais de Rua, que se dedica fundamentalmente ao controle populacional de animais errantes.*-----

*----- Temos cinco Núcleos a funcionar em Portugal: Porto, Lisboa, Sintra, Faro e São Miguel e temos um protocolo, que muito nos orgulha, com a Câmara Municipal de Lisboa, através do qual já há cerca de 10 anos, temos vindo a implementar o controlo populacional dos gatos assilvestrados.*-----

*----- Está aqui o Doutor Duarte Cordeiro que não me deixa mentir! Tem sido um orgulho trabalhar com esta Câmara, são quase 10 mil animais esterilizados até ao momento e aquilo que nós gostávamos era de ver estendida a consideração dos animais de companhia, também aos touros e aos cavalos que sofrem na Arena do Campo Pequeno.*-----

*----- Lisboa tem estado na vanguarda do bem-estar animal e da Controle Animal de uma forma ética a nível nacional. Nós temos nove protocolos municipais, neste momento em Lisboa, é o nosso exemplo, é o exemplo que nós mostramos às autarquias que vêm procurar-nos para implementar Programas Sede, e nós gostávamos de relembrar as palavras do Doutor António Costa, aquando da tomada de posse da Primeira Provedora Municipal dos Animais de Lisboa, que disse que estava na hora de questionarmos tradições bárbaras, tradições desajustadas ao nosso*

## DRAFT

*tempo e achamos que este é o momento perfeito para darmos o primeiro passo nesse sentido e para abolirmos a realização de touradas na Arena do Campo Pequeno e assim darmos um passo também para acompanharmos a evolução global de valores, que existe no nosso País e no Mundo. Muito obrigada.” -----*

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pela intervenção, também pela compreensão e pelo cumprimento do tempo, que assim permite que todos os inscritos possam falar. -----

----- A próxima oradora é a Dona Elisete Andrade, na qualidade de Presidente da Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz e, portanto, vem-nos falar em nome da Associação. Também 2 minutos e se tiver documentação de suporte, ela ficará integralmente transcrita na Ata. Tem a palavra.” -----

----- **A Muniçipe, Senhora Elisete Andrade**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada a todos os presentes que vão ter a paciência de me ouvir, vou tentar ser breve. -----

----- *Por notificação da Câmara Municipal de Lisboa, nós Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz tivemos conhecimento que a nossa candidatura ao RAAML não foi aprovada. -----*

----- *Reclamámos dentro do período legalmente estabelecido de 10 dias, até hoje ainda não fomos informados do resultado da análise da reclamação. -----*

----- *Ficámos a saber que iria ser aprovado na próxima quinta-feira. As que foram aprovadas e as que não foram, portanto, o resultado. -----*

----- *Achámos estranho, será que não existe prazo para uma resposta? Se não está definido solicito que seja definido e publicitado, a candidatura apresentada ao RAAML refere-se a mais de 10 iniciativas. -----*

----- *Algumas de continuidade que resultam como é óbvio da perceção que temos de serviços necessários e a grande parte da população do Bairro, a lavandaria social a funcionar há 5 anos com instalações próprias, cedidas pela Câmara Municipal de Lisboa, permite que mais velhos e famílias tenham melhor cuidado nas suas roupas. --*

----- *A engomadoria social a funcionar há 4 anos com instalações próprias, cedidas pela Câmara Municipal de Lisboa. -----*

----- *Os pequenos serviços nas habitações a funcionar há 2 anos, em plano aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa. -----*

----- *A cantina solidária a funcionar há 3 anos, sem instalações próprias, fornecendo jantares, incluindo em feriados, desde que sejam durante a semana, e que servem de alimento para muitos idosos e sobretudo para os que estão em casa sem poderem sair, porque esses, apesar de não termos financiamento ainda estamos a dar-lhes, a levar-lhes lá comida, pagamos da nossa algibeira. -----*

----- *Também o Gabinete do Morador que, entre outros serviços acompanha todo o processo de regeneração do maior Bairro Municipal da Península Ibérica e tudo isto tem sido feito harmoniosamente por parte da Câmara Municipal de Lisboa e com a nossa dedicação em espaços próprios...” -----*

DRAFT

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dona Elisete já esgotou o seu tempo.” -----

----- **A Muniçipe, Senhora Elisete Andrade**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Já esgotei? Não, a minha grande dúvida, ainda está! Vai haver outra vez candidaturas ao RAAML? Vamos não poder fazer tudo, tudo o que foi feito com a Câmara vai por água abaixo! É só isto que eu queria dizer, percebe, é o meu medo.*”--

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Dona Elisete, pode deixar o documento que tinha escrito porque ele será integralmente terá escrito na Ata e será integralmente enviado não só para os representantes dos Grupos Municipais, mas também para a Câmara Municipal de Lisboa e certamente que que teremos informação sobre a matéria. -----

----- A próxima oradora inscrita é a Dona Filipa Duarte, do projeto Associação Crescer e, portanto, também tem 2 minutos para usar da palavra e a mesma coisa que referi à Dona Elisete Andrade, se tiver documentação ou algum discurso para ler que com o tempo é curto, mas ele será integralmente transcrito na Ata, integralmente distribuído, quer para a Câmara quer para os Grupos Municipais.”-----

----- **A Muniçipe, Senhora Filipa Duarte**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Obrigada, antes de mais obrigada para esta oportunidade de poder intervir ainda hoje.* -----

----- *Eu estou aqui a representar não só a Crescer mas também trazer voz das pessoas que frequentam este espaço, que é um drop-in denominado Espaço Âncora, que se desenvolve desde 2014 o drop- in denominado Espaço Âncora, como disse há pouco, é um espaço que está aberto das 10 às 17 horas todos os dias e que é frequentado por dezenas de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social, principalmente sem-abrigo e pessoas consumidoras de substâncias psicoativas.* -----

----- *A única forma que tem sido possível de manter este projeto é através do financiamento do RAAML.* -----

----- *A Crescer recorreu à decisão final do júri do RAAML e até agora ainda não obteve resposta, a nossa questão é como é que se pode deixar cair este projeto? Que está de acordo com todas as necessidades encontradas e confirmadas através dos diagnósticos da cidade de Lisboa, principalmente se existe uma carência acentuada de espaços, onde as pessoas que se encontram em albergues, centros de acolhimento e mesmo na rua, possam passar os seus dias num ambiente protegido, mais estruturado e em contacto com técnicos e pares, de forma a poderem desenvolver as suas competências e serem capacitados para os seus percursos de vida alternativos de inserção ou de reinserção social.*-----

----- *Neste espaço eles encontram respostas, quer ao nível das necessidades mais básicas, como iniciarem o seu dia a tomarem o pequeno-almoço, terem um espaço*

## DRAFT

*onde podem carregar os telemóveis, assim como podem ser avaliados e posteriormente encaminhados para outras estruturas de saúde e sociais.*-----

*----- A nossa questão é esta, como é que é possível fechar espaços destes em que são trabalhadas as condições de vida de uma forma digna e que as pessoas possam pensar e recolocar-se como cidadãos na sociedade? Obrigada.*-----

*----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:* -----

*----- “Muito obrigado pela intervenção e pela colaboração também na gestão do tempo e renovo o convite para se tiver documentação de suporte que queira deixar para ser transcrito na Ata e ser integralmente enviado aos Grupos Municipais e à Câmara Municipal para que possam responder agradecemos.*-----

*----- Muito bem, mas já ficou a nota. Agora vamos dar a palavra ao Senhor António Serzedelo, que também vai usar da palavra em nome da Associação Opus Gay e também sobre a matéria de projetos, candidaturas e financiamento.*-----

*----- Bem-vindo, também o mesmo comentário, como o tempo é curto, porque procurámos fazer uma gestão que toda a gente usasse da palavra, se tiver documentação de suporte, algum discurso escrito, pode deixar e ele será integralmente transcrito para a Ata e integralmente divulgado à Câmara Municipal e aos Grupos Municipais e, portanto, pode fazer bom uso destes dois minutos.”*-----

*----- **O Município, Senhor António Serzedelo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:* -----

*----- “Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, Excelentíssimo Público. Venho aqui falar-vos do que está a acontecer com as ONG agora em Lisboa estão sujeitas aos projetos RAAML e que vem decorrendo há muitos anos nesta Cidade e que têm uma curta duração de um ano, pois este ano, apesar de tudo, vimos destrutados porque de 49 projetos apresentados, só 23 foram aprovados, e de um Orçamento de 1 milhão e 500 mil euros, só 500 mil euros foram aprovados, tendo 100 mil sido entregues a uma Associação, aliás, de grande mérito, mas parece-me desproporcionado a entrega deste dinheiro.*-----

*----- Por outro lado, devo referir três questões que estão aqui em causa, a primeira é a duração por um ano destes projetos, na verdade só são aproveitados nove meses, um mês é o mês de verão, ninguém trabalha em agosto, na época do Natal há de novo um bloqueio, porque as pessoas vão para as suas festas, e por sua vez a entrega do dinheiro às instituições e às associações demora dois a três meses, portanto, se tirarmos estes três meses, mais o quarto de agosto, ficamos com oito meses, quando já estamos a produzir acaba o projeto e vai tudo pela água abaixo, o dinheiro que nós gastámos o dinheiro que a Câmara gastou.*-----

*----- Em segundo lugar, a mudança de critérios e dos júris sem aviso prévio, o que levou a que de 43 associações, só 21 delas se viram aprovadas e as equipas ficaram montadas, sem capacidade para continuar.*-----

*----- Por outro lado, também acontece que foi-nos dada possibilidade de fazer reclamações e só deram 10 dias para fazer reclamações, até hoje, ninguém soube se as suas reclamações foram aceites ou não, ou seja, também estamos impedidos de*

## DRAFT

*concorrer a outros projetos, porque corremos dois perigos, ou de ficar sem nenhum, ou depois ficar com demasiados e não temos pessoal para podermos entrar. -----*

*----- Finalmente, eu apresentei alguns projetos também aos respetivos serviços e houve veto de gaveta, 4 projetos pelo menos, estou à espera de solução e eu apresentei-os e eles eram muito importantes para a cidade de Lisboa. Muito obrigado.” -----*

*----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

*----- “Muito obrigado também pela colaboração na gestão aqui do tempo. Certamente quer a Câmara Municipal, quer os Grupos Municipais tomaram boa nota dos diferentes problemas que foram aqui colocados e toda a documentação complementar, como temos vindo a reiterar será integralmente vertida na Ata e distribuída quer à Câmara quer aos diferentes Grupos Municipais. -----*

*----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----*

*----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

*----- “ Temos um Voto de Pesar, apresentado pelo Bloco de Esquerda, é o Voto de Pesar nº. 29/02, por Ricardo Camacho, e é a Deputada Municipal Virgínia Estorninho a nossa Segunda Secretária que vai proceder à leitura do Voto de Pesar.”-----*

*----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar: -----*

*----- “No passado dia 4 de Julho faleceu Ricardo Camacho, médico e músico português. -----*

*----- Nascido na ilha da Madeira em 1954, foi fundador, produtor, teclista e compositor dos *Sétima Legião*, banda activa entre 1982 e 2000. -----*

*----- A par do seu percurso na música, formou-se em Medicina na Universidade de Lisboa. -----*

*----- Trabalhou na unidade pediátrica de transplantes de medula do Instituto Português de Oncologia e, mais tarde, dedicou-se à investigação sobre VIH e SIDA no Hospital de Egas Moniz onde dirigiu o laboratório de virologia entre 1994 e 2013. -----*

*----- Foi pioneiro na área da biologia molecular do VIH, actividade que desenvolveu no Egas Moniz em meados dos anos 1990. Este trabalho permitiu implementar os testes de carga viral para o VIH, um passo fundamental para o seguimento das pessoas infectadas pelo VIH, pois é um instrumento para verificar a progressão da infeção e a eficiência de um tratamento. -----*

*----- Mais tarde, foi pioneiro no desenvolvimento de testes de genotipagem do VIH, determinantes para a análise de resistências aos medicamentos antirretrovirais, que permitiram reformular combinações terapêuticas a muitos doentes, com ganhos de saúde incalculáveis.-----*

*----- Investigou e publicou também sobre o VIH-2, infeção menos prevalente do que o VIH-1, sobre o qual existe menos conhecimento e investimento e, em consequência, menos opções de tratamento.-----*

## DRAFT

----- Investigador do Centro de Malária e outras Doenças Tropicais no IHMT, foi também professor na Escola Superior de Ciências da Saúde e na Faculdade de Ciências Médicas, ambas em Lisboa, e na Universidade Católica no Porto. Mais recentemente trabalhou como investigador convidado no *Rega Institute for Medical Research* em Lovaina, na Bélgica. -----

----- A sua atividade científica foi apresentada em inúmeras publicações e comunicações. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 10 de julho de 2018, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

----- 1- Prestar a sua homenagem à memória de Ricardo Camacho, pela sua carreira, dedicação à causa pública e para a excelência do Serviço Nacional de Saúde, expressando as mais sentidas condolências à sua família e amigos, e fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem. -----

----- Os Deputados do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado. Vamos proceder à votação do **Voto de Pesar n.º. 29/02**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **O Voto de Pesar n.º. 29/02 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Vamos então fazer um minuto de silêncio.” -----

----- (Neste momento fez-se um minuto de silêncio pelo falecimento de Ricardo Camacho) -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos no Ponto 1 do Período da Ordem do Dia proceder à votação da Ata n.º. 16, de 27 de março de 2018.” -----

----- **PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º. 16, DE 27-03-2018;** -----

----- **Votação de Ata n.º. 16**, de 27 de março de 2018, não tem votos contra a nem de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. A **Ata n.º. 16**, de 27 de março de 2018, foi **aprovada por unanimidade.** -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata n.º 16, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 16 Sessão Extraordinária, realizada em vinte e sete de março de dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Inês Drummond (PS), José António Borges (PS), Patrocínia Vale César (S), Pedro Delgado Alves (PS), Carlos Alpoim Barbosa (PSD), Ameetkumar Subhaschandra (PSD), Nuno Mendes Firmo (PSD), Maria Cristina Júdice (CDS-PP), Maria Luisa

DRAFT

Aldim (CDS-PP), Fábio Sousa (PCP), Fernando Correia (PCP), Natacha Amaro (PCP), José Casimiro (BE), Miguel Farinha Graça (IND), Catarina Homem (IND) e João Estrompa Almeida (IND).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “ Vamos então passar ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos” -----

----- **PONTO 2 - PETIÇÃO N.º 11/2018- (SUBSCRITA PELO SENHOR PEDRO VIEIRA EM REPRESENTAÇÃO DE UM GRUPO DE CIDADÃOS) - APRECIACÃO DA PETIÇÃO N.º 11/2018 - "ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO", NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85.º DO REGIMENTO;**-----

----- **Parecer da 7ª Comissão Permanente;**-----

----- **Recomendação 028/02 (7ª CP);**-----

----- (A Petição n.º. 11/2018 fica anexada a esta Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 7ª. CP fica anexada a esta Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- (A Recomendação 028/02, da 7ª. CP, fica anexada a esta Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “O Ponto 2 da Ordem de trabalhos é a apreciação da Petição n.º. 11/2018, atribuição de topónimo, dos termos da Petição, nos termos regimentais que enquadram esta Petição e este debate. -----

----- Os Serviços tinham articulado com o representante dos Peticionários, com o Senhor Pedro Vieira, esta data e esta presença, depois ele por motivos imprevistos a nível profissional, comunicou-nos que não podia estar presente para apresentar de viva voz ao Plenário as razões da Petição, mas que mesmo assim, entendia que ela reúne condições para receber bom acolhimento por parte do Plenário e para ser debatida, esperando que a votação faça jus ao relatório da Comissão Permanente e, portanto, considerou que nós mesmo sem a sua presença podíamos proceder à apreciação deste Petição 11/2018 e fazendo referência ao Parecer da 7ª Comissão Permanente, é mesmo por aí que vamos começar, apresentando não só esse Parecer, que foi elaborado pelo Deputado Municipal Sobreda Antunes e desse Parecer foi extraída uma Recomendação, que a Recomendação 28/02, portanto, Senhor Deputado Sobreda Antunes...” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “ A Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, do PS.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhora Deputada, só para esclarecer que não tínhamos essa indicação aqui na Mesa. A Senhora Deputada vai falar na qualidade de Presidente da Comissão,

DRAFT

portanto, vai apresentar o Relatório da Comissão na vez do Deputado Sobreda Antunes, é isso?”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não, não vou apresentar na vez, vou apresentar com, vou apresentar a minha parte como Presidente da Comissão e ele apresentará o Relatório, eu sou breve!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito bem, muito bem, disso não tenho dúvidas nenhuma, oxalá todos os Deputados cumprissem o tempo como o Deputado Sobreda Antunes e a Deputada Simonetta Luz Afonso, portanto, muito bem.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Aliás, sempre foi assim, ultimamente é que os Presidentes das Comissões, quando não entendem que seja necessário, não é necessário, mas hoje entendemos que era necessário.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito bem, tem a palavra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Senhores Deputados, Público e Senhores Jornalistas, Senhores Funcionárias da Assembleia Municipal.-----

----- Foi recebida na Assembleia Municipal, em 15 de maio, e distribuída a 7ª Comissão uma Petição lançada no sentido de ser atribuído aos homens assassinados pela PIDE, no dia 25 de Abril de 74, uma melhor informação toponímica, tendo por objetivo resgatar a memória de João Arruda, Fernando Gesteiro, Fernando dos Reis e José Barnetto, entre outros.-----

----- Foi colocada uma placa em 80, junto ao Teatro São Luiz e em 2014 em virtude de uma construção de um condomínio desapareceu, mas foi reposta, mas com pouca visibilidade.-----

----- Recebemos hoje da Câmara Municipal, através da Senhora Vereadora da Cultura, a informação de que a placa tinha sido reposta e que, portanto, que não haveria necessidade de o ponto número 2 das nossas Recomendações.-----

----- Porém uma, a questão principal do Ponto número 2 é que os nomes das pessoas que foram assassinadas nessa data estão errados na placa, portanto, talvez fosse altura, de se repor os verdadeiros nomes das pessoas, o João Arruda parece José Arruda e o Fernando Gesteiro aparece Fernando Gesteira, portanto, talvez fosse altura de, de facto, corrigir esse erro.-----

----- Porém, portanto, não se justifica a abandonar o ponto número 2 das Recomendações que, aliás, foram votadas por unanimidade na 7ª Comissão.-----

## DRAFT

----- Porém, e deixarei ao Relator esta parte da nossa conversa, porém, eu gostaria, porém gostaria de deixar aqui uma lembrança sobre a necessidade de encontrar soluções na cidade, e aí apelo à criatividade da Câmara de Lisboa, das Juntas de Freguesia, da Comissão de Toponímia, que também tem que ter a sua criatividade, para encontrarmos soluções que permitam aos cidadãos e à cidade honrar os seus cidadãos ilustres e que fizeram alguma coisa por esta mesma cidade, e talvez encontrando novos suportes, novos espaços na cidade, para além dos jardins que também já foram adotados, novas fórmulas para podermos homenagear e lembrar os nossos cidadãos ilustres, dada a escassez dos arruamentos novos que possam servir este desígnio. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Penso que agora é o Senhor Deputado Sobreda Antunes, tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Relator Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa tarde a todos. -----

----- A 7ª Comissão Permanente de Cultura e Educação, Juventude e Desporto, recebeu da Mesa da Assembleia Municipal um pedido para emissão de parecer sobre uma petição para ‘Atribuição de topónimo’, subscrita por 447 cidadãos e que foi numerada como nº 11/2018. Neste contexto, a 7ª CPCEJD decidiu proceder à audição dos primeiros proponentes, o Senhor Pedro Vieira e a Senhora Joana Lopes.-----

----- Explicaram estes subscritores que a petição fora lançada no sentido de ser atribuído aos homens assassinados, no dia 25 de Abril de 1974, pela PIDE - a Polícia Internacional e de Defesa do Estado -, uma melhor informação toponímica, tendo por objectivo “resgatar a memória de João Arruda, Fernando Gesteiro, Fernando dos Reis e José Barnetto”, entre outros. Destacaram a sua preocupação pela ausência e inexatidão da toponímia existente, designadamente, pela “placa que assinala as suas mortes na Rua António Maria Cardoso - placa essa que aparentemente até terá um nome truncado”.-----

----- Na placa pode ler-se, "Aqui, na tarde de 25 de Abril de 1974 a PIDE abriu fogo sobre o povo de Lisboa e matou: Fernando C. Gesteira, José J. Barneto, Fernando Barreiros dos Reis e José Guilherme R. Arruda. Homenagem de um grupo de cidadãos, 25-4-1980".-----

----- De acordo com os peticionários, a sinalética terá também sido repostada num local discreto, pouco visível para quem passa pelo edifício, pelo que, para além de solicitarem que o Município proceda à correcção dos nomes e substituição da placa toponímica afixada na ex-sede da PIDE, defendem que aqueles cidadãos, “sacrificados no primeiro dia da liberdade, merecem fazer parte da toponímia da cidade” de Lisboa, pelo que apelam a que a Comissão de Toponímia do Município proceda a diligências no sentido de ser promovida uma homenagem mais condigna, que melhor permita homenagear e preservar os nomes daqueles malogrados cidadãos nos arruamentos da capital.-----

## DRAFT

----- Perante o contexto descrito, os Grupos Municipais e os Deputados Independentes da 7ª CPCEJD vêm por este meio propor ao plenário da Assembleia que, perante os argumentos contidos na Petição nº 11/2018 e os esclarecimentos obtidos na audição aos peticionários, se recomende à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1º, se estude, em conjunto com o Museu do Aljube Resistência e Liberdade, a Associação 25 de Abril, a Associação Conquistas de Abril, entre outras entidades, a viabilidade de promover um maior destaque dos movimentos de resistência e dos acontecimentos que decorreram no dia 25 de Abril, na Rua António Maria Cardoso e outros lugares chave do Movimento dos Capitães. -----

----- 2º, promova a reparação do memorial expresso na placa toponímica, corrigindo as eventuais imprecisões e dando-lhe uma maior visibilidade para quem circula naquela via. -----

----- 3º, pondere a atribuição de novas designações toponímicas, em vias da cidade, que relevem a memória dos cidadãos assassinados pela PIDE, no dia 25 de Abril. -----

----- 4º, proceda ao levantamento dos locais que ainda requeiram uma identificação toponímica sobre a história do 25 de Abril, em conjunto com universidades e outras associações. -----

----- 5º, estude a viabilidade de utilização dos modelos de sinalética melhor apropriados, como marcos, placas, ‘totens’ ou outros, se possível em versão bilingue e com leitura por meio de sistemas APP. -----

----- 6º, preveja, no presente contexto, a elaboração de guia, roteiro temático e eventual aplicação digital. -----

----- 7º, mais se decidiu remeter a presente deliberação ao Núcleo de Toponímia do Departamento de Património Cultural. -----

----- Ao presente parecer, aprovado por unanimidade na 7ª CPCEJD, foram ainda anexados uma imagem da placa toponímica, um link para uma reportagem da RTP e a transcrição de quatro documentos, incluindo as respectivas fontes documentais.-----

----- Intervenção pelo GM-PEV:-----

----- A presente petição nº 11/2018 para ‘Atribuição de topónimo’, surge, curiosamente, na sequência de uma recomendação do Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes” para a ‘Identificação toponímica do 25 de Abril’, recentemente aprovada na Assembleia Municipal de 24/5/2018.-----

----- Sabemos que a atribuição de topónimos aos arruamentos de Lisboa é da responsabilidade da Câmara Municipal, desde o final do século XIX. Ao longo dos tempos afirmou-se como um meio através do qual se perpetuam personalidades, factos e tradições, inserindo-os no quotidiano da cidade.-----

----- Embora vários sejam os locais onde o Município de Lisboa deliberou assinalar a memória histórica da cidade, no caso do 25 de Abril, em que celebramos o valoroso feito do Movimento dos Capitães, que abriu as portas à liberdade e à democracia, e o levantamento popular que imediatamente irrompeu nessa manhã libertadora, transformando a acção militar num processo que abriu caminho a uma verdadeira revolução democrática, apenas alguns dos locais desses eventos se encontram devidamente distinguidos.-----

## DRAFT

----- Eis por que se considera que os eventos preparatórios e organizativos que decorreram no 25 de Abril podem ser melhor destacados na via pública, permitindo assinalar no próprio local a História do que ali se passou, as forças em confronto, os militares envolvidos, a participação de populares, a hora do evento e o desfecho ali ocorrido, quer por meio de placas sinaléticas, quer através de ‘totens’ que incluam um breve resumo de toponímia histórica. -----

----- “Os Verdes” defendem, por isso, ser de recomendar à Câmara Municipal de Lisboa e à Comissão de Toponímia que se proceda ao levantamento dos locais mais relevantes sobre a história do 25 de Abril, implementando-se uma identificação toponímica que utilize modelos de sinalética apropriados, a par da elaboração de guia, de roteiro temático e de uma eventual aplicação digital. -----

----- Também devem ser ponderadas as vantagens de o levantamento de alguns desses locais poder mais facilmente ser delineado em conjunto com outras entidades, como Universidades, o Museu do Aljube Resistência e Liberdade ou Associações ligadas ao 25 de Abril. -----

----- É que “em Abril, abriu-se o tempo e vingou-se a história. Uma só vontade libertou povos e pátrias. A solidariedade ocupou os espaços. O 25 de Abril, memória de um gesto de liberdade, permanece um cravo vermelho, vivo, livre e jovem, semeado pelo movimento dos capitães e o povo português”. Recordemos que “foi então que Abril abriu as portas da claridade e a nossa gente invadiu a sua própria cidade (...). E em Lisboa capital dos novos mestres de Aviz o povo de Portugal deu o poder a quem quis”. Obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos dar continuidade aos oradores que estão inscritos.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado João Almeida, dos Independentes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Almeida (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Mesa em exercício, restante Mesa, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, Público presente, boa tarde. -----

----- Esta Proposta que visa resgatar a memória das quatro vítimas mortais do 25 de Abril, pela PIDE, só pode merecer o acordo e o apoio dos Cidadãos por Lisboa. -----

----- A questão da memória é na atualidade de enorme importância, os quase 50 anos entre do século XX o nosso país viveu sem liberdade, sofrendo a repressão da Ditadura do Estado Novo não pode cair no esquecimento. -----

----- O país devia assim dotar-se de uma política pública que valorizasse a luta pela liberdade durante a ditadura. -----

DRAFT

----- Lisboa já tomou a dianteira, já criou no Aljube o Museu da Resistência e Liberdade, mas entendemos que ainda há mais por fazer, algumas das quais, dessas medidas, constam na presente Recomendação. -----

----- Assim, os Cidadãos por Lisboa votam com entusiasmo esta Recomendação. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “A Senhora Deputada, Patrícia Gonçalves, dos Independentes.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhor Presidente em exercício, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Vereadoras, Senhores Deputados e Deputadas. -----

----- Acompanhamos ainda em ideia e depois em concretização e, finalmente, subscrevendo, a Petição para que João Arruda, Fernando Gesteiro, Fernando dos Reis e José Barnetto, assassinados pela PIDE no dia 25 de Abril de 1974, sejam lembrados, condignamente, na nossa memória coletiva através da atribuição de nomes de arruamentos ou lugares ou outro tipo de um monumento na cidade de Lisboa, e acompanhamos também a Recomendação, as Recomendações feitas pela 7ª Comissão, que sendo ainda mais abrangentes que o objeto da Petição, fazem todo o sentido, neste âmbito. -----

----- Queremos aqui reforçar a importância de lembrar sempre numa ligação entre passado, o presente e o futuro quem caiu para que possamos ser livres agora, e votaremos, obviamente, e com alegria a favor. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado José Casimiro, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em substituição, Senhores Membros da Mesa, Senhoras Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados e Deputadas, Público presente. ----

----- Está em discussão a Petição 11/2018, a 7ª Comissão Permanente propõe ao Plenário desta Assembleia que recoloquemos a placa colocada num local discreto e pouco visível, para aqueles cidadãos sacrificado no primeiro dia da liberdade, homens assassinados pela PIDE, no dia 25 de Abril de 74, uma melhor informação toponímica, tendo por objetivos captar a memória de João Arruda, Fernando Gesteiro, Fernando dos Reis e José Barnetto, entre outros. -----

## DRAFT

----- A placa que assinalava as mortes na Rua António Maria Cardoso, na sede da PIDE, removida pelo edifício nos finais de Março de 2014, que daria lugar a um condomínio de luxo, para um lugar discreto. -----

----- O Bloco de Esquerda considera esta reposição justíssima e chama a atenção para a evolução da situação mundial em que vivemos, de grande instabilidade, de emersão das forças de direita e extrema-direita, e mesmo pró-fascistas em muitos países da Europa e do mundo, pelo que esta homenagem, e pelo seu significado histórico, de que não apaguem a memória destes homens que caíram às mãos da polícia política do fascismo, a PIDE. -----

----- É de grande importância manter bem vivo o 25 de Abril e a sua memória, até considerando a atitude do CDS nesta Assembleia Municipal, ano após ano, sobre as moções e votos sobre o 25 de Abril e a apologia que fazem do 25 de Novembro. -----

----- Que se reponha a placa em lugar visível e se pondere a atribuição de novas designações toponímicas em vias da cidade, que relevem a memória dos cidadãos ali assassinados pela PIDE, no dia 25 de Abril, daí o apoio do Bloco de Esquerda esta Petição e às Recomendações aqui apresentadas. -----

----- Realço e não vou repetir, das cinco Recomendações aqui, que nós subscrevemos e que realço a primeira e a quarta, que não vou repetir, porque já foi aqui, o Relator já as transcreveu e, por isso não a vou colocar e, por isso, o nosso apoio a esta Petição e a estas Recomendações. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Modesto Navarro, do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Nós temos por hábito neste país, perder facilmente a memória e eu queria lembrar aqui e aquilo que se passava antes do 25 de Abril, no 5 de Outubro em Lisboa, nós não podíamos levar um ramo de cravos ao Cemitério do Alto de São João para homenagear os republicanos. A PIDE enchia aquilo, a repressão era grande e depois se quiséssemos ir à estátua de António José de Almeida, aqui ao pé do Técnico não nos podíamos aproximar e não podíamos pôr a única flor junto desse monumento, isso durante, ao longo dos anos no fascismo, nós agora, pós 25 de Abril rapidamente se apreendeu outra forma, que é não falar, não publicitar, não mostrar e não ensinar, sobretudo nas escolas às crianças e aos jovens o que efetivamente foi a resistência, os mortos que houve em todo o país e não só no Tarrafal vítimas do fascismo. -----

----- E não fazendo esse trabalho, estamos todos a perder, existe a ignorância, o misturar alhos com bugalhos, quando se vai para a rua e se pergunta aos jovens, aos mais velhos, o que é que se passou realmente no dia 25 de Abril. -----

## DRAFT

----- Por isso mesmo, nós estamos de acordo com a Recomendação que é feita, com a reposição correta dos nomes, mas entendemos que devia ser feito mais por esta cidade Lisboa, uma cidade que foi no 25 de Abril, a heroína, digamos assim, foi o povo de Lisboa que agarrou efetivamente uma revolução, porque desde a madrugada e eu ouvi a rádio a dizer “Não saiam de casa”, era o comunicado do Movimento das Forças Armadas a dizer “não saiam de casa, está tudo de prevenção, não saiam de casa, correm risco de vida”. E o povo saiu, o povo desta cidade, o povo de Almada, de Loures, de outros Concelhos saíram e fizeram a revolução! -----

----- Bom é tudo isso que nós vamos perdendo, e é bom que façamos o suficiente para criar o que é necessário, e creio que o roteiro da resistência e da revolução em Lisboa, construído pela Câmara Municipal, com artistas, a mostrarem efetivamente a tantos que nos visitam, e que saem daqui saiu o único sinal do 25 de Abril, a não ser que passem no Largo do Carmo, ou noutra sítio mais privilegiado, na realidade mostrar o que foi a cidade de Lisboa, o que foi o povo de Lisboa, o que foram estes quatro mártires que foram assassinados naquele dia, naquela rua da PIDE! -----

----- Pide que rapidamente foi, digamos, aconchegada e beneficiada por reformas enquanto que resistentes perseguidos, com muito tempo de prisão viam as suas reformas, ou digamos, os seus apoios recusados pelos próprios governos, ao longo dos anos pós 25 de Abril e, portanto, chamando a atenção que a Associação Conquistas de Abril, não é Conquistas de Abril, é Conquistas da Revolução, que edita documentos para levar às escolas, para se fazerem Sessões, não é só fazer um documento, digamos, sobre o 25 de Abril, não, é ver claramente com os alunos, com os professores, com as crianças aquilo que é necessário fazer em cada escola, munindo cada escola realmente de elementos equilibrados, equilibrados politicamente, mas que sirvam pena para identificar as questões, para não haver tanta ignorância em relação àquilo que é tão importante para todos nós. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado João Condeixa, do CDS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente. -----

----- A nossa intervenção prende-se precisamente com um conjunto de observações que fomos ouvindo e que nos parecem merecedoras de algum esclarecimento. -----

----- O PCP e, nomeadamente, a esquerda, eu devo reconhecer que fico agradavelmente surpreendido por virem falar da necessidade de não branquearem a história, é precisamente esse o espírito do CDS, é nunca, mas nunca branquear a história e por isso é que nos verãõ precisamente a votar a favor de cada um destes pontos, por reconhecer o valor, por reconhecermos a conquista que 25 de Abril nos

## DRAFT

trouxe, mas nunca branqueamos a história, porque também reconhecemos o valor e a conquista que foi o 25 de Novembro, e é aí que discordamos, Meus Senhores.-----

----- Porque branquear a história, branquear a história é ter os dois momentos da história, é olhar para os dois momentos e perceber que eles, em conjunto se complementam e nos garantem a liberdade, a liberdade de eu estar aqui hoje, a liberdade dos Senhores estarem aí desse lado e podermos trocar argumentos. Não branquear a história é nunca esquecer o 25 de Novembro e aquilo que traduziu, no ganho para o 25 de Abril. Muito obrigado, Senhor Deputados.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Senhoras Secretárias, não sei se temos mais oradores inscritos para este ponto. Não temos mais oradores inscritos e, portanto, Senhoras e Senhores Deputados, vamos então proceder à votação da Recomendação nº. 28/02, apresentada pela 7ª Comissão Permanente, extraída do seu Parecer. -----

----- O MPT pede a votação pontos por ponto, mas são os sete pontos, Senhor Deputado? Bem vamos então votar ponto a ponto a solicitação do Senhor Deputados. -

----- Senhoras e Senhores Deputados Municipais e vamos então, é o momento para todos recuperarem o texto da Recomendação e vamos então votar ponto a ponto. -----

----- **Ponto 1 da Recomendação nº.028/02 (7ª. C.P)**, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. **O Ponto 1 da Recomendação nº.028/02 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **Ponto 2 da Recomendação nº.028/02 (7ª. C.P)**, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. **O Ponto 2 da Recomendação nº.028/02 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **Ponto 3 da Recomendação nº.028/02 (7ª. C.P)**, não há votos contra, votos de abstenção do MPT, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN. PEV, PPM e 8 IND. **O Ponto 3 da Recomendação nº.028/02 foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 4 da Recomendação nº.028/02 (7ª. C.P)**, não há votos contra, votos de abstenção do MPT, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN. PEV, PPM e 8 IND. **O Ponto 4 da Recomendação nº.028/02 foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 5 da Recomendação nº.028/02 (7ª. C.P)**, não há votos contra, votos de abstenção do MPT, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN. PEV, PPM e 8 IND. **O Ponto 5 da Recomendação nº.028/02 foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 6 da Recomendação nº.028/02 (7ª. C.P)**, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. **O Ponto 6 da Recomendação nº.028/02 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- O Ponto 7 tem a ver com as remissões e, portanto, não costumamos votar aquilo que são as remissões e, portanto, a integralidade da Recomendação nº. 028/02, oriunda da 7ª Comissão Permanente foi votada favoravelmente, e será sim que será divulgada, transmitida e figurará a nossa Ata.-----

----- Vamos passar ao ponto 3 da nossa Ordem de Trabalhos, diz respeito a Petição 4/2018, “O que está a ser feito no Palácio de Santa Helena?”. Aquilo que temos para apreciar é a Recomendação nº. 028/03, oriunda da 3ª Comissão Permanente, e do seu

## DRAFT

Parecer, que teve oportunidade de em Comissão de trabalhar sobre esta Petição que não reunia a o número de assinaturas para que os peticionários pudessem usar da palavra no Plenário, mas foi objeto de intenso trabalho no seio da Comissão. -----

----- **PONTO 4 - RECOMENDAÇÃO N.º 028/03 (3º CP) RESULTANTE DO PARECER DA 3ª CP SOBRE A PETIÇÃO 04/2018 - (SUBSCRITA PELA 3ª COMISSÃO PERMANENTE) - APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO N.º 028/03 (3º CP) RESULTANTE DO PARECER DA 3.ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A PETIÇÃO 04/2018 “O QUE ESTÁ A SER FEITO NO PALÁCIO DE SANTA HELENA?”, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO;** -----

----- (A Recomendação 028/03, da 3ª. CP fica anexada a esta Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “O Senhor Deputado Relator é o Senhor Deputado Diogo Moura e, portanto, Senhor Deputado, tem a palavra para apresentar a Recomendação n.º. 028/03.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Relator Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente da Assembleia, Caros Secretárias, Caros Vereadores, Caros Deputados. -----

----- A 3ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal do Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais rececionou a 23 de janeiro deste ano, a Petição co o n.º. 4/2018, para a emissão de Parecer. -----

----- Basicamente o que a Petição nos trazia, ela foi subscrita 47 cidadãos, que vinham em representação dos moradores do Largo do Sequeira, Rua dos Corvos e das ruas adjacentes em Alfama, para nos falarem sobre as obras num condomínio privado, no Palácio de Santa Helena, quais é que eram as questões e preocupações apresentadas estes peticionários? A primeira o porquê do facto deste projeto ter sido aprovado sem recurso a uma Reunião de Câmara, o que coloca em causa o rogo a celebridades dos prédios circundantes, iluminação natural e as vistas. -----

----- Depois em segundo, a reconstrução do muro do Palácio de Santa Helena, e o facto de essa reconstrução ir roubar lugares de estacionamento na Rua dos Corvos, e que já são poucos por si, a sua origem. -----

----- Em terceiro lugar a edificação de novos edifícios e defendendo aqui que esta obra iria implicar que as coberturas nos terraços iriam tirar a privacidade dos prédios circundantes, onde vários destes peticionários residem. -----

----- Depois em terceiro, uma questão que tem a ver com medidas de segurança e com a retirada e recolha do amianto existente no antigo edifício, e se ele foi acompanhado pelas empresas que estão certificadas para o efeito, e também uma preocupação quanto à preservação do património, nomeadamente sobre os painéis de azulejos e outras peças e os conhecidos achados arqueológicos, e do próprio, o interesse histórico no próprio edifício em geral. -----

## DRAFT

----- Esta Petição, como foi dito, teve apenas 47 peticionários e, portanto, não há a obrigatoriedade de hoje serem ouvidos nesta sede. Quais foram as diligências tomadas pela Comissão? Em primeiro lugar, foi feita uma audição aos peticionários, que voltaram a reiterar aquilo que foram as preocupações manifestadas no texto escrito da Petição, voltaram a reforçar a questão das construções fora do terreno da obra e, portanto, que havia um conflito de domínio do território daquilo que são edifícios contíguos à obra e que depois se veio a verificar que assim não era, depois a questão do cumprimento também da Lei Geral do Ruído, por parte da construtora e daquilo que foram as eventuais licenças emitidas pela Câmara.-----

----- Posteriormente já no final de abril, a Comissão entendeu que era importante fazer uma visita ao local da obra, portanto, ao Palácio de Santa Helena, essa visita foi feita e, portanto, permitiu que *in loco* pudéssemos colocar as várias perguntas a que os Senhores Deputados Membros da Comissão tinham, e também aquelas que os peticionários apresentaram no texto, e que importava dar resposta através deste Relatório.-----

----- E, portanto, todas estas questões foram respondidas no momento, quer pelo projetista da obra, quer pelos vários responsáveis e pelo próprio promotor.-----

----- Depois a Comissão pediu também informações à Câmara Municipal, que nos foram remetidas, a Câmara informou-nos que havia três processos de controlo prévio, nomeadamente o PIP 454/EDI/2016, o pedido de licenciamento 1334/EDI/2016 também, e um pedido de alteração durante a execução da obra já de 2017, com o número 1286, além disso e no decorrer da visita ao Palácio de Santa Helena entendeu o promotor da obra enviar-nos um conjunto, aliás, muito vasta informação sobre a mesma e em particular sobre os assuntos e as preocupações que a Comissão levou, seja suas, seja dos peticionários e, portanto, foram elas todas cabalmente documentadas e facultadas a esta Comissão, e que, obviamente, ajudaram a uma melhor redação deste documento. -----

----- Posto isto a Comissão, e perante estes dados, emitiu as suas conclusões, em que eu destacava as seguintes: obviamente que a obtenção de elementos por parte da Câmara e a visita ao local foram essenciais para a melhor perceção das questões levantadas pelos peticionários, a construtora, entretanto, informou que iria proceder a um pedido de alteração, que já deve estar feito a esta altura, de alteração ao projeto legalizar a intervenção da construção do novo muro, este muro então da Rua dos Corvos, permitiu alargar em 55 centímetros a via, e que só não foi pedido de alteração anterior pois decorria da apreciação de uma outra alteração, que tem a ver com o Posto de Transformação da PT.-----

----- Depois havia uma questão que, no texto do Relatório, está colocada uma questão a que importa esclarecer, a operar por parte do Senhor Vereador Manuel Salgado e que tem a ver quanto à competência para aprovação desta operação urbanística, que também foi colocada no texto inicial pelos peticionários, e entretanto, esta Comissão, aliás, e é por isso que estamos aqui hoje a discutir este Relatório, porque recebemos esta informação entretanto por parte do Senhor Vereador Manuel Salgado, que nos fala relativamente ao Projeto 1334/EDI/2016 e que, de acordo com o Despacho 142

## DRAFT

do Senhor Presidente da Câmara, de 2015, publicado no Boletim Municipal nº. 1139 de 17 de dezembro, que o Vereador Manuel Salgado tem competência para decidir sobre os PIP e sobre a aprovação de projetos de arquitetura relativos a operações de edificação, quando nos termos do artigo 6º do RMUEL, operação urbanística seja considerada de impacto relevante, ou semelhante a uma operação de loteamento, com um acréscimo superfície de pavimento inferior a 1150 metros quadrados, logo este processo que estamos aqui a analisar, e o caso do Palácio de Santa Helena, que estamos a analisar, então de uma operação urbanística com impacto relevante e com acréscimo de superfície de 728 metros quadrados, cerca de 728 metros quadrados, portanto, muito abaixo dos 1150 que estão previstos no artigo 6º do RMUEL. -----

----- Em relação às coberturas passarem a ser um terraço, essa questão também foi explicada e está aqui escrito, não vos vou maçar com isso, as cotas foram mantidas, foi também feito um levantamento exaustivo por parte do construtor sobre aquilo que eram os vestígios arqueológicos e sobre o património azulejar, portanto, aquilo que é devidamente património foi preservado, foi retirado, e está entregue às entidades competentes para então depois ser colocado ou então dar-lhe o devido a destino.-----

----- A 3ª Comissão também não quis deixar de salientar neste Relatório da Petição, a participação cívica e a apresentação de Petições, que elas visam melhorar a qualidade de vida nossa cidade, a par do envolvimento dos cidadãos, em assuntos com impacto na sua vivência em comunidade e, portanto, a Comissão entendeu que as questões trazidas pelos peticionários estavam cabalmente respondidas e, portanto, naquilo que são as suas Recomendações decidiu emitir duas, que coloca à consideração deste Plenário.-----

----- A primeira, recomendar à Câmara que sensibilize os responsáveis de obras em Lisboa, para que melhorem a divulgação dos projetos no espaço exterior, dirigidos à comunidade envolvente, de modo a clarificar e a informar os munícipes, em particular nas matérias com implicação direta no espaço público, mobilidade, ambiente e património.-----

----- E depois uma segunda e última Recomendação à Câmara de que as Juntas de Freguesia devem ser informadas, previamente, de todos os processos de licenciamento aprovados para a sua área administrativa e geográfica, de modo a que enquanto órgão mais próximo dos cidadãos, possam esclarecer e quando necessário ajudar a resolverem dúvidas e conflitos existentes junto da Câmara. -----

----- Este Parecer foi aprovado por unanimidade dos Membros presentes na Reunião de Comissão do dia 21 de junho. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos estar oradores inscritos para este ponto da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Cláudia Madeira, do PEV.” -----

DRAFT

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente em exercício, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- A presente petição intitulada ‘O que está a ser feito no Palácio de Santa Helena’ é subscrita por 47 cidadãos, na sua maioria residentes junto ao Palácio que se encontra a ser alvo de uma profunda intervenção, que prevê a construção de cerca de 20 apartamentos de luxo. -----

----- Desde o início, a referida obra tem suscitado preocupação aos moradores e à Associação do Património e População de Alfama (APPA), por considerarem que, entre outras questões, terá um enorme impacto urbanístico naquela área, com redução do espaço público, aumento do índice de impermeabilização, diminuição da privacidade, da luminosidade e das vistas aos prédios contíguos e descaracterização do bairro. -----

----- Outra preocupação estava relacionada com as operações de remoção de amianto das coberturas do Palácio, bem como a retirada de diverso património azulejar do interior do edifício e património arqueológico resultante das escavações efectuadas no decorrer da obra. -----

----- Perante as várias queixas e indícios de que poderiam existir irregularidades nesta intervenção, o Grupo Municipal do PEV entregou um requerimento a questionar a autarquia precisamente sobre as questões que preocupavam os moradores. -----

----- Importa referir que, apesar de todas as apreensões, os moradores não são contra a reabilitação do Palácio de Santa Helena. Pretendiam ser auscultados e informados sobre o que vai acontecer junto às suas habitações, e de forma isso vai ser feito, compreendendo desde medidas de segurança até às questões de iluminação, mobilidade, património existente e qualidade de vida. Aliás, estas questões são precisamente o objecto da própria petição. -----

----- Os Verdes saúdam, por isso, os peticionários por esta iniciativa, que reforça a necessidade, que temos defendido sempre, que é o direito dos cidadãos à informação e a participarem na vida e nos destinos da cidade, tanto mais quando estas alterações ocorrem na envolvente das suas casas, com importantes transformações nas suas vivências.-----

----- É verdade que houve um período de discussão pública mas, perante as preocupações legítimas dos moradores, deviam ter sido prestados todos os esclarecimentos e informações e, para uma maior transparência, devia-lhes ter sido dado conhecimento prévio do projecto. -----

----- É esta participação activa e este envolvimento dos cidadãos que Os Verdes consideram essencial, e esta petição é mais um exemplo de como é vantajoso e correcto envolver os cidadãos nos projectos, desde o seu início. -----

----- E é também por esse motivo que estamos de acordo com a Recomendação da 3ª Comissão, que merecerá o nosso voto favorável. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

DRAFT

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----  
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra  
anunciou o seguinte:-----  
----- “O Senhor Deputado José Inácio Faria, do MPT.”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra  
fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Obrigado, Senhor Presidente em exercício! Senhores Vereadores, Caros  
Colegas, Público presente.-----  
----- Os subscritores da Petição em análise expõem nesta Assembleia uma série de  
preocupações que nos parece ter origem, acima de tudo, numa crescente tensão pela  
conquista de espaço numa cidade cada vez mais pequena para quem a habita e visita,  
aliada a uma clara falha de comunicação à comunidade sobre os projectos  
desenvolvidos no seu seio. -----  
----- Perante a reabilitação, à qual assumidamente não se opõem, de um Palacete no  
bairro de Alfama, os moradores da zona envolvente sentiram o seu espaço, assim  
como as condições de salubridade e bem-estar dos seus lares, ameaçadas por um  
projecto que não lhes foi devidamente apresentado.-----  
----- Perante esta realidade, a 3ª Comissão Permanente efectuou as diligências  
entendidas por necessárias, para responder às preocupações dos lisboetas, e assim foi  
possível ver esclarecidas questões que alimentavam os anseios dos residentes e, dessa  
forma, constatar que, como exemplo, a retirada de amianto foi realizada de acordo  
com os parâmetros de segurança estipulados por lei, o património cultural foi  
preservado e os vestígios arqueológicos devidamente inventariados e entregues a  
entidades competentes.-----  
----- No entanto, uma das fontes de maior tensão entre os moradores e a promotora  
das obras de reabilitação do Palacete de Santa Helena é a possibilidade de a  
concretização deste projecto se configurar, no final, numa diminuição dos lugares de  
estacionamento que já escasseiam um pouco por toda a cidade, em particular nos  
bairros históricos. -----  
----- Não havendo nada a fazer para “emendar” os erros de urbanismo concretizados  
num passado tão longínquo, como aqueles que resultaram da construção desenfreada  
da qual nasceu o bairro de Alfama, resta-nos esperar que a cidade de Lisboa beneficie  
do processo de aprendizagem necessário para que futuros projectos de reabilitação do  
espaço público considerem também esta necessidade de estacionamento dos  
residentes de bairros históricos.-----  
----- Termino, Senhor Presidente, saudando os peticionários desta iniciativa e  
informando que acompanharemos favoravelmente a Recomendação elaborada no  
âmbito da 3ª Comissão Permanente, fazendo votos de que seja útil na promoção de  
uma melhor e mais eficaz divulgação dos projectos desenvolvidos no município e  
pelo município junto dos cidadãos lisboetas. Muito obrigado.-----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra  
continuou:-----

DRAFT

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos continuar com os oradores inscritos para este ponto.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “ O Senhor Deputado Rui Costa, do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Peticionários.-----

----- Em primeiro lugar louvar os peticionários pelo esforço cívico que fizeram em trazer esta matéria à apreciação da Assembleia Municipal.-----

----- O caso das obras do Palácio de Santa Helena é mais um entre muitos, dos exemplos de predação imobiliária na cidade de Lisboa. Tudo foi explicado convenientemente na Comissão, pese embora diferenças políticas à parte, com exceção de uma coisa, seria a competência para decidir sobre este processo abrangida pela delegação de competências e subdelegação de competências no Senhor Vereador Manuel Salgado? Essa resposta não foi dada cabalmente.-----

----- A Câmara Municipal esclareceu relativamente às áreas, fazendo a conta aos diferenciais das respetivas áreas, mas não esclareceu, se nessas áreas englobou ou não áreas de construção ilegal, que lá existiam, e da qual aos Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas da 3ª Comissão ouviram várias vezes e circunstanciadamente falar, designadamente no período em que este edifício foi utilizado pela Universidade Lusófona, e faz toda a diferença este processo ser decidido no segredo do gabinete ou ser escrutinado numa Reunião de Câmara Municipal, faz toda a diferença para a fiscalização e para apreciação democrática, e disso não temos ainda nenhum esclarecimento cabal, temos apenas informações dos Serviços relativamente às áreas, mas sem esclarecer, repito, se contaram ou não com as áreas de edificação ilegal, pré-existentes, à data destes pedidos de licenciamento.-----

----- Mas eu diria mais e lançaria daqui um apelo ao Executivo Municipal, que no âmbito de projetos desta envergadura, e que envolvam imagens, que pese embora não estarem classificados, são imóveis notáveis da cidade, que estas decisões não sejam tomadas no âmbito da delegação e da subdelegação de competências e que sejam sujeitas ao escrutínio público da Câmara Municipal no seu Plenário. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Modesto Navarro, do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, nós temos, de aqui, um dos resultados negativos da revisão do PDM e da utilização de poderes, que efetivamente não

## DRAFT

passam pelo Executivo da Câmara Municipal, e que são decididos no âmbito do Pelouro, num estrito, digamos, corredor que, obviamente, é comandado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, que nem está aqui, portanto, o que exista falta de informação da Câmara aos moradores, falta de informação à Câmara Municipal e discussão do que estava em causa no coletivo da Câmara Municipal.-----

----- Subsistem dúvidas várias quanto à propriedade do mundo e outros espaços, se não houve ocupação indevida pelo promotor? A questão das vistas, a iluminação natural, a retirada de amianto, a construção de uma cortina de betão com uma profundidade de 2 pisos abaixo do chão nas traseiras do prédio localizado no Largo Sequeira, fez com que as recentes chuvas não escoassem pelo terreno, como acontecia anteriormente, aparecendo essa essa água agora no chão e no quarto da sala do rés-do-chão de um prédio de um dos moradores.-----

----- No relatório é enunciado que os Deputados Municipais ficaram com a dúvida se a nova área de construção no logradouro, era superior ou não a mil cento e quarenta metros quadrados! Não está esclarecido, a Comissão dá isso por um dado adquirido, pronto, ok, mas na realidade foi tudo avaliado em profundidade, como devia ter sido feito? Foi tudo analisado com todos os documentos?-----

----- Em relação à questão das vistas do Largo do Outeirinho da Amendoeira poderá verificar-se que as vistas já estão alteradas com a construção de um novo edifício acima da cota do muro existente anteriormente, ou seja, face a isto tudo a Recomendação parece-nos genérica e suficiente, haveria e há muito trabalho para fazer e, por isso, vamos abster-nos em relação à Recomendação. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Miguel Teixeira, do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, Senhores Membros da Mesa, Senhores Membros do Executivo Municipal, Senhoras e Senhores Deputados, Público presente e Assistentes da Assembleia Municipal.-----

----- Saudar os petionários da Petição nº. 4/2018, que foi subscrita por 47 cidadãos e se referia o que está a ser feito no Palácio de Santa Helena.-----

----- Referir ainda e felicitar do Senhor Deputado Relator, Deputado Diogo Moura, que conseguiu apresentar um Relatório extremamente abrangente e que recolheu, é preciso que se diga e que se sublinhe aqui nesta sessão, a unanimidade das forças políticas presentes nesta Comissão.-----

----- Os petionários são moradores do Largo Sequeira e das ruas adjacentes ao Palácio de Santa Helena, entre outros pontos, os petionários colocam em causa que a aprovação deste projeto e a forma como foi feita, sem recurso à Reunião da Câmara,

## DRAFT

dizem ainda que a intervenção retira neste Palácio, retira a salubridade dos prédios circundantes, bem como alegam a perda das vistas. -----

----- Na sua Petição comunicam ainda que a reconstrução do muro do Palácio retira espaço pública à Rua dos Corvos, e por esta via a anulação parcial ou total de nove lugares de estacionamento, dizem ainda que não foram tomadas medidas de segurança relativamente à remoção do amianto e que na reconstrução do Palácio surge ainda incluída a edificação de três novos blocos de apartamentos. -----

----- Colocam em causa a preservação do património, aquando da intervenção, entre eles de painéis de azulejos e achados arqueológicos, por fim, referem ainda que a Municipal de Lisboa licenciou um apartamento que invadia a propriedade do vizinho, alegando ainda que a área permeável era maior. -----

----- Depois da visita à obra o que é que a pode constatar? O que é que se pode concluir? Que a área permeável aumenta de 49 metros quadrados para 983, que o muro que os peticionários alegam como público, porque afinal ao lote, acresce que o promotor cedeu ainda 55 centímetros do seu espaço para melhoria da circulação na Rua dos Corvos. -----

----- A existir a redução de lugares de estacionamento, o mesmo será apenas de uma unidade, decorre da obrigatoriedade imposta pela EDP da instalação de um PT, de um Posto de Transformação.-----

----- Quanto às dúvidas levantadas sobre a possível perda de património constatou-se que o mesmo foi identificado, catalogado e que os achados arqueológicos foram entregues às entidades, a azulejaria com valor permanece colocada, e desta feita a protegida por madeiras, no decurso da obra pode-se verificar que o promotor, que alguns dos vizinhos do Palácio de Santa Helena apropriaram-se parte dos muros que, conforme verificado, são propriedade do lote, chegando a construir numa dessas áreas, que não a sua, razão que motivou à época uma comunicação do promotor à Câmara Municipal de Lisboa, de modo a que esta área fosse naturalmente devolvida em legitimidade do seu proprietário. -----

----- Mais constatou que a remoção do fibrocimento que era algo que também era aqui apresentado pelos peticionários obedeceu ao protocolado na legislação em vigor. -----

----- Referir ainda que o promotor implementou medidas de preservação do património, uma das coisas que se pode também verificar na visita efetuada a este Palácio, é que uma perda do património construído existente, surgiu de forma irreparável, aquando da utilização e instalação, à época, de uma escola superior neste espaço. -----

----- Creio que os dois pontos aqui apresentados e constantes da Recomendação deverão ser, evidentemente acompanhados, uma vez que visam uma melhor comunicação dos projetos no espaço exterior, dirigidos à comunidade envolvente, permitindo clarificar e informar de melhor forma os munícipes, e a partir dessa forma dissipar eventuais perceções erradas e ainda a informação e o envolvimento das Juntas de Freguesia em todos os processos de licenciamento aprovados, para a sua área administrativa e geográfica. E disse Senhor Presidente.” -----

DRAFT

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Miguel Coelho do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Bom, embora no enquadramento legal não esteja conferida às Juntas de Freguesia, nenhum tipo de participação ou de responsabilidade no licenciamento de projetos urbanísticos, é evidente que eu tenho uma grande convicção, tal como, aliás, aqui foi salientado pelo meu colega de Partido anterior, que se evitariam muitos problemas, se este tipo de projetos passassem por um pedido de Parecer, naturalmente não vinculativo, às próprias Juntas de Freguesia e também por uma preocupação em apresentá-los antes do início da sua aprovação, ou da sua implementação aos próprios residentes, para que eles que, de alguma forma se possam familiarizar com aquilo que está proposto para ali, e venham também a tempo de poder sugerir eventuais alterações àquilo que lhes é proposto.-----

----- Eu quero-me parecer que foi o que tenho a certeza, aliás, foi o que não aconteceu neste processo numa operação urbanística de grande sensibilidade que está inserida no coração de um bairro histórico e muito tradicional, onde à partida, mas isso é a minha opinião pessoal, são muitos desaconselháveis projetos urbanísticos do tipo condomínio fechado, porque o que nós queremos é bairros que mantenham a sua convivência, o seu espírito de solidariedade, e não bairros que criem no seu interior guetos que tenderão também a estratificar as populações, entre os que têm dinheiro, os que têm mais recursos, e aqueles que têm menos recursos.-----

----- Por outro lado, quer-me parecer também que há aqui um problema que vamos ter que enfrentar nesta cidade, que é a forma como é a licenciada a ocupação do espaço público, para este tipo de intervenção, aí sim, deveria estar prevista a obrigatoriedade das Juntas participarem na fiscalização da ocupação desse espaço público e também poderem verificar quais são os impactos que isso tem sobre as pessoas que lá moram, porque é verdade que esta obra começou muito de supetão, retirou qualidade de vida às pessoas que ali moram, retirou qualidade de vida às pessoas que ali moram, designadamente logo de início ao nível do estacionamento, da oferta de estacionamento, foi um impacto brutal e também depois a obra em si, da ideia que eu tenho, é que surgiram um conjunto de abusos, um conjunto de invasões sobre o edificado que já lá estava, pessoas que viram as suas paredes devassadas por máquinas, enfim, um conjunto de estragos, que não deviam ter acontecido e que aconteceram e que depois, a reação foi tentar encontrarem-se as soluções que minorizassem todos estes problemas foram causados.-----

----- Portanto, neste sentido a sem me pronunciar, eu sei que os residentes e tenho acompanhado e estou informado, têm também um processo legal em curso, sem

## DRAFT

pronunciar sobre isso, têm todo o direito de o fazer, aquilo que me parece é que isto está, de facto, a ter impactos muito negativos sobre quem ali reside há muitos anos e poderia porventura ter sido evitado, se tivéssemos adotado um conjunto de procedimentos, neste caso a Câmara Municipal, tivesse adotado um conjunto de procedimentos que teriam certamente impedido que se estivesse no ponto onde está. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Não temos mais oradores inscritos e, portanto, vamos proceder à votação da Recomendação n.º 28/03, sobre a Petição n.º 4/2018, oriunda do Parecer e dos trabalhos sobre esta Petição, que foram feitos pela 3ª Comissão Permanente desta Assembleia.-----

----- **A Recomendação n.º 28/03 (3ª. Comissão Permanente)**, não tem votos contra, votos de abstenção do PCP e PAN, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, BE, PEV, PPM e 8 IND. **A Recomendação n.º 28/03 foi aprovada por maioria.**-----

----- **PONTO 4 - VOTO N.º 029/01 (PEV) (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) - VOTO DE SAUDAÇÃO – “PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NOS JOGOS DO MEDITERRÂNEO”**-----

----- (O Voto de Saudação n.º 29/01 (PEV) foi anexado à presente Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Vamos dar a palavra ao Partido Ecologista “Os Verdes” para apresentarem o Voto.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Sobreda Antunes, do PEV.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Portugal terminou a sua participação nos 18.ºs Jogos do Mediterrâneo, onde participou pela 1ª vez, com um acumulado de 24 medalhas conquistadas: 3 de ouro, 8 de prata e 13 de bronze, tendo a participação portuguesa, após 10 dias de competição, resultado num 13.º lugar final, entre 26 países participantes.-----

----- Destacaram-se especialmente entre a Missão Portuguesa os triatletas Melanie Santos e João Pereira e a equipa de Equestre, todos conquistadores de medalhas de ouro. As medalhas de prata foram ganhas por Joana Vasconcelos e Fernando Pimenta (na Canoagem), Ana Catarina Monteiro (na Natação), Liliana Cá e Inês Monteiro (em Atletismo), Rui Bragança (em Taekwondo), Pedro Fraga (no Remo) e Domingos Gonçalves (em Ciclismo).-----

----- Já o bronze foi para João Costa (no Tiro), Alexis Santos, Diana Durães e João Vital (na Natação), Teresa Portela (na Canoagem), Rafael Silva (em Ciclismo), Anri

## DRAFT

Egutidze e Patrícia Sampaio (no Judo), Júlio Ferreira (em Taekwondo), a selecção feminina de Basquetebol 3x3, Afonso Costa e Dinis Costa (no Remo), a estafeta 4x100 m masculina e a selecção masculina de Ténis de Mesa. -----

----- A Missão Portuguesa inscreveu 233 atletas em 29 das 32 modalidades e disciplinas presentes nos Jogos do Mediterrâneo, havendo a registar 8 ausências: 3 no Atletismo, 4 no Judo e 1 no Basquetebol 3x3. Esta foi a maior participação do desporto português numa competição multidesportiva, a culminar um longo processo de integração do Comité Olímpico de Portugal no Comité Internacional dos Jogos do Mediterrâneo. -----

----- A dois anos dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, este foi um momento de aferição da evolução dos atletas portugueses, expresso em resultados relevantes obtidos em várias modalidades e disciplinas, e que merece um voto de congratulação dos deputados desta Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- No entanto, o Comité Olímpico de Portugal lamentou aquilo que, até à altura, designou por (cito) "completa marginalização" da missão portuguesa por parte de "membros da hierarquia do Estado", à excepção do Ministério da Educação e do Secretário de Estado do Desporto, quando comparado com outra competição em que Portugal esteve "profundamente empenhado", como o Campeonato do Mundo de Futebol, mas de que foi precocemente afastado nos 'oitavos' da prova. -----

----- Assim, perante o excelente desempenho da participação portuguesa nestes 18<sup>os</sup> Jogos do Mediterrâneo, o Grupo Municipal de "Os Verdes" propõe que o plenário da Assembleia saúde toda a comitiva portuguesa que esteve presente nos Jogos do Mediterrâneo 2018 e, em particular, os atletas galardoados, remetendo ainda a presente deliberação à Secretaria de Estado do Desporto, ao Comité Olímpico de Portugal e à delegação portuguesa nos Jogos do Mediterrâneo 2018. Obrigado Senhor Presidente." -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- "Muito obrigado Senhor Deputado. Não registamos inscrições para este ponto e, portanto, vamos passar à votação do Voto de Saudação. -----

----- **O Voto de Saudação nº. 029/01 (PEV)**, não tem votos contra e nem de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM e 7 IND. **O Voto de Saudação nº. 029/01 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- "Vamos passar ao Ponto 5 da Ordem de Trabalhos." -----

----- **PONTO 5 - RECOMENDAÇÃO Nº 029/01 - SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) - "FIM DAS TOURADAS NA PRAÇA DE TOUROS DO CAMPO PEQUENO"** -----

----- (A Recomendação nº 29/01 (PAN) foi anexado à presente Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante.) -----

## DRAFT

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Será a Senhora Deputada Inês Sousa Real que irá proceder à apresentação, e tal como foi comunicado aos diferentes Grupos Municipais irão ser utilizados meios audiovisuais.-----

----- Senhora Deputada, tem quatro minutos para gerir entre a apresentação e as respostas.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção, acompanhada por meios audiovisuais:-----

----- “ Muito boa tarde Excelentíssimo Senhor Presidente em exercício e restantes membros da mesa, Excelentíssimos Colegas e Colegas Deputadas e Deputados Municipais, Senhoras e Senhores do Público, e Comunicação Social presente.-----

----- Esta tarde trazemos a plenário uma matéria que nos é muito cara: o fim da imposição para a realização de touradas na Praça de Touros do Campo Pequeno. -----

----- Este passo significa o fim do sofrimento dos animais por entretenimento em pleno coração da capital com a chancela de duas entidades públicas, o fim do gasto na nossa cidade de dinheiros públicos com violência (pela violência), o fim de um “chamado” espetáculo que afeta, perturba e confunde as nossas crianças, que não entendem o porquê de se magoar e fazer sangue num ser vivo, e podem até ficar a pensar que a violência é uma forma de diversão. -----

----- Mas antes que comecem a dizer que é “tradição”, “cultura”, “costume” ou “liberdade de opção”, relembramos outras práticas em tempos generalizadas e hoje inaceitáveis: os gladiadores (que eram um “espetáculo”), a escravatura (que já foi um dos grandes motores da economia), a violência doméstica e a desigualdade de género (contra as quais ainda lutamos todas e todos) ou até o infame festival anual de carne de cão da China, prática causadora da maior repulsa em todos nós. -----

----- As tradições formam-se, perdem-se, recuperam-se, banem-se, como fenómenos culturais e temporais que são. Ou seja, ser tradição ou costume ou um tipo de “hábito” ou de cultura, deixa de o ser com o evoluir das sociedades e quando olhamos para trás até termos vergonha da Humanidade ter trilhado aquele caminho.-----

----- Em pleno século XXI, torturar animais não é aceitável. Assim o ditam o sentir social, a ética e a ciência do nosso tempo. -----

----- E, em Lisboa, estamos na situação ideal para acabar com as touradas: o terreno é municipal, a Casa Pia tem como missão cuidar de crianças, a população lisboeta não quer na sua maioria touradas. -----

----- Também não podemos ficar alheios ao resultado da Sondagem realizada pela Universidade Católica e que foi distribuída por todos os grupos municipais e que nos revela que 89% dos lisboetas nunca assistiram a uma tourada no Campo Pequeno desde a sua reabertura em 2006. Os resultados desta sondagem evidenciam de forma inequívoca que a tauromaquia não faz parte da identidade cultural dos lisboetas e que estes são contra quaisquer tipos de apoios institucionais.-----

## DRAFT

----- Em Portugal a realização de touradas nunca foi consensual, tendo maioria das praças de touros hoje existentes sido construídas durante o Estado Novo, no panorama mais amplo de criar um novo padrão cultural que unisse o País. -----

----- Todos os dados apontam para o declínio da atividade da tauromaquia, reflexo da falta de espetadores. Relembramos que, em 2015, a transmissão de touradas pelo canal de serviço público RTP1 motivou mais de metade das queixas ao provedor do telespectador. Aliás, observe-se a recente abolição das garraíadas em contexto académico, no Porto e em Coimbra precisamente por os estudantes considerarem que já não se identificam com as garraíadas. -----

----- E isto leva-nos ao facto da subsistência da tauromaquia depender do balão de oxigénio dos apoios e financiamentos públicos, bem como do uso indevido de subsídios. -----

----- Exemplo disso é a sociedade que explora a Praça de Touros do Campo Pequeno, por esta pertencer à Casa Pia, uma entidade pública, beneficia indirectamente de uma isenção de IMI no valor de 9 milhões de euros! Que a somar à isenção atribuída aos espaços comerciais, do centro comercial da própria praça de touros, ascende aos 12 milhões de euros/ano. -----

----- Tudo isto em prejuízo da livre concorrência dos fundos que podiam e deviam ser canalizados para outras atividades culturais, reais, como o bailado, a ópera, o teatro, o cinema. -----

----- Muito importante é o facto de ser uma prática prejudicial às crianças, como já alertaram várias instâncias, nomeadamente o Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas, que instou o Estado português a adotar medidas para afastar as crianças e jovens daquilo que classificou a “*violência das touradas*”, tendo incluído as touradas no capítulo “*violência contra crianças*” no relatório periódico de avaliação a Portugal, a par dos castigos corporais, abuso e negligência. -----

----- E em Lisboa temos a agravante de as touradas terem lugar na Praça de Touros do Campo Pequeno, num terreno cuja cedência foi realizada pela Câmara Municipal de Lisboa a pedido da então Real Casa Pia, hoje Casa Pia, quando esta é precisamente um instituto público que tem como missão a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens. No mínimo, incongruente. -----

----- E, obviamente, não podíamos deixar de referir o imenso sofrimento a que os animais são sujeitos. -----

----- Lisboa não se pode ser alheia ao sofrimento animal e deixar de dar um passo civilizacional, já dado por outras cidades como Viana do Castelo e Póvoa do Varzim; -

----- Dar nota ainda, em relação a esta Recomendação que ainda hoje a senhora Provedora dos Animais de Lisboa fez um comunicado a dar nota que aderiu à Recomendação aqui apresentada pelo PAN. -----

----- Para concluir este apelo para uma Lisboa livre de touradas, tomo de empréstimo as palavras do Papa Francisco: “...*a indiferença ou a crueldade com as outras criaturas deste mundo sempre acabam de alguma forma por repercutir-se no tratamento que reservamos aos outros seres humanos. O coração é um só, e a própria*”

## DRAFT

*miséria que leva a maltratar um animal não tarda a manifestar-se na relação com as outras pessoas”* -----

----- Hoje, Caros Colegas, temos a oportunidade histórica de nos retractarmos desta herança embaraçosa. Devemos por isso, eleitas e eleitos que fomos para representar as e os lisboetas na Casa da Cidadania, recomendar que à autarquia que retire a imposição para que se realizem touradas naquele espaço, assegure não existir qualquer tipo de apoio institucional a atividades que impliquem o sofrimento animal e que Lisboa se declare uma cidade livre de espetáculos com sofrimento animal. Muito obrigada” -----

----- (O Vídeo que acompanhou a intervenção da Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN) fica arquivado nos serviços da Assembleia Municipal de Lisboa) ---

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado António Prôa, do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- Analisamos hoje uma Recomendação que propõe o fim das touradas na Praça de Touros do Campo Pequeno, mas importa afirmar com clareza que o que está aqui em causa é muito mais do que isso, o que está aqui em causa é a imposição de uma ideologia, e a imposição de ideologias é incompatível com a democracia. -----

----- O propósito PAN é decretar para todos os portugueses o animalismo, trata-se de uma visão largamente minoritária, que à boleia de uma alegada ética de respeito pelos animais nos querem impor. A ética não se decreta, esta é, aliás, uma visão eminentemente urbana de quem desconhece e faz questão de desconhecer o que é o pluralismo, a diversidade da realidade não urbana, que faz parte do nosso país há muito, muito tempo e que, aliás, parte da identidade de Portugal.-----

----- Portugal não é feito de uma uniformidade de hábitos ou de práticas, Portugal é rico na sua diversidade e é essa diversidade da cultura portuguesa, da cultura popular portuguesa que esta proposta, no fundo, visa eliminar! -----

----- Lisboa é a capital do país e essa especificidade de ser a capital do país passa também por ser o espelho da diversidade de todo o país! Lisboa habituou-se a acolher no seu seio a diversidade do país e do estrangeiro, com tolerância, respeitando todos, e é isso que hoje está aqui em causa o que está aqui em causa é continuar a afirmar Lisboa como uma cidade tolerante, aberta e que respeita a diversidade, ou então impor um totalitarismo ideológico, que para nós é inaceitável. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Diogo Moura, do CDS.” -----

## DRAFT

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente em exercício, em substituição do Senhor Presidente em exercício, Caros Deputados, Caros Vereadores.-----

----- Depois do projeto de lei do PAN, para proibição de touradas ter sido clamorosamente chumbado, por mais de 80 por cento dos Deputados na Assembleia da República, vem hoje este Partido propor, localmente e nesta Assembleia, que seja abolida a Tourada na Praça de Touros do Campo Pequeno.-----

----- Nas dezasseis páginas que nos apresentaram há de tudo, números e números que nada dizem isso, diz o Estudo da Católica que 89% dos lisboetas, nunca assistiram a uma tourada no Campo Pequeno. Será isto sinónimo que estas devem ser proibidas? Nenhum desses números serve para concluir que os lisboetas querem proibir a tourada, independentemente de frequentarem esse espetáculo, ou se identificarem com ele. -----

----- O PAN ignora deliberadamente que existe uma linha entre a crítica ou o gosto e a vontade de proibir, uma linha vermelha que nós recusamos ultrapassar, mas também encontramos a tentativa de legitimação beata, religiosa, para tal o PAN deitou mão ao Concílio de Trento, o da contrarreforma, que reconheceu a existência do purgatório, da infalibilidade papal e “crème de la crème” reativou a Santa Inquisição. Citou a bula promulgada por Pio V, que antes de ser Papa foi Inquisidor Mor e que a par da condenação das touradas também ordenou que cobrissem os nus pintados por Miguel Ângelo na Capela Sistina! -----

----- Vale tudo neste argumentário, mais números e factos propalados pelo PAN dão conta do declínio e da inviabilidade económica da atividade tauromáquica, mas se tal é verdade, qual é a vossa preocupação? A natureza e o mercado encarregar-se-ão de reduzir e *quicá* extinguir a atividade, a menos que não estejam tão seguros desses números, também pode acontecer! -----

----- Nós estamos cientes que é uma atividade económica que dá emprego a muitas pessoas e não brincamos com coisas sérias, e também sabemos que não será certamente nesta discussão de hoje, de 34 minutos, que podemos de forma aprofundada falar sobre esta matéria como o tema o exige. -----

----- Chamo também a atenção para o perigo que o PAN quer impor neste texto e que abre portas, no futuro, à defesa da eliminação de qualquer atividade económica, só porque, segundo o PAN, está a diminuir, imagine-se o que seria discutirmos textos de defesa da extinção de atividades como os alfarrabistas, os engraxadores, a Cultura Avieira, e outras tantas. -----

----- Mas o PAN insiste em argumentos intoleráveis, que clama contra as minorias que frequentam as Praças de Touros, para eles, o facto de só 44 Municípios terem touradas é sinónimo que devem abdicar, por Decreto, das suas tradições e cultura, convém lembrar duas dimensões, a legal, que os Municípios não têm qualquer autoridade legal sobre as touradas, e a dimensão constitucional do acesso à cultura. Vai a Assembleia deliberar em contrário a esta realidade? -----

## DRAFT

----- Querem fazer-nos crer que a identidade de um povo se constrói a partir do que é único, é uma visão estreita e errada, a unidade nacional faz-se da tolerância e a compreensão, da capacidade para abraçar e incluir, do conhecimento e do respeito pelo que é plural e diferente. -----

----- Como recentemente escreveu Ribeiro e Castro, “as Touradas não dividem ninguém, as touradas só dividem os intolerantes dos demais, e os intolerantes têm todo o direito a não gostar, mas não podem proibir nem perseguir.” -----

----- Falou a Deputada de uma imposição, imposição é o que o PAN hoje quer fazer qui aprovar! -----

----- O PAN argumenta, usa o argumento da titularidade e a cedência da Praça de Touros do Campo Pequeno para ficar 90% do texto da Recomendação a atacar uma manifestação cultural e a indústria tauromáquica, fazemos votos para que também nesta Assembleia tal seja objeto de repúdio, e mais uma vez a Recomendação é clara no objetivo, não estão preocupados com o destino da Praça de Touros do Campo Pequeno. -----

----- Já a terminar, não pedem sequer que se avance com o Regulamento Municipal de Proteção e Bem-estar Animal, não, o foco está bem espelhada na maior parte do texto e no título, e os seus considerandos ferem imediatamente a parte deliberativa da Recomendação. -----

----- O CDS vota contra, porque não pode ser um Partido ou um Órgão Autárquico a impor, que uma manifestação cultural não deve existir ou cortar o acesso a esta, não é uma lei que extingue parte da nossa identidade. -----

----- No CDS, há aqueles que são aficionados, mas também há àqueles que não vão a touradas, mas no CDS há algo que nos une... Tenho tempo dado pelo PPM. -----

----- No CDS, há aqueles que são aficionados, mas também há àqueles que não vão a touradas, mas no CDS há algo que nos une, nunca colocaremos em causa o direito à opção de cada um, dentro da liberdade que a Constituição lhe dá! Com essa mesma liberdade e respeito pela opinião de cada um, votamos contra. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Paulo Muacho, dos Independentes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- A tourada é hoje uma prática anacrónica e em declínio, a tradição não pode ser justificação para a banalização e a contínua promoção da violência e de uma atividade que não soube, ou não quis, atualizar-se e adaptar-se aos padrões éticos e legais da nossa sociedade no tratamento de animais. -----

## DRAFT

----- Lisboa, que tem estado na linha da frente das políticas ambientais e de proteção animal, e é proprietária da Praça do Campo Pequeno, deve dar este passo, à semelhança do que outras cidades portuguesas já fizeram e declarar-se livre de espetáculos com sofrimento animal, retirando o apoio aos espetáculos tauromáquicos na cidade e, em especial no Campo Pequeno. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Rui Costa, do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- O que o PAN nos traz hoje é uma questão bem diversa do que levou na sexta-feira passada ao Parlamento. O PAN quer desonerar a Casa Pia de Lisboa, de ter a obrigação de fazer espetáculos tauromáquicos, como condição para a cedência de espaço do Campo Pequeno, e parece-me bem, e o PAN quer que o Município de Lisboa deixe diretamente, ou indiretamente através do fundo de turismo, e já agora do financiamento dos turistas que cá vêm, de financiar este tipo de atividades tauromáquicas e o Bloco de Esquerda diz ao PAN que sim, aliás, tínhamos inscrito isto e muito mais, e muito mais, no nosso programa eleitoral.-----

----- E vemos Partidos que aqui já vieram sem que nada tivesse a no programa eleitoral a este respeito, tentar lançar névoa sobre a discussão, têm de ser claros! O PAN não propõe, apesar do que diz, a proibição de touradas em Lisboa. O PAN propõe aqui, que não seja condição de utilização do Campo Pequeno, leiam a parte resolutiva, a realização de touradas e propõe que o Município de Lisboa não apoie direta ou indiretamente espetáculos tauromáquicos, é isso que o PAN aqui propõe e é essa a vossa responsabilidade na votação hoje, e se não querem assumir essa responsabilidade, pelo menos não iludam os lisboetas dizendo o contrário do que é aqui proposto, esse esclarecimento tem que ser feito!-----

----- Relativamente à realização de espetáculos tauromáquicos em Lisboa, a realização ou não de espetáculos tauromáquicos é, neste momento, uma competência ferida pelas leis da República à Administração Central, se porventura um dia for uma competência Municipal, o Bloco de Esquerda estará na primeira linha a defender a proibição desses espetáculos, ou caso veja que não há condições políticas, e face aos dados que são patentes, e não são precisas sondagens, a defender e que seja devolvida a palavra aos cidadãos através de um Referendo Municipal para decidir sobre esta matéria, mas em relação a estas Propostas não nos chocam, saudamo-las, e sobretudo não gostávamos de aprovar orçamentos em que soubéssemos que direta ou indiretamente são canalizadas verbas para o apoio a este tipo de espetáculos. Muito obrigado.”-----

DRAFT

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Temos uma última inscrição que foi do Deputado José Inácio.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado José Inácio Faria, do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Ao Colega do Bloco de Esquerda, o que o PAN quis foi mesmo abolir as touradas no Campo Pequeno e o Partido da Terra ... Não, não, não, não, e o Partido da Terra concorda plenamente com o PAN e eu acho que é uma iniciativa de louvar, portanto, não venha cá com tretas! -----

----- Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores e Caros Colegas.-----

----- Foi com pesar... Eu não faço não sei quantos quilómetros para cá vir ouvir isso! Desculpe lá!-----

----- Foi com pesar mas sem surpresa que o MPT viu o Projeto Abolição das Touradas em Portugal ser chumbado na Assembleia da República, no passado dia 6 de julho de 2018, e foi, mais uma vez, sem surpresa que vimos jorrados naquele debate os mesmos argumentos baseados em cultura e tradição que esperávamos também encontrar aqui.-----

----- Deixando o debate sobre esta questão a nível nacional na casa onde cabe ser feita, faço agora na cidade de Lisboa. Ora, então, Olhemos para os números. A tauromaquia constitui uma tradição... para quantos? Para quem, Caros Colegas? Quando 89% da população Lisboeta, porque é essa que representamos, não assiste a este tipo de eventos no Campo Pequeno, quando 75% não concorda com o financiamento público deste tipo de eventos... Então, mas afinal quem representamos nós? -----

----- Passaram-se quase 140 anos desde que a Câmara Municipal de Lisboa cedeu os direitos de superfície à Casa Pia para que esta mesma entidade edificasse a Praça, com a condição de que lá fossem realizados eventos tauromáquicos, mas não só. -----

----- Em quase 140 anos, Portugal cresceu, evoluiu. Portugal progrediu! Passámos a reconhecer os animais como seres dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica, tornámo-nos sucessivamente mais sensíveis às questões ambientais, Lisboa será Capital Verde em 2020, vendo reconhecidos os seus esforços no âmbito da sustentabilidade ambiental. Questões que não se colocavam em 1839.-----

----- E, no entanto, parece-nos que a Praça do Campo Pequeno permanece encalhada naquele mesmo ano!-----

----- Ou talvez não. Algo parece ter mudado desde 1839. -----

----- Contrariando aqueles que afirmam que o número de adeptos da tauromaquia não está em declínio, a Dr.<sup>a</sup> Paula Resende, nomeada pelo Tribunal do Comércio de Lisboa para gerir o processo de insolvência da sociedade gestora do Campo Pequeno,

## DRAFT

afirmava, em Agosto de 2017, não haver público em Portugal para concretizar as 20 touradas anuais previstas no contrato de exploração, por 50 anos, assinado em 2004.---

----- Sugeria, ainda, que, em 2018, poderia nem ser viável manter as 12 ou 13 que foram realizadas nos últimos anos. Cito, “(...) são demasiadas”!-----

----- Em que ficamos então? Há ou não adeptos de tauromaquia em número suficiente em Lisboa? Fará sentido a Câmara Municipal de Lisboa sustentar a isenção de 12 milhões de euros anuais em IMI, mantendo o apoio a esta atividade na qual, claramente, a vasta maioria dos Lisboaetas não se revê? Estaremos à espera de mais um processo de insolvência por teimosia de um executivo que insiste em aguentar “a soro” uma barbaridade que não devia pertencer já a este século?-----

----- O que, seguramente, aos lisboetas já não pertence! Muito Obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Rui Costa, do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, só para esclarecer o Senhor Deputado José Inácio Faria que saudamos que esteja deste lado, na questão de fundo, mas não podemos acompanhá-lo na leitura que faz no documento do PAN, seguramente esteve tão desatento à leitura do documento, como está agora, que me estou a referir à sua pessoa e, portanto, não teve oportunidade de perceber que o PAN não propôs, nem podia propor a abolição das corridas de touros em Lisboa ainda, mas lá chegar ao momento, seguramente. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- Vamos dar a palavra ao Senhor Presidente de Câmara, que pediu a palavra.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, eu quero só prestar um esclarecimento sobre um sobre este debate, que é o seguinte: a Câmara Municipal não dá nenhum apoio de forma direta ou indireta à realização de touradas na cidade de Lisboa, nenhum! Nenhum! Há uma confusão, que vem a ser gerada há muito tempo, que eu já esclareci várias vezes, que é a utilização do símbolo do logótipo da Associação Turismo de Lisboa decorre da condição de associado da empresa que gere o Campo Pequeno, e não tem não se traduz em nenhum apoio!-----

----- Não há nenhum apoio que eu conheça, direto ou indireto, isto é, da Câmara, da Associação de Turismo ou qualquer entidade pública, à realização de touradas no Município de Lisboa, não há!-----

----- Pronto, não existe, por isso, quer dizer, não vale a pena repetir uma coisa que factualmente não acontece. Muito obrigado.-----

DRAFT

----- Podem crer, obviamente, acabar com uma coisa que não existe, mas isso já é uma prerrogativa...”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Agora sim, não temos mais inscrições sobre esta matéria.-----

----- Tenho a indicação na Mesa, mas para confirmar se é uma indicação que está certa, que o PAN pediu a votação ponto por ponto da própria Recomendação e, portanto, é isso que vamos fazer. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados dos Grupos Municipais, se faz se têm presente o texto da Recomendação e os três pontos que vamos votar.” -----

----- **Ponto 1 da Recomendação nº. 029/01, do PAN, votos contra do PS, PSD, PCP, CDS-PP e PPM, não há votos de abstenção, votos a favor do BE, PEV, PAN, MPT, 8 IND e 5 PS. Ponto 1 da Recomendação nº. 029/01, foi rejeitado.**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Microfone ao Senhor Deputado José Leitão, por favor, para esclarecermos se há um voto da Bancada ou se são os votos totalmente livres, é que à luz do nosso Regimento quando o líder da Bancada vota, nós contamos o voto da Bancada e depois descontamos os outros votos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Nesta matéria há liberdade de voto.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Total e absoluta, portanto, muito bem!-----

----- Então assim esclarecidos, e vai-se repetir para os restantes pontos? Portanto, agradecemos que quando isso se verificar que nos possam sinalizar previamente, que ajuda à condução dos trabalhos e à contagem pelos Serviços e, portanto, ia pedir ali à Mesa de apoio, que também ajudem a Senhora Deputada Patrocínia César a fazer a contagem, de modo a que não haja erros. -----

----- Portanto, vamos então, nas restantes Bancadas, alguém tem o mesmo regime do Partido Socialista?-----

----- Vamos votar por Bancada, portanto, quer os Serviços quer a Mesa, vamos contar todos os restantes por Bancada e vamos contar individualmente, os Senhores Deputados Municipais que exercem o mandato como Independentes e a Bancada do Partido Socialista, para não haver dúvidas sobre esta matéria. -----

----- Muito bem, vamos retomar, agora sim, o Ponto 1 desta Recomendação quem vota contra? O Partido Comunista Português, alguns Deputados do Partido Socialista, PSD e CDS.-----

----- Tenho que pedir aqui às minhas Secretárias, que também estão muito entusiasmadas com o tema, que também se disciplinem e a Senhora Deputada

DRAFT

Patrocínia Vale César vai anunciar os votos das Bancadas e os Serviços vão contar os Deputados Municipais Independentes e o Partido Socialista. -----

----- Sim Senhor Deputado Manuel Lage?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Senhor Presidente a interpelação prende-se com a seguinte: como o Senhor Presidente disse há bocadinho, e muito bem, essa contagem ocorrerá quando a votação for diferente da direção da Bancada e, portanto, nos votos, neste caso contra.--

----- Como o Presidente disse há bocadinho, e muito bem, portanto, quando há uma votação é livre, mas quando a votação for contrária aquela que é a da direção da Bancada subtraindo, portanto, como é aquilo que sucede habitualmente, são retirados os votos aos 33 elementos da Bancada do PS.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhor Deputado Manuel Lage, não serei eu a contrariá-lo, porque repetiu o que eu disse, mas eu não queria era contrariar o Senhor Deputado José Leitão, que firme e expressamente me pediu para contar todos os votos da Bancada do Partido Socialista e, portanto, convém que se entendam sobre essa matéria.-----

----- Portanto, do ponto de vista Regimental tem toda a razão, foi que eu disse, e portanto, então aqui a Senhora Deputada Patrocínia vale César é que tem razão!-----

----- Sim?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “ Era para fazer uma Interpelação à Mesa, relativamente à questão da contagem dos votos, num momento em que sabemos que os Deputados do Partido Socialista e dos Independentes têm liberdade de voto, é abusivo contar os votos ausentes como contra, portanto, isso parece-me perfeitamente inadmissível.-----

----- Não é nominal, não é nominal, não é não!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, vamos lá acalmar um bocadinho, que é um tema que demonstra paixões e alguma animação, mas é assim: pode existir uma Proposta para votação nominal e eu tenho que colocar essa Proposta à consideração do Plenário.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, querem-se sentar, nomeadamente aí da Bancada do Partido Socialista e todo este debate? Preferem que eu interrompa os Trabalhos para se entenderem durante dois ou três minutos? Como é que querem proceder?-----

----- Senhor Deputado José Leitão é preciso uma interrupção de dois ou três minutos? Tudo esclarecido? Contamos o voto da Bancada do Partido Socialista e descontarmos os seguintes votos? Há alguma Proposta formal para eu colocar à consideração do Plenário para a votação nominal?-----

----- Senhor Deputado Miguel Santos. Microfone ao Senhor Deputado Miguel Santos.”-----

DRAFT

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, não estamos a pedir votação nominal.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, se não está a pedir não está a pedir!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não, estou a pedir outra coisa: que se saiba quem é que está ausente do Plenário!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Oh Senhor Deputado Miguel Santos, o Senhor pelo menos presumo que conheça o Regimento tão bem como eu e, portanto, o nosso Regimento é claro, foi aquilo que eu expressei.-----

----- O Senhor Deputado José Leitão fez uma intervenção a dizer que queria contar todos os votos, depois a Bancada do Partido Socialista conversou, fez uma interpelação à Mesa, invocou o Regimento, é tal e qual o que eu tinha dito, portanto, o Regime é esse! -----

----- A única maneira de nós não cumprirmos o Regimento nesta matéria, na votação, é cumprir da outra maneira, alguém faz um pedido formal para colocar à votação a votação nominal, se o Plenário aprovar procedemos a votação nominal, se não aprovar continuamos.-----

----- Senhor Deputado Rui Costa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente para que não restem dúvidas e olhando para a sala, e porque esta é uma decisão que responsabiliza, não é uma decisão que conste dos programas eleitorais, ou de parte deles, e que responsabiliza cada um de nós...”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, querem ouvir o Senhor Deputado?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Dizer que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda requer a votação nominal desta Proposta.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Olhe lá, nem é uma Assembleia Geral das Sociedade em que o Senhor participa!”-----

DRAFT

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Oh Senhores Deputados, Senhor Deputado António Prôa, Senhor Deputado Rui Costa, vamos acalmar um bocadinho! -----

----- Portanto, Senhoras e Senhores Deputados, nós temos uma Ordem de Trabalhos para cumprir, e depois a que acontece é que muitas das Senhoras Deputados e Senhores Deputados entusiasma-se muito, mas aqui a mais uma hora ou duas, nós fazemos a contagem de quórum, para ver quem é que está aqui tão entusiasmado e quem é que está aqui na sala e, portanto, vamos ver se os Senhores Deputados se acalmam para podermos prosseguir os nossos Trabalhos. -----

----- O Senhor Presidente de Câmara para fazer uma interpelação à Mesa também.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhor Presidente, querendo-me intrometer na condução dos Trabalhos, é que são 5. 20 da tarde, nós temos aqui um horário para cumprir, também eu queria propor, sugerir, se podia ser avaliada esta votação ser feita no final das perguntas à Câmara ou então que houvesse uma decisão sobre as perguntas à Câmara serem noutra dia, porque já estou a ver que isso dificilmente se vai concluir hoje.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, não estamos longe de isso poder acontecer, porque se o Plenário aprovar a votação nominal, como nós não estamos imediatamente preparados, eu vou passar ao ponto seguinte, enquanto os Serviços preparam e depois trataremos de tudo o que é preciso para a votação nominal, inclusivamente se for preciso numa próxima sessão. -----

----- Oh Senhor Deputado Municipal, talvez seja bom, antes de gritar, ouvir! Está bem Senhor Deputado? Aquilo que eu lhe disse, Senhor Deputado e talvez se ouvisse não fizesse essa pergunta, o que eu lhe disse foi que se o Plenário, eu vou colocar à consideração do Plenário, a Proposta que foi formalmente feita pelo grupo Municipal do Bloco de Esquerda. -----

----- Se a Proposta for aprovada, nós vamos proceder a uma votação nominal, para procedermos à votação nominal os Serviços têm que preparar a Lista de Presenças atualizada de hoje, para fazermos a chamada para a votação nominal, isto não está imediatamente preparado, portanto, das duas uma, ou passamos ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, enquanto os Serviços fazem isso ou interrompemos os Trabalhos, enquanto os Serviços fazem, é simples e penso que agora está esclarecido e, portanto, vamos. -----

----- Senhora Deputada Virgínia Estorninho quer sentar-se aqui na Mesa também? Agora. Muito bem, também é um tema que tal como apaixona as bancadas, também apaixona aqui a Senhora Deputada Virgínia Estorninho e, portanto, vamos. -----

----- Senhora Deputada Inês Real, microfone à Senhora Deputada, é a última palavra em termos de condução dos Trabalhos que nós vamos dar.”-----

DRAFT

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, compreendemos que tenha que haver aqui a preparação da votação nominal, caso seja aprovada, no entanto, não aceitamos que passe para o final dos trabalhos, é uma falta de respeito para com a Recomendação que o PAN aqui traz. -----Nós estamos aqui a trazer uma Recomendação que é muito clara e objetiva, por uma questão de consideração, os Trabalhos devem estar preparados para qualquer circunstância.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhora Deputada, como o aceitar, ou não aceitar, está no seu pleno direito e eu sou daqueles Presidente em Exercício, que não leva a mal, nem as críticas, nem abdica de decidir, portanto, nós decidiremos e se algum Senhor Deputado discorda, pode recorrer da decisão da Mesa, para o Plenário, porque é assim que esta Assembleia funciona democraticamente e, portanto, vamos colocar à consideração do Plenário a **Proposta do Bloco de Esquerda de votação nominal desta Recomendação**. Quem vota contra a Proposta do Bloco de Esquerda? Votos contra do PCP, PS, PSD, PPM, CDS-PP. Não há votos de abstenção. Votos a favor do BE, 8 IND, PEV, PAN, 5 PS, e MPT. **A Proposta do Bloco de Esquerda de votação nominal desta Recomendação foi rejeitada.**-----

----- A proposta foi rejeitada, vamos então continuar. Senhores Deputados da bancada do Partido Socialista, eu já vos perguntei duas vezes, isto até já se torna um bocado ridículo! Se os Senhores Deputados querem que eu interrompa os Trabalhos para decidirem, nós vamos registar e vamos contar aquilo que são os votos a favor dos senhores Deputados e tudo, mas a Proposta foi claramente chumbada com o voto das Forças Políticas e com o voto da Direção do Partido Socialista, e portanto, não percebo qual é a dúvida ao estarmos aqui a criar incidentes, a prolongas esta matéria, portanto, vamos passar à votação da própria Recomendação.-----

----- Microfone ao Senhor Deputado Pedro Delgado Alves.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito telegraficamente, não conheço nenhuma Assembleia em que não haja um momento para quem quer votar a favor, mesmo uma Deliberação meramente Regimental o poder fazer, o Senhor Presidente, tem a obrigação legal de perguntar quem vota a favor!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito bem Senhor Deputado. Quem vota a favor? Votos a favor do Bloco de Esquerda, 8 Deputados independentes, 5 Deputados do Partido Socialista, MPT, PEV e o PAN.”-----

----- Vamos para a votação dos Pontos da Ordem de Trabalhos, vamos passar à votação do Ponto 1.-----

## DRAFT

----- **Ponto 1 da Recomendação n.º 029/01, do PAN**, votos contra do PS, PSD, PCP, CDS-PP e PPM, não há votos de abstenção, votos a favor do BE, PEV, PAN, MPT, 8 IND e 5 PS. **Ponto 1 da Recomendação n.º 029/01, foi rejeitado.**-----

----- Os Serviços estão a confirmar o apuramento para que não haja dúvidas. -----

----- Microfone ali à Mesa para anunciarmos ponto a ponto o resultado imediato, por favor.-----

----- A Votação dá 49 contra e 26 a favor, muito obrigado, portanto, o **Ponto 1 foi rejeitado.** -----

----- **Ponto 2 da Recomendação n.º 029/01, do PAN**, votos contra do PS, PSD, PCP, CDS-PP e PPM, não há votos de abstenção, votos a favor do BE, PEV, PAN, MPT, 8 IND e 8 PS. **Ponto 2 da Recomendação n.º 029/01, foi rejeitado.**-----

----- A Votação dá 49 contra e 26 a favor, muito obrigado, portanto, o **Ponto 2 foi rejeitado.** -----

----- **Ponto 3 da Recomendação n.º 029/01, do PAN**, votos contra do PS, PSD, PCP, CDS-PP e PPM, não há votos de abstenção, votos a favor do BE, PEV, PAN, MPT, 8 IND e 8 PS. **Ponto 3 da Recomendação n.º 029/01, foi rejeitado.**-----

----- A Votação dá 49 contra e 26 a favor, muito obrigado, portanto, o **Ponto 3 foi rejeitado** e, portanto, todo o conteúdo da **Recomendação n.º 029/01 foi rejeitada.** ----

----- O Partido Comunista Português sinaliza que vai fazer uma Declaração de Voto por escrito, o MPT e o CDS-PP também.”-----

----- (A Senhora Deputada Municipal Aline Gallash Hall de Beuvink do Grupo Municipal do PPM não participou na apreciação e votação desta Recomendação por impedimento legal). -----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- *“Declaração de Voto sobre a Recomendação 029/01 (PAN) - Fim das touradas na Praça de Touros do Campo Pequeno.* -----

----- *As corridas de touros e espectáculos tauromáquicos têm suscitado reiteradamente debates nesta assembleia municipal e na sociedade, pelo que reiteramos a posição que temos assumido.* -----

----- *O Grupo Municipal do PCP respeita integralmente a sensibilidade de quem não está de acordo - ou rejeita mesmo - a tauromaquia tal como entende que se deve respeitar aquilo que as populações sentem como parte integrante da sua identidade cultural, as suas especificidades culturais, minoritárias ou maioritárias, que não atentem contra direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.* -----

----- *Respeitar a diversidade cultural implica reconhecer expressões culturais diferentes das próprias e reconhecer a universalidade dos direitos.* -----

----- *As expressões da cultura popular, como a generalidade dos elementos da cultura humana, não são imutáveis e são, elas próprias, produto da vida social. Uma perde força e desaparecem, outras ganham-na e projectam-se. As tradições só por existirem ou terem existido não significa que devam ser mantidas, promovidas ou restabelecidas mas determinar pela lei a sua proibição já significa coisa diferente.* ----

## DRAFT

----- Recordamos os incidentes que ocorreram em Barrancos no ano 2000 na sequência da tentativa de imposição pela força de uma proibição semelhante. -----

----- Aqueles incidentes demonstraram que a transformação de práticas que as populações sentem como parte da sua identidade cultural em problemas de ordem policial por via da proibição é apenas factor de mais graves conflitos e confrontos sociais.-----

----- A proibição daquelas práticas levou à sua ilegalidade e conduziu à repressão policial da população mas não permitiu que elas desaparecessem da matriz da sua cultura popular, da sua vivência comunitária colectiva. O Grupo Municipal do PCP reconhece o apego de muitos portugueses e de muitas comunidades do nosso país à tauromaquia que a consideram parte integrante da cultura popular, não ignorando, contudo, as preocupações e opiniões contrárias de outros sectores da sociedade. Tal divisão de opiniões não nos parece que possa ser resolvida pela via da proibição legal destas práticas. -----

----- Entendemos que o caminho que há a fazer é o do respeito pela diversidade cultural e o da efectiva responsabilização do Estado na promoção de uma relação mais saudável entre os animais e os seres humanos, acompanhada de uma acção pedagógica com o objectivo de sensibilizar os cidadãos, em particular as crianças e os jovens, para a importância do bem-estar animal e a sua efectiva protecção.-----

----- O Representante do Grupo Municipal do PCP, António Modesto Navarro.” -----

----- (O Grupo Municipal do CDS-PP não apresentou a Declaração de Voto.)-----

----- **O Grupo Municipal do MPT** apresentou, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “O Grupo Municipal do Partido da Terra, eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Acta da Reunião realizada no dia 10 de Julho de 2018 a sua declaração de voto referente à Recomendação 029/01 "Fim das touradas na Praça de Touros do Campo Pequeno" apresentada pelo Grupo Municipal do PAN.

----- Esta Recomendação mereceu o voto favorável deste Grupo Municipal com o seguinte fundamento:-----

----- O Partido da Terra - MPT considera que a actividade tauromáquica não só constitui uma prática bárbara como não é representativa da população Lisboaeta que, na sua vasta maioria, não assiste a touradas nem concorda que a Câmara Municipal de Lisboa apoie este tipo de actividades, mesmo que de forma indireta, como seja na manutenção da isenção de 12 milhões de euros anuais em IMI da Praça do Campo Pequeno. -----

----- O Partido da Terra - MPT advoga o fim das actividades tauromáquicas na praça de toiros do campo pequeno por não aceitar que, em pleno século XXI, se continue a sujeitar animais que connosco partilham este planeta, a práticas bárbaras e desumanas.-----

----- Depois do chumbo na Assembleia da República da proposta do PAN em abolir, a nível nacional, as actividades tauromáquicas, o Partido da Terra sempre acreditou

## DRAFT

*que na Assembleia Municipal de Lisboa imperasse o bom senso. No entanto tal não veio a acontecer!* -----

*----- Atento ao facto do resultado do inquérito feito aos lisboetas ter-se verificado que mais de 70% dos munícipes de Lisboa discordam deste tipo de actividades, o Partido da Terra representado na Assembleia Municipal de Lisboa decidiu votar favoravelmente a Resolução apresentada pelo PAN.* -----

*----- Considerando que só cerca de 30% dos deputados municipais votaram pelo fim deste tipo de espectáculo degradante, o Partido da Terra questiona se os deputados na Assembleia Municipal de Lisboa representam verdadeiramente os lisboetas?* -----

*----- Questiona, ainda, o Partido da Terra se os deputados municipais se terão esquecido de que a legitimidade do seu mandato assenta na representatividade dos cidadãos lisboetas e na defesa dos interesses de quem os elegeu?*-----

*----- Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra, o Deputado Municipal José Inácio Faria.”*-----

**----- PONTO 6 – PERGUNTAS À CÂMARA MUNICIPAL, DE ACORDO COM OS TEMAS E FORMATO INCLUÍDOS NO ANEXO À CONVOCATÓRIA, E AO ABRIGO DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO;**-----

**----- O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

*----- “Vamos passar às pergunta à Câmara Municipal, o Ponto 6 da Ordem de Trabalhos, e como nós, na última na última Reunião, a bem daquilo que era a informação total dos Senhores Deputados, mas também a bem de várias propostas que tínhamos da Câmara Municipal, nessa Ordem de Trabalhos, e que foram apreciadas, decidimos fazer a votação final global do Regimento na próxima quinta-feira.*-----

*----- Vamos fazer ainda esta última Sessão de Perguntas à Câmara ao abrigo do Regimento atual, e também como tem sido prática nas últimas matérias, não tem havido consenso para proceder a alterações em relação àquilo que está no Regimento e, portanto, constrangimentos conhecidos de todos: a Câmara tem pouco tempo para responder às perguntas e, portanto, no bom andamento e da condução dos trabalhos aquilo que nós pensamos é que importa a Câmara fazer uma boa gestão do seu tempo.-*

*----- Vou passar a recordar, aquilo que é, que faz parte do Regimento: cada Deputado Municipal faz a pergunta ou perguntas, mediante as inscrições que nós já que temos, a resposta da Câmara Municipal segue-se de imediato ao Deputado que acabou de fazer a intervenção, vai continuando por rondas e, portanto, todas as inscrições que nós recebemos foram sendo agrupadas por rondas e, portanto, é assim sucessivamente...Não, não é no final da ronda, é tal e qual como eu estive a ler do Regimento, portanto, há uma pergunta do Senhor Deputado, a Câmara responde imediatamente e vai gerindo por rondas, por isso mesmo a boa gestão do tempo da Câmara, respostas curtas, sintéticas, objetivas e vamos fazer das rodas.*-----

*----- Não temos consenso dos Grupos Municipais para fazer de outra maneira e, portanto, é assim e vamos iniciar.*-----

*----- Senhor Presidente da Câmara quer interpelar a Mesa?”*-----

DRAFT

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “ Quero, quero interpelar a Mesa sobre o método que está a ser proposto, está a ser proposto uma resposta um a um da Câmara a cada pergunta individual de cada Deputado? É esse o Método?” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “É o que está consagrado no Regimento Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra prosseguiu a sua interpelação à Mesa: -----

----- “É? Então muito bem, então a Câmara não usará nem mais um minuto que aquele que tem no Regimento, quando acabar acabou! Responderemos depois a tudo por escrito.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Sim, é isso mesmo Senhor Presidente, são os constrangimentos do Regimento, conhecidos de todos e, mas estamos a seguir a vontade dos Grupos Municipais, de fazer cumprir integralmente o Regimento até à sua alteração e, portanto, são constrangimentos de todos conhecidos. -----

----- Aquilo que, de modo a fazermos o melhor possível, aquilo que a Mesa recomenda, mas é só apenas uma recomendação, porque não tem nenhuma interferência na gestão dos tempos, quer dos Grupos Municipais quer da Câmara, é perguntas sintéticas, respostas sintéticas, senão acontecerá isso mesmo, não só pelo tempo, ficaremos com as perguntas escritas para serem respondidas também por escrito. -----

----- Penso que é o Senhor Deputado José Inácio que é o primeiro inscrito e, portanto, Senhor Deputado tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT),** no uso da palavra colocou as seguintes questões: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Senhor Presidente da Câmara, Caros Colegas, restante Público presente. -----

----- Senhor Presidente em Exercício, eu fiz-lhe sinal que o Partido da Terra, vai apresentar uma Declaração escrita à recomendação do PAN, a 29/01. -----

----- Só para que conste. -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Senhor Presidente da Câmara, Caros Colegas, restante Público presente. -----

----- Para esta Sessão Extraordinária com Perguntas à Câmara, o Partido da Terra gostaria de colocar à consideração do executivo Municipal, uma série de questões que considera fundamentais para o bom desempenho do governo da cidade. -----

----- Assim sendo, nesta primeira ronda de perguntas, apresentamos os seguintes 4 temas: -----

----- Quanto à primeira Temática: “*criação de um alegado Parque Urbano na Praça de Espanha*”, parece que Município de Lisboa – e não é só de agora – tem um

## DRAFT

problema muito grave, relativamente a qualquer espaço, aberto, amplo, desafogado, parecendo possuir uma efectiva compulsão, para os preencher sempre com cimento e betão ou com os ditos equipamentos urbanos.-----

----- Citando a edição do Jornal Expresso, já de 30.04.2017, cito e passo a citar: “A escassez de espaços de escritórios em Lisboa está a deixar os investidores atentos ao que começa a perfilar-se na Praça de Espanha, que há muito (ainda no tempo de João Soares como presidente da Câmara Municipal de Lisboa) foi referenciada como um potencial polo de edifícios de escritórios.”-----

----- Ou seja, tudo parece encaminhar-se para uma situação, que como alguém já afirmou “sob a capa de um anunciado parque urbano, «a nova Praça de Espanha», mais não será do que o logradouro de novos negócios imobiliários”, o que ficará mais próximo de um verdadeiro parque de betão. -----

----- O que devia ser um importante projeto de ligação dos jardins da Gulbenkian a Monsanto, através de um corredor verde contínuo – como arquitectado, pelo Arq. Gonçalo Ribeiro Telles, presidente honorário do meu partido - e a criação de um pólo cultural aglutinador dos diversos espaços culturais já existentes (Palácio Palhavã, Fundação Calouste Gulbenkian, Teatro Aberto, Comuna - Teatro da Pesquisa), poderá transformar-se em mais um pesadelo urbanístico e de mobilidade, disfarçado apenas por um ajardinamento para enquadrar novas construções de grande dimensão.-----

----- Caros Colegas, ao ser autorizada a construção de grandes edifícios numa zona residencial, designadamente, (8 a 10 pisos no Bairro do Rego/Av. Santos Dumont/ Av. de Berna e 20 a 25 pisos na Av. Columbano Bordalo Pinheiro), estes constituirão autênticas barreiras com grande impacte visual que provocarão alterações profundas na vivência dessas zonas residenciais e que traduzirão necessariamente uma sobrecarga na circulação e mais constrangimentos ao estacionamento. -----

----- A verdade é que ao eliminar-se a placa giratória da Praça de Espanha e ao substituí-la por dois eixos rodoviários juntamente com uma explosão urbanística programada, com a edificação de imóveis com dezenas de pisos, irá necessariamente dar-se um aumento exponencial e congestionamento do fluxo de tráfego, que evidentemente irá afectar seriamente outras zonas da cidade. -----

----- Colocamos assim a seguinte pergunta à Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- *Tendo em conta os problemas de tráfego automóvel, que na presente data, já existem na Praça de Espanha como é público e notório, e (que ainda não possui a densidade de construção prevista para essa zona, e ainda sem, o número massivo de trabalhadores e utentes, das empresas e serviços, que aí ficarão instaladas, nos novos imóveis), pergunto, como será ordenado o tráfego automóvel, no que respeita à mobilidade, na Praça de Espanha e nas demais zonas confinantes da Cidade de Lisboa, enquanto decorrerem as obras e estiver concluído o referido Parque Urbano?*

----- Ainda na temática do Urbanismo e Mobilidade, gostaríamos de abordar as Obras do elevador da Sé de Lisboa como 2.º tema.-----

----- Os elevadores e as Escadas Rolantes, pensados para melhorar as acessibilidades à Colina do Castelo e à Sé de Lisboa tornaram-se miragens acompanhadas de pesadelos para os Lisboetas. -----

## DRAFT

----- O projecto de elevador, que se previa vir a melhorar a mobilidade tornou-se num impedimento à mesma, para quem circula hoje, no Campo das Cebolas. -----

----- O elevador, que no futuro ligará o Campo das Cebolas à Sé de Lisboa, deveria ter sido concluído no Verão de 2017, mas a obra parou cinco meses depois de apenas ter começado. -----

----- E desde então, o estaleiro da obra continua montado e inactivo, sendo visível a degradação dos materiais e a degradação da zona envolvente, tornando-se num verdadeiro urinol público a céu aberto. -----

----- Temos conhecimento que os proprietários dos estabelecimentos de restauração já questionaram, por escrito, diversas vezes a EMEL, relativamente à conclusão da obra e, que se saiba, ainda não obtiveram qualquer resposta. -----

----- Sabemos que foram encontrados na Primeira Fase da Obra, achados arqueológicos e que a partir daí os trabalhos foram suspensos, obrigando todos aqueles que ali trabalham e residem a conviver diariamente com tapumes, urina e ratos. -----

----- Gostaríamos de relembrar a todos os presentes que, a obra do Elevador da Sé em 2016 tinha um custo total estimado de 617.500 euros. -----

----- E sendo assim, o MPT questiona: Senhor Presidente e Senhor Vereador Manuel Salgado, (não está aqui). -----

----- 1. Qual a razão, para a suspensão das obras do Elevador? -----

----- 2. *Para quando o retomar das Obras do Elevador da Sé e qual o prazo previsto para a conclusão das mesmas?* -----

----- 3. *Qual o valor ainda, actual do custo da obra do Elevador da Sé?* -----

----- Como terceiro tema, gostaríamos de abordar a questão do Encerramento de Creches e Despejo de Associações que têm vindo a ser uma prática diária, na nossa cidade. -----

----- O drama diário do encerramento das Associações e Clubes, é um facto que não podemos, uma vez mais, deixar aqui de referir. -----

----- O MPT tem trazido a este plenário, algumas situações como a dos Vendedores de Jornais Clube, um Clube com 97 anos de história, com vitórias e com um espólio pertencente ao célebre aviador Gago Coutinho, que se encontra na eminência de fechar portas. -----

----- Também Associação Cultural Maumaus, é mais uma que anunciou recentemente que iria ser despejada do local onde se encontra instalada desde a sua fundação em 1992. -----

----- A Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul já encerrou as portas do n.º 61 da Av. D. Carlos I. -----

----- Estes são, Senhor Presidente, apenas alguns exemplos, do alvo da especulação imobiliária e do aumento desenfreado das rendas. -----

----- Meus Senhores e Minhas Senhoras, todos sabemos que, os Clubes e as Associações, representam os bairros e as gentes que lá residem, e possuem um forte carácter social. -----

## DRAFT

----- Mas para além dos Clubes e das Associações chegam diariamente notícias de despejos de creches, e exemplo disso é a Associação São João de Deus que irá deixar sem creche e pré-escolar cerca de 90 crianças. -----

----- Esta Instituição de ensino, que é mais uma das que foi notificada da intenção do senhorio em vender o imóvel, resta-lhe pouca esperança de continuar a sua actividade.

----- Gostaria de lembrar a todos, que nos últimos anos, só na freguesia do Areeiro, cinco instituições de ensino, já foram encerradas, o que representa cerca de 244 vagas, dos 4 meses aos 3 anos de idade. -----

----- E porque, como diz o adágio, quanto a factos não há argumentos, o MPT pergunta: -----

----- 1. *Que medidas tomou a CML – se é que tomou alguma - para proteger os Clubes e as Associações, para que estas não venham a ser substituídas por alojamentos de curta duração?* -----

----- 2. *E que medidas, foram adoptadas, de curta duração, para colmatar a falta de oferta de creches e pré-escolar nesta cidade? Falo de curta duração, pois já é sabido que o ano de 2020, será o ano em que tudo, parece que vai acontecer.* -----

----- Não se sabe porquê, mas penso que todos presumirão, que alguma coisa de importante, acontecerá naquele ano. -----

----- Como quarto e último tema desta ronda, o Partido da Terra gostaria de obter esclarecimentos sobre o Concurso para a concessão de exploração de Publicidade Exterior, na Cidade de Lisboa, que em nada é claro, nem transparente, assim o MPT gostaria de fazer as seguintes perguntas: -----

----- 1. *Quantos foram os concorrentes que propuseram acções e ou providências cautelares em Tribunal, relativamente a este procedimento concursal?* -----

----- 2. *Se existe alguma providência cautelar, e caso exista, se a mesma já foi objecto de decisão?* -----

----- 3. *Se existe alguma providência cautelar, e caso exista, se a mesma já foi objecto de decisão?* -----

----- 3.1 *E em caso afirmativo em que sentido? (favorável ou desfavorável à Câmara Municipal de Lisboa) ???* -----

----- Porque os Lisboetas têm o direito de saber, o que a Câmara Municipal de Lisboa, anda a fazer na gestão da sua cidade. -----

----- 3.2 *Por último, gostaríamos de saber se o executivo municipal, já procedeu à constituição de uma provisão financeira, como acto de boa gestão, para prevenir uma eventual situação em que o Município de Lisboa, seja condenado judicialmente a pagar uma indemnização, em qualquer Processo Judicial, decorrente deste estranho procedimento concursal? Muito Obrigado!* -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Entretanto, antes de passarmos a palavra ao Senhor Presidente de Câmara, só para que fique registado no registo magnético e em Ata, que houve aqui um lapso na Mesa, a Senhora Deputada Aline Beuvink em relação á Recomendação anterior do

## DRAFT

“Fim das Touradas na Praça de Touros do Campo Pequeno” tinha sinalizado a Mesa que se declarava impedida e, portanto foi outro Senhor que exerceu o sentido de voto do Partido, mas para que fique registado em Ata e no registo magnético. -----

----- E feita essa correção vamos passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder, a ele ou a quem ele designar.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra deu a seguinte resposta às questões que lhe foram colocadas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, eu próprio responderei. -----

----- A primeira pergunta sobre a Praça de Espanha. Confesso-lhe que entendi mal o seu ponto de vista, porque por um lado receia a edificação, por outro lado, receia que não se continue corredor de Gonçalo Ribeiro Telles, por outro lado receia que se acabe com a circulação rodoviária de carros, não se percebe o sentido!-----

----- O que lhe posso dizer é o seguinte: o Programa relativamente à Praça de Espanha não tem nenhuma alteração, faça aquilo que está previsto no Plano Diretor Municipal e àquilo que nós já apresentámos para a qualificação na Praça de Espanha. Não há nenhuma edificação, não há nenhuma alienação de património da Câmara, não há nada que não esteja já previsto naquele desenho, que correspondem basicamente dentro da Praça de Espanha a duas novas edificações, uma do lado Norte, contígua ao IPO, num terreno que foi alienado pela Câmara com uma edificabilidade que creio, se a memória não me falha, na casa dos 19 mil metros quadrados, de 20 mil metros quadrados, e com uma segunda área de edificabilidade que corresponde ao fim do processo com uma Utopia Lusitânia, que foi trazido também que esta Assembleia Municipal, um contencioso que tinha várias décadas, que corresponde a toda a área da gondola, até à esquadra da polícia, fora isso, que aliás, se encontram dentro do PDM e não foram alvo de nenhum instrumento específico. -----

----- Fora isso, o que se vai tratar é o reordenamento da rede viária e a criação de um parque urbano de grande dimensão de duas vezes o Jardim da Estrela. O calendário com que estamos a trabalhar é durante o mês de outubro de já termos a versão dos projetos do estudo prévio já consolidada, que mantém as diretrizes que tínhamos, que tínhamos apontado, e o que ali vai nascer é um grande parque urbano. -----

----- Os estudos que apontam, do ponto de vista da mobilidade, é uma melhoria significativa da mobilidade em dois dos sentidos, quer seja na Berna/Gulbenkian e Gulbenkian/Combatentes/António Augusto Aguiar, e a necessidade que teremos que fazer de relativamente ao sentido Calouste Gulbenkian/Combatentes e Berna/António Augusto Aguiar, ser preciso fazer adaptações para que se evite a acumulação de carros dentro daquele daquela cruzamento, mas o sentido geral, obviamente, é o sentido até da melhoria da fluidez, o que se percebe pelo próprio desenho, que aquela solução que terá. -----

----- Segunda questão, relativamente às obras do elevador, elas encontram suspensas por processo judicial, por isso foram impugnadas por um dos concorrentes e assim continuam até decisão do Tribunal. -----

----- Terceira questão, quanto a associação e às creches, as medidas que tomamos pela Câmara Municipal de Lisboa, a medida mais importante que nós estamos a tomar

## DRAFT

relativamente a todas estas instituições, é a reivindicação junto da Assembleia da República para que alterem a Lei do Arrendamento, precisamente a Lei que foi aprovada e que está a permitir a situação de precaridade relativamente a todas estas instituições!-----

----- Quero aliás, aproveitar já o momento para saudar a aprovação do Parlamento de uma moratória relativamente à proteção das pessoas idosas e das pessoas com deficiência, e também de saudar a promulgação pelo Presidente da República do mesmo Diploma.-----

----- Por último, o quarto ponto, relativamente à questão do concurso da Sociedade de Reabilitação Urbana, já tive oportunidade de explicar a razão da decisão, foi um concurso que se trata de um erro na Câmara Municipal de Lisboa, no seu conjunto. O concurso não deveria ter sido realizado sob a forma de leilão, já tive oportunidade de pessoalmente assumir essa responsabilidade, como responsável máximo da Câmara e das suas empresas, porque a realização de um leilão nestas circunstâncias iria levar a preços muito elevados e incompatíveis com o acesso à habitação, e àquilo que deve ser o papel da Câmara na regulação do mercado de acesso à habitação.-----

----- Perante um erro, a opção que temos é um viver bem a com a situação criada e nada a fazer, em segundo tentar corrigi-lo, e foi isso que pesou e a correção pesou pelo facto, do número de pessoas que infelizmente se viram afastadas do mecanismo concursal por não terem chegado ao preço mais elevado.-----

----- Tivemos que ter em causa a situação de pessoas que, entretanto, já tinham perdido a habitação ou estavam em risco disso, e foi essa a decisão que tomámos, reconhecendo naturalmente que se tratou de um erro, naquele processo deveria ter sido feito um concurso com base num preço fixo, e não deveria ter sido feita uma licitação na base de um preço base. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. O orador seguinte.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Carla Madeira, do PS.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)**, no uso da palavra colocou as seguintes questões:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores, público e comunicação social.-

----- A higiene e salubridade são componentes indispensáveis para a saúde, segurança e bem-estar, quer em termos individuais, quer coletivos.-----

----- No sentido de garantir estes valores essenciais é necessária uma estratégia integrada, que contemple as componentes da prevenção e da intervenção, onde o exercício das competências e atribuições da Câmara Municipal de Lisboa e das Juntas de Freguesia, deve obedecer a uma lógica de cooperação, bem como de racionalização e potencialização dos meios existentes e recursos públicos disponíveis.-----

## DRAFT

----- É fundamental que esta estratégia seja acompanhada por boas práticas e pelo cumprimento das normas regulamentares e disposições legais por parte dos cidadãos, nomeadamente, dos residentes, dos agentes económicos e dos visitantes, sob pena de se comprometer todo o esforço realizado e desperdiçar os recursos investidos, nomeadamente, em termos financeiros, materiais e humanos.-----

----- A higiene urbana constitui uma tarefa prioritária, complexa e difícil, face aos aspetos endógenos e aos inúmeros fatores externos e às dinâmicas constantes a que está sujeita, que a torna num processo sempre inacabado.-----

----- Neste contexto importa reconhecer e saudar os avanços já alcançados nesta matéria, nomeadamente no que concerne à concertação de ações entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, bem como quanto ao investimento realizado, para tentar satisfazer as necessidades e exigências que se colocam diariamente, todavia, ainda há muito a fazer e a melhorar!-----

----- A Freguesia da Misericórdia produz mais de 30 toneladas de lixo por dia, o que implica um grande esforço por parte da Câmara na recolha do lixo e por parte da Junta de Freguesia da Misericórdia na varredura e na lavagem das vias públicas, mais lixo não deve, nem pode significar insalubridade, para isso, é necessário ajustar os meios às necessidades.-----

----- Para assegurar o bom estado de higiene urbana e garantir a saúde pública é indispensável que a Câmara reforce o número de recolhas de lixo e proceda à instalação de mais caixotes fixos e ao alargamento da rede de contentores enterrados.--

----- A Câmara tem alargado o número de recolhas em certas zonas da cidade, a título de exemplo, as zonas da Bica e do Bairro Alto têm recolhas diárias de segunda a domingo, chegando a ter duas e três recolhas diárias, contudo, dado o crescimento cada vez maior do turismo e do alojamento local, cuja maioria dos *check-out* são feitos ao domingo, leva a que grande parte das zonas turísticas, que não têm recolha diária, estejam num estado deplorável ao domingo e à segunda-feira torna-se imperioso que todas as zonas turísticas, como é o caso da totalidade da Freguesia da Misericórdia tenham recolha diária de segunda a domingo.-----

----- Estas medidas certamente contribuirão para a melhoria da higiene na Freguesia, como comprova o projeto da Câmara, no âmbito do qual foram colocados caixotes de lixo fixos no Bairro da Bica e no Bairro Alto que, apesar da desconfiança inicial da população revelou-se um sucesso! O que é reconhecido e enaltecido pela população local!-----

----- O projeto vai ser agora alargado com a área envolvente ao Bairro Alto e ao Bairro de Santa Catarina, num trabalho de parceria entre a Câmara e a Junta de Freguesia, confiantes de que o sucesso alcançado seja alargado a outras áreas da Freguesia.-----

----- Por seu lado, a Junta de Freguesia da Misericórdia reitera o seu compromisso em continuar a aposta no setor da Higiene Urbana e manutenção do espaço público, onde a Junta investe anualmente 2 milhões de euros, portanto, cerca de 50% do seu orçamento, o que traduz o esforço e empenhamento da Junta de Freguesia da

## DRAFT

Misericórdia em assegurar a integridade e conservação dos equipamentos e as boas condições de higiene na Freguesia. -----

----- Porém, este esforço revela-se insuficiente para superar as necessidades e responder às exigências, pelo que torna-se fundamental que a Junta de Freguesia da Misericórdia disponha de mais recursos, designadamente em termos financeiros. -----

----- As medidas recém-anunciadas sobre a atribuição de parte da Taxa Turística às Freguesias que enfrentam os problemas do turismo, são um o passo positivo importante, mas no caso da Junta de Freguesia da Misericórdia são manifestamente insuficientes, irá permitir algum reforço a nível da varredura, lavagem e despejo de papelarias, contudo, deverá existir uma segunda fase onde exista uma análise mais equitativa da realidade das Freguesias, deverão existir outros critérios, que não apenas o número de dormidas e os monumentos existentes, critérios como o número de estabelecimentos comerciais de diversão noturna, bem como a quantidade de lixo produzida devem ser tidos em consideração, pois são objetivamente quantificáveis, se tal não acontecer, a título de exemplo, a Freguesia da Misericórdia não conseguirá duplicar, como é desejável, a sua capacidade para varredura, lavagem e despejo de papelarias, continuando os seus moradores a acordar com o cheiro nauseabundo a urina, vomitado e fezes humanas, e enfrentar a produção diária de mais de 30 toneladas de lixo à sua porta, situação que nenhum de nós deseja, pois os moradores da Freguesia da Misericórdia não podem continuar a ser danos colaterais do turismo, eu não aceito esse facto e lutarei com todas as minhas forças para combater essa fatalidade!-----

----- Ciente de que a Câmara partilha as nossas preocupações e também a ambição de promover o desenvolvimento, a coesão e a qualidade de vida da cidade de Lisboa, permito-me dirigir-me à Câmara as seguintes questões:-----

----- Para quando está prevista a recolha diária em todas as zonas que têm maior pressão turística? Nomeadamente na totalidade da Freguesia da Misericórdia.-----

----- Para quando está previsto que as Juntas de Freguesia, com maior pressão turística recebam parte da Taxa Turística, para reforçar os meios da Higiene Urbana?-----

----- E se a Câmara está a prever estudar outras variáveis na atribuição da taxa turística às Freguesias? Tais como a quantidade de resíduos sólidos produzida e o número de estabelecimentos comerciais de diversão noturna existente.-----

----- Agradeço desde já as respostas que vierem a ser prestadas pelo Executivo Municipal, reiterando a disponibilidade e interesse da Junta de Freguesia da Misericórdia em contribuir para as melhores soluções para a cidade e para os interesses da população.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Vamos dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra deu a seguinte intervenção:

----- “Peço ao Vice-Presidente Duarte Cordeiro para responder.”-----

## DRAFT

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra deu a seguinte resposta às questões que lhe foram colocadas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhora Presidente Carla Madeira. -----

----- Referindo de forma muito sintética que a forma como a Câmara Municipal procurará dar resposta em concreto à questão da pressão turística no centro histórico é, como aqui foi dito já pela Senhora Presidente, em primeiro lugar, colocando contentores fixos, nomeadamente nos bairros onde a existe a recolha por sacos, isso nós já vemos na Bica e no Bairro Alto e queremos alargar a todas as zonas onde existem sacos, portanto, obviamente a garantir que é alargada a toda a Freguesia da Misericórdia que tem a recolha de sacos. -----

----- Em segundo lugar, negociar em que os sindicatos o alargamento da recolha ao domingo nas zonas históricas, como a que foi dito, e bem, já há recolha ao domingo em algumas zonas históricas, e nós entendemos que faz sentido esse alargamento, mas sempre o condicionámos ao entendimento com os trabalhadores e achamos que é a forma mais adequada de negociar este tipo de alargamento serviço, entre salutar a continuação da colocação de contentores enterrados nas periferias das zonas históricas, nós já temos algumas zonas históricas que já começam a ter os contentores enterrados e instalados, noutras é mais difícil até pelas características específicas do subsolo, mas esse programa está a avançar e, como aqui foi dito agora recentemente, nós anunciámos no fundo a alocação de verbas da Taxa Turística às Freguesias que o sofrem mais com pressão turística. -----

----- Por um lado financiando viaturas, foram também conhecidos publicamente que nós atribuímos dez viaturas elétricas às Juntas de Freguesia que têm maior pressão turística, mas também alocando cerca de 5 milhões de euros da Taxa Turística a essas Freguesias. -----

----- A forma como os estudos que nós temos nos permitem distribuir esta verba, tem em conta o número de estabelecimentos comerciais e no fundo o número de estabelecimentos comerciais, em particular de restaurantes, discotecas como aqui foi dito, tem em conta em particular, as atrações em específico de cada uma das Freguesias, tem em conta o número de hotéis, de alojamentos locais, mas também queremos ter em conta a permanência dos turistas nas Freguesias, porque achamos que esse é um fator que é relevante, eu não tenho a certeza que a produção de resíduos seja um elemento que permita nós, no fundo, conseguirmos distinguir qual é a produção de resíduos que advém da parte turística, qual é que a parte que vem da parte residencial, porque teria a ideia de que, por exemplo, em particular, a Junta de Freguesia da Misericórdia seria prejudicada se nós utilizássemos esta referência, como uma referência de distribuição de verbas por Taxa Turística. -----

----- De todo o modo posso perfeitamente confirmar, que não creio que a produção de resíduos sejam uma boa variável de distribuição de verba, que nós pretendemos que, no fundo, venha colmatar aquilo que é os resíduos, os serviços que têm que ser feitos, nomeadamente ao nível de lavagem e varredura, que advém de pressão turística, mas de todo o modo, não perdemos nada em fazer essa mesma simulação. -----

## DRAFT

----- Neste momento, temos uma simulação feita por pontos turísticos, pressão turística, número de estabelecimentos, número de hotéis, número de alojamento local e onde é que os turistas, no fundo passam, e nomeadamente a estadia dos turistas, pensamos que é uma coisa algo inovadora, que acho que faz sentido, que vai ao encontro da preocupação dos lisboetas e que vai, como aqui foi dito e muito bem, permitir que as Juntas de Freguesia que têm nos últimos anos lidado com o crescimento do turismo, possam de forma, no fundo mais sustentada, responder às necessidades que a cidade espera. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. Vamos passar ao orador seguinte.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- O Senhor Deputado Sobreda Antunes.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado. O Senhor Deputado deixou aqui uma documentação, que penso que também deixou na Bancada da Câmara, que é um anexo às perguntas, e tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV),** no uso da palavra colocou as seguintes questões:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício.-----

----- O primeiro tema: Comerciantes da Rua de São Lázaro.-----

----- Em Julho de 2016, os comerciantes da Rua de São Lázaro, a trabalharem em edifícios municipais, receberam uma carta da Câmara solicitando dados sobre o tipo de actividade económica das suas empresas. Alguns lojistas rapidamente se aperceberam que estavam a ser ‘convidados’ a dali saírem para dar lugar a habitações do Programa Renda Acessível. Outros só se aperceberam que teriam de abandonar as lojas através da comunicação social. Revoltados com as ameaças de despejo e a falta de alternativas apresentadas pelo senhorio - a própria Câmara, quem diria!! -, criaram a Associação Comércio Tradicional Rua de São Lázaro para melhor se poderem expressar.-----

----- Os lojistas queixam-se de a autarquia só negociar “na base do sair”, de oferecer indemnizações “ridículas” e ter pouca disponibilidade para os receber. Alegam já ali estarem há várias décadas e muito terem investido na recuperação daqueles imóveis, impedindo a sua degradação, lembrando que têm clientes de várias partes do País e dos PALOP a virem de propósito às suas lojas, contribuindo há anos para o desenvolvimento da economia local.-----

----- Criticam o facto de a Câmara não ter zelado por um património que agora lhes quer tirar à força e consideram que a Câmara está a ser intransigente, quando eles preferem a opção de um diálogo franco. Alertam ainda que, se fecharem, largas dezenas de pessoas poderão perder o seu posto de trabalho, pelo que se propõem fazer tudo o que conseguirem para permanecerem naquelas lojas.-----

## DRAFT

----- Sabemos que o Programa Renda Acessível prevê o arrendamento de 5 a 7 mil fogos a preços controlados para jovens casais em 15 zonas da cidade. Na Rua de São Lázaro, já foram concessionados 16 edifícios municipais em direito de superfície, para serem reabilitados por privados, dando origem a 126 apartamentos naquela artéria, junto ao Martim Moniz.-----

----- Torna-se óbvio que a Câmara optou pelo negócio imobiliário, não se preocupando em destruir a economia local e onde não existem espaços disponíveis alternativos na zona que eles possam arrendar. Pelo que se interrogam, se vão ser construídas novas lojas no lugar das actuais, porque não lhes é dada a opção de ali permanecerem?-----

----- Por tudo isto, “Os Verdes” perguntam: -----

----- 1 - Pretende ou não a Câmara salvaguardar e classificar alguns destes estabelecimentos como Lojas com História? -----

----- 2 - Quantos comerciantes, trabalhadores e famílias da Rua de São Lázaro serão afectados se, devido ao Programa Renda Acessível, este despejo for concretizado? -----

----- 3 - Nas negociações que a Câmara afirma ter conduzido com os comerciantes da Rua de São Lázaro, a que consenso se chegou até ao momento? Dos espaços alternativos que lhes foram oferecidos, qual o valor individual ou por m<sup>2</sup> das indemnizações? -----

----- 4 - A questão chave que queremos ver esclarecida é se os lojistas podem permanecer nas suas lojas. Se sim, serão também reavaliadas as suas rendas como acessíveis? -----

----- Segundo tema: Higiene urbana em áreas comerciais de Telheiras (Ruas Professor João Barreira / Professor Mark Athias e Rua Professor Francisco Gentil / Praceta Professor José Conde) Entre as ruas Professor João Barreira e Professor Mark Athias, em Telheiras, existe um conjunto de edifícios de 2 pisos, com habitação no 1º andar e lojas comerciais no piso térreo, onde se incluem diversos cafés, ‘snacks’ e restaurantes com esplanadas, entre outros diversificados tipos de estabelecimentos. Esta concentração comercial repete-se entre as Ruas Professor Dias Amado e a Professor Francisco Gentil e, por exemplo, a Praceta Professor José Conde, sita nas suas traseiras. -----

----- A própria Câmara já veio reconhecer (por ofício de 14/3/2018) serem dois quarteirões com uma considerável carga comercial, em cujos espaços não foram contempladas, desde a sua abertura, as necessárias condições de armazenamento do equipamento de deposição individual. -----

----- Os níveis de deposição e concentração de vários tipos de lixo - comerciais e domésticos - nestas zonas, exercem, por isso, uma pressão maior sobre a higiene pública de Telheiras, que têm vindo progressivamente a agravar os actuais níveis de salubridade e saúde pública dos habitantes das zonas circundantes, e onde, em pleno Estio, são por vezes frequentes algumas pragas de animais rastejantes, ratos, mas, principalmente, baratas. -----

----- A Câmara dispõe de diferentes sistemas de recolha selectiva, de acordo com a morfologia urbana, as tipologias do edificado e as características funcionais de cada

## DRAFT

área, onde, para além das recolhas selectiva Porta a Porta, Eco-ilhas, Ecopontos e Vidrões, assegura também a instalação de contentores subterrâneos de lixo.-----

----- Porém, esta não foi ainda a solução escolhida para as áreas comerciais de Telheiras com elevado volume de resíduos produzidos, de tal modo que a Câmara já veio reconhecer ser impróprio dos dejectos depositados transbordarem, quase sempre, para a via pública, com os inconvenientes de higiene daí decorrentes. -----

----- Ora, na apresentação do Plano Municipal de Gestão de Resíduos, a Câmara asseverou ir incrementar o uso de ecopontos enterrados com chips incorporados, com cartão magnético de abertura personalizada em equipamento de deposição com sensores, a distribuir pelos comerciantes, permitindo assim a recolha através de viatura com grua.-----

----- Pelo que, Senhor Vice-presidente, questionamos: -----

----- 1 – Pondera ou não a Câmara proceder à instalação de contentores subterrâneos, de modo a minorar os impactos ambientais gerados pelos lixos produzidos e depositados junto aos espaços comerciais da zona de Telheiras, em particular nas traseiras - repito, traseiras - das ruas Professor Francisco Gentil e Professor João Barreira?-----

----- 2 - Foram ou não já ouvidos comerciantes e moradores de Telheiras, de modo a serem encontradas alternativas à deposição de lixos em contentores ao ar livre? Se sim, que consensos foram encontrados entre as partes envolvidas - residentes, comerciantes e serviços camarários -, sobre outras tipologias de acondicionamento dos resíduos? -----

----- 3 - Se sim, quantos sistemas de gestão inteligente ou electrónica de recolha do lixo, para ecopontos subterrâneos estão previstos instalar no bairro de Telheiras, e qual a sua calendarização?-----

----- Nota: são entregues fotos à presidência da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----- Terceiro tema: Terreno expectante (da ex-EPUL) na esquina da Rua Professor Fernando da Fonseca (entre a Rua Professor Eduardo Araújo Coelho e a rampa de acesso à Avenida Padre Cruz) Na Rua Professor Fernando da Fonseca, entre a esquina da Rua Professor Eduardo Araújo Coelho e a rampa de acesso à Avenida Padre Cruz, sentido Telheiras - Campo Grande, subsiste, há décadas, um lote de terreno sem ocupação contíguo a habitações e um parque infantil. -----

----- Em Maio de 1996 chegou a ser projectada para esse local, de acordo com a Direcção de Planeamento e Gestão Urbanística, a construção de um posto de abastecimento de carburantes que, para além das bombas de combustíveis, contemplava túnel de lavagem de viaturas e loja com minimercado. Tal construção seria inviabilizada após missivas dos moradores dirigidas ao então Presidente da Câmara, à Assembleia Municipal de Lisboa, à EPUL, à administração da própria empresa revendedora de combustíveis, bem como ao Provedor do Ambiente e meios de comunicação social.-----

----- No dia 16 de Julho desse ano, no programa da RTP1 'País Real', o então Senhor Presidente da Câmara (João Soares) acabaria reconhecendo que o local não era o mais

## DRAFT

apropriado para aquele fim. Mais tarde, já em Setembro, também um dos Vereadores (Machado Rodrigues) confirmaria a desistência de construção da referida bomba naquele local. E de novo, a 15 de Outubro, perante a capacidade de mobilização dos moradores, a sensibilidade do Senhor Presidente da Câmara admitiria ser (cito) “um erro que se iria cometer com a construção de uma bomba de gasolina aqui em Telheiras e que evitámos graças à vontade política que houve para o fazer”. -----

----- Já em 1997, o lote de terreno acabaria de voltar à posse da EPUL, com placa informativa aí afixada, subsistindo as hipóteses de ali poder ser edificado um parque de estacionamento (subterrâneo, para venda aos residentes) ou a sua eventual preservação como espaço verde.-----

----- Sabendo-se que, decorridas mais de duas décadas, aquele lote de terreno permanece expectante, envolvido por uma rede e porta metálica, com lixo e ervas altas, desconhecendo-se qualquer destino entretanto atribuído. -----

----- Neste contexto, questionamos: -----

----- 1 - Mantém o Município empenho em reordenar essa área abandonada? Existe algum projecto de reabilitação para esse espaço junto às habitações? Se sim, a que uso se destina o lote na Rua Professor Fernando da Fonseca? -----

----- 2 - Foi, entretanto, contactada a Associação de Residentes do bairro e informados os moradores do local envolvente sobre esse eventual projecto, procurando-se uma decisão que seja consensual? -----

----- 3 - Para quando se prevê implementar o arranjo arquitectónico e ambiental desse terreno expectante? E se pondera ou não a Câmara resguardá-lo para eventual estacionamento dos moradores, como foi prometido há 20 anos? -----

----- Quarto tema: Reposição da segurança no separador central da Avenida Padre Cruz. -----

----- No ano transacto, a Câmara procedeu à reformulação da ligação da Segunda Circular à Avenida Padre Cruz, bem como ao alcatroamento do piso e à substituição da iluminação pública, entre outras tarefas mais recentes. Desde então tem-se aguardado pela finalização desses trabalhos, com a melhoria da informação e da segurança dos munícipes.-----

----- Este troço sul da Avenida Padre Cruz, desde o Campo Grande até ao cruzamento entre a Rua prof. Vieira de Almeida e a Avenida Rainha Dona Amélia, separa o estádio do Sporting Clube de Portugal do bairro de Telheiras. Aí se situam a Escola Nacional de Saúde Pública, o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge ou a 19ª esquadra da PSP. Existem ainda dois postos de abastecimento de combustíveis com espaços de auto-restauração, paragem da Carris e um intensivo parqueamento de viaturas nas zonas envolventes. Ou seja, trata-se de uma área de frequente utilização dos munícipes.-----

----- De modo a inviabilizar qualquer tentativa de atravessamento pedonal desta via para acesso, por exemplo, aos transportes, aos equipamentos desportivos ou às zonas comerciais e habitacionais, desde sempre a Câmara procurou salvaguardar a segurança no local, instalando, no separador central, uma divisória em rede de arame com altura superior à de um ser humano. No entanto, há já alguns anos que essa rede

## DRAFT

se encontra derrubada em alguns troços, não impedindo assim o indesejável atravessamento de pessoas e animais. -----

----- Deste modo, questionamos: -----

----- 1 - Tem a Câmara conhecimento destas situações, nomeadamente, do estado deficiente da rede metálica e da ausência de uma melhor sinalização local? -----

----- 2 - Por que há muito tempo se encontram por solucionar os factos descritos?-----

----- 3 - A que medidas pondera a Câmara recorrer para, com toda a urgência, reforçar a segurança no local e impedir o perigoso atravessamento pedonal da Avenida Padre Cruz?-----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e à restante equipa, se for caso disso.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra respondeu às questões colocadas: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Relativamente à questão dos comerciantes da Rua de São Lázaro, gostava de esclarecer a existência de duas situações diferentes, um primeiro conjunto de contratos de arrendamento não habitacionais, e um segundo conjunto de ocupações feitas com cedências de utilização a título precário, também para fins não habitacionais. -----

----- No âmbito do desenvolvimento do projeto da Renda Acessível foi encetado um processo de negociação com todos estes inquilinos e ocupantes destas lojas, no sentido de encontrar uma solução, foi possível encontrar a solução para um número mais importante, para um número já importante de arrendatários e ocupantes precários também com instituições que utilizavam aquelas instalações e prosseguem as reuniões relativamente aos restantes. -----

----- O que a Câmara propôs foi ou uma indemnização para aqueles que entendessem cessar a atividade, ou uma oferta de espaço para aqueles que procurassem continuar a sua atividade. Para aqueles que aceitassem a deslocalização da atividade, seria também considerado o período a paragem da atividade, os custos com a mudança, a depreciação das mercadorias, o diferencial de renda a suportar, quando ela fosse superior, e o custo de obras de melhorias relativamente ao imóvel. -----

----- Por isso a posição que nós mantemos daqui para a frente é procurar chegar a um entendimento com todos, e com cada um dos inquilinos e dos ocupantes com títulos de cedência feitos pela Câmara, para que o projeto da Renda Acessível se possa desenvolver, exatamente com o mesmo espírito, com a mesma abertura de quem quer que este programa se desenvolva e de quem quer também tratar com justiça aqueles que são os ocupantes atuais desta zona e, por isso, estaremos empenhados em levar este processo a bom porto ao longo, durante o tempo que for necessário fazê-lo, percebendo também que é natural que se procure exercer obter melhores condições, e melhores condições negociais no meio do processo, mas a nós também nos cabe

## DRAFT

defender o equilíbrio do interesse público, no caso, não é só o interesse estrito financeiro do Município, mas é também o interesse das pessoas que têm a sua atividade e que têm as suas vidas. -----

----- A segunda questão colocada relativamente a Telheiras, está a ser feito um trabalho pela Junta de Freguesia junto dos comerciantes, para estudar os melhores locais que possam levar à implementação desses contentores. Não é uma zona fácil de se fazer pelas próprias características dos locais, mas esse trabalho está a ser feito. ----

----- Está a ser feito também o levantamento das zonas em que pode haver um acondicionamento melhor dos contentores, para evitar a dispersão e haver uma maior concentração dos locais de depósito de resíduos e um aumento importante das papeleiras, para a suprir as carências que existe naquela zona, dado os bares da zona, a restauração e os cafés que ali existem, embora hoje já seja um problema menor, dadas as restrições de horários que foram aplicadas.-----

----- Relativamente à restante questão que foi colocada depois responderemos depois por escrito. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Vamos passar à seguinte inscrição.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Vamos passar ao Senhor Deputado Independente Miguel Graça.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND),** no uso da palavra colocou as seguintes questões:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, estimado Público. -----

----- Os Deputados Municipais Independentes, Cidadãos por Lisboa, nesta sessão de perguntas à Câmara vêm pedir três pontos de situação relativamente a três matérias específicas e fazer uma intervenção de fundo sobre uma quarta questão, está na ordem do dia. -----

----- A primeira questão que gostaríamos de dirigir ao Vereador João Paulo Saraiva e pedir como está o processo de integração dos precários na Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do PREVPAV.-----

----- O outro ponto de situação que necessitávamos seria da parte da Vereadora Paula Marques, perguntar também relativamente ao ponto de situação da Reabilitação nos Bairros Municipais.-----

----- Ainda ao Vereador Ricardo Robles, pedir também um ponto de situação relativamente às negociações com o Ministério da Saúde sobre o futuro da rede hospitalar central de Lisboa, localizado na Colina de Santana, em sede de revisão das cartas de equipamentos de saúde. -----

----- Julgamos que estes três pontos de situação são importantes e, por isso, os pedimos à Câmara Municipal, mas gostaríamos também de endereçar, como disse

## DRAFT

aqui, uma questão de fundo, que colocámos a Câmara Municipal, relativamente ao Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa. -----

----- A base da nossa questão é que nós colocámos por escrito, precisamente ao Vereador Ricardo Robles, que tem a ver com a falta de apoio da Câmara, que julgamos ser notória ou que se irá afirmar brevemente, relativamente a esta edição do RAAML, neste regulamento, relativamente a vários projetos na área social e intervenção comunitária.-----

----- Senhor Vereador Ricardo Robles hoje, não sei se teve oportunidade de assistir, estiveram aqui várias associações e entidades que constituem parceiras estratégicas da Câmara Municipal de Lisboa para a intervenção social na cidade, e que fazem com uma privilegiada relação de proximidade com a população. -----

----- Todas elas se queixaram da falta de apoio da Câmara através desta edição do RAAML, na qual viram os seus projetos, que já estão implementados no território, muitos deles, e com resultados comprovados, serem recusados, tanto as associações que estiveram aqui presentes, como a Crescer, a Opus Gay, ou a Associação dos Moradores do Bairro Padre Cruz, sobre a qual, aliás, apresentámos uma Recomendação no passado dia 26 de junho, no sentido de rever a decisão de apoio ao processo Cantina Solidária, são algumas de muitas associações que partilham esta angústia de verem cancelados os projetos que desenvolvem, a bem, no território de Lisboa. -----

----- A ser verdade, o que nos dizem estas associações, ou seja, que o Pelouro dos Direitos Sociais pretende reduzir para mais de metade, o número de associações a apoiar, sendo que foram 49 na última edição, ou mesmo reduzir o valor total de apoio do RAAML para cerca de um terço, sendo que na última edição, foram cerca de 1,5 milhões de euros, gostaríamos de declarar aqui que achamos que esta é uma opção errada do Vereador Ricardo Robles, que pedimos para ser reconsiderada. -----

----- Olhando para a evolução dos valores totais atribuídos pelo RAAML nos últimos anos, verificamos que desde 2014, este valor tem sempre vindo a aumentar, 726 mil euros em 2014, 1,1 milhões de euros em 2015 e 2016, tendo chegado ao valor de 1,5 milhões de euros em 2017. -----

----- Se olharmos para outro lado, para o orçamento Departamentos dos Direitos Sociais este também tem sido sempre aumentado, tendo passado de 9,3 milhões de euros em 2016, para 11,9 milhões de euros em 2017 e para 12,1 milhões de euros este ano, em 2018.-----

----- Assim sendo não se percebe, nunca houve uma dotação tão grande do Pelouro dos Direitos Sociais, 12,1 milhões de euros, então se o orçamento cresceu, porque é que o valor do RAAML diminuiu? É simples e para nós apenas temos explicação, é uma opção política, sabemos que devem ter havido situações que transitaram do mandato anterior, ou seja, compromissos, assumidos, sabemos que deve ter havido derrapagem no final do ano, relativamente à análise ao pagamento de tranches, porém, nada justifica uma diferença desta amplitude, anunciada para cerca de um terço do valor da edição anterior. -----

## DRAFT

----- Certamente que não vai dizer que esta altura do ano não tem dotação, esperemos que não seja esta a explicação, do Vereador Ricardo Robles! -----

----- Repetimos que é uma opção política e pedimos que a reveja! -----

----- Mas achamos ainda mais estranho uma questão aqui levantada por estas associações, que é o facto de depois de amanhã, esta quinta-feira dia 12, ir ser levada uma proposta com a lista final projetos apoiados e recusados à Câmara Municipal de Lisboa, na sua Reunião de Câmara, que confirma esta redução anunciada do RAAML sem que tenha sido dada nenhuma informação às contestações apresentadas pelos concorrentes.-----

----- Sabemos que em sede de audiência prévia, a resposta até pode não ser obrigatória, mas porquê abandonar esta boa prática que a Câmara Municipal de Lisboa fazia até à última edição, que era informar as associações das respostas aos recursos, antes levar a proposta à Reunião de Câmara. -----

----- Pedíamos assim, Senhor Vereador Ricardo Robles, por todas estas razões que retirasse esta proposta na próxima Reunião de Câmara e que reavaliasse as propostas rejeitadas, não com o júri interno da Câmara, como foi feito, mas com um júri externo e independente, como era feito nas anteriores edições.-----

----- Senhor Vereador Ricardo Robles, esta é uma opção política errada, que colocará em causa o apoio imediato a estes projetos que dão um suporte essencial aos lisboetas mais vulneráveis desta cidade. Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos dar a palavra ao Senhor Presidente de Câmara ou a quem ele designar.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra deu a resposta às perguntas colocadas:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente, eu pedirei aos Senhores Vereadores João Paulo Saraiva e Ricardo Robles para responderem. -----

----- Quero eu próprio dar a resposta sobre as questões da saúde. Senhor Deputado não valerá muito, não será muito útil para nós ambos, em todas as Reuniões da Assembleia se repetir a mesma pergunta sobre a Carta de Saúde e o futuro dos Hospitais da Colina de Santana, quando houver uma novidade, acredite que terei aqui em primeiro lugar. -----

----- Agora que tenho a impressão de que este ano não é o ano da véspera em que nós vamos conhecer essa decisão! Este ano! -----

----- Senhor Vereador, por favor.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra, respondeu às questões colocadas:-----

----- “Muito obrigado Senhores Deputados, Senhor Presidente. -----

----- Sobre o decurso dos trabalhos do nosso processo de combate à precaridade, gostava de dizer, o PREVPAV, gostava de dar algumas novidades sobre esta matéria, que tem a ver com, como sabem, foi constituída e até consta de um acordo de Governo entre o PS e o Bloco de Esquerda, a constituição de uma CAB (Comissão de

## DRAFT

Avaliação Bipartidária) do Município de Lisboa, que é constituída por 11 elementos, 6 da Administração, 6 do Município de Lisboa, portanto, e 5 das Estruturas Representativas dos Trabalhadores, o STML, o STAL, o SINTAP, o STE e o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais, e que essa CAB reuniu pela primeira vez em 17 de maio. -----

----- Na sequência dessa reunião foram iniciados os trabalhos e também foi dada mais uma oportunidade para que todos aqueles que ainda não se tinham registado, o pudessem fazer, essa oportunidade ainda foi acolhida por mais algumas dezenas de pessoas, e os trabalhos decorrem em bom ritmo, já foram realizadas quatro reuniões onde se analisaram já um conjunto significativo de processos, e estão já sete reuniões marcadas, que decorrem entre julho e setembro e, portanto, no final de setembro teremos mais algumas novidades para apresentar, antes de levarmos os processos a Reunião de Câmara, para decisão. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado. Senhor Vereador Ricardo Robles, por favor.” -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Robles**, no uso da palavra, responder às questões colocadas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Boa tarde a todos e a todas. -----

----- Muito rapidamente que é para não consumir muito tempo.-----

----- Trago aqui algumas críticas sobre o procedimento e sobre o valor em concreto. Sobre o prosseguimento o que foi feito, eu ouvi as razões as associações, porque me dirigi a elas, o procedimento anterior era errado, o júri era por nomeação política da Vereação, eu acho que isso é errado, eu este ano disse que não o queria fazer assim, disse que devia ser uma indicação dos Serviços, das pessoas estivessem com maior capacidade de análise, que conhecessem estes processos e que fossem elas a decidir.---

----- Antes não era assim, era um júri de nomeação política e, portanto, os critérios eram desse júri nomeado politicamente, passou a ser diferente e eu acho que acrescentou transparência ao processo. -----

----- O procedimento era errado anteriormente e tem sido essa a prática e eu acho que ele deve mudar, que é empurrar para o RAAML organizações, como as que vieram aqui hoje, e que tem um trabalho de continuidade na comunidade e que são empurrados para um regulamento em que podem ser atribuídos apoios financeiros ou não, e há um risco, e dizer a essas pessoas que o instrumento, tal qual devem recorrer, é um concurso onde pode ser atribuído ou não, é colocá-las em risco. Eu acho isso errado e foi isto que foi dito estas associações durante muito tempo, foi dito agora, e agora estão um problema nas mãos, que até poderem encerrar estes serviços que presta à comunidade, mas o que não existirá é uma decisão do Vereador em puxar esta ou aquela organização por critérios políticos do Vereador. Não é isso que fará no processo do RAAML, o processo do RAAML tem critérios, são muito objetivos e há um júri, que deve ser independente, atribui uma pontuação e essa pontuação define se as organizações têm financiamento ou não, pronto. -----

-----Posto isto, sobre o valor, já na anterior Sessão, colocou valores em cima da Mesa que estão errados, e eu acho peculiar que traga valores errados, não sei onde é que os

## DRAFT

obteve, mas acho peculiar que traga valores errados porque os conhecia bem, e sabe o que foram no último mandato os Direitos Sociais, porque os conhecia muito bem, por dentro. -----

----- De facto 2014, 2015 e 2016 teve um crescendo, 720 mil euros em 2014; 2015 foi 1 milhão e cem; em 2016 foi 1 milhão e 80; e 2017 foi 1 milhão e meio. O último ano do mandato foi 1 milhão e meio, não tenho problema nenhum, volto a dizê-lo, é uma opção, último ano de mandato 1 milhão e meio, o que tem problema é o Vereador seguinte chegar e ter um papel na gaveta a dizer, pague 860 mil euros, porque nós deixámos para si esta conta para pagar, porque o que nós temos cabimentado este ano foi, e para ser muito rigoroso, porque acho que devemos ser rigorosos, era 1.209.355 euros para RAAML, e quando cheguei vi esse papelinho a dizer 863.270 euros e 70 cêntimos, o que resultar em que ficar desse 1 milhão e 200 com 346 mil 084 euros e 70 cêntimos, rigor, é isto que lá ficou! E porque ir para um RAAML com 346 mil euros é deixar muita gente de fora, com os Serviços fizemos um esforço de incrementar 200 mil euros e conseguimos chegar a 500 mil 339.675 euros e 32 cêntimos. -----

----- É pouco, é muito pouco, tem razão é muito pouco! Estou perfeitamente de acordo com isso, mas tínhamos era 863 mil na gaveta a dizer “Paguem a conta se faz favor”, esse é que é o problema! Deixe-me terminar, porque é pouco 539 e deixámos muitas associações de fora, vamos fazer um esforço de reforçar e tentar chegar a 1 milhão de euros, porque há muitas organizações que foram empurradas para o RAAML e que estão penduradas! E não podem estar e, por isso, vamos fazer um esforço para chegar a 1 milhão de euros e tentar responder à maior parte, mas também lhe garanto que não são as que apresenta legitimamente o seu protesto! Nem são as que me mandaram *e-mails*, são aquelas que estão no seguimento da hierarquia da pontuação, e eu aí não vou mexer, é a pontuação do RAAML e eu vou respeitá-la inteiramente, porque é um júri, que não foi apontado por mim, se é dos Serviços e que definiu aquela pontuação!-----

----- E, portanto, é assim que vai ser! Que devemos alterar isto eu julgo que sim! Temos projetos que têm que ter continuidade, se são uma estratégia da Câmara naquelas áreas devem ter uma estabilidade, e não dizer-lhe “concorra até 31 de julho de cada ano e depois logo se vê se te pontuação ou então” depois, nós lá vamos pescar um projeto ou outro, isso, eu não farei, porque não é assim que deve funcionar a gestão dos dinheiros públicos.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “A Senhora Vereadora Paula Marques, por favor.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, responder às questões colocadas:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente, boa tarde a todas e a todos. -----

----- Em resposta à questão que se colocou do ponto de situação da reabilitação dos Bairros Municipais dizer que, dizer que desde a atuação do último mandato, até agora, foram feitas intervenções em 25 Bairros Municipais, dos quais, o Bairro do Condado, o Bairro do Ourives, a Quinta das Laranjeiras, as Olaias, a Horta Nove- fase 1, a Cruz

## DRAFT

Vermelha, as Murtas, Freitas Gazul, Graça/Sapadores, Quinta dos Barros, Padre Cruz-fase 1 e Armador, estão concluídos. -----

----- Em curso estão as obras de intervenção e reabilitação profunda dos Bairros da Alta de Lisboa, do Condado- fase 1, da Marquês de Abrantes, dos Alfinetes, da Alfredo Bensaúde, do Ourives- fase 2, em que, neste momento, em curso. -----

----- A iniciar estão a Eduardo Bairrada, a Liberdade, o Bairro 2 de Maio, a Quinta do cabrinha e a Horta Nova- fase 2. Sendo que a Horta Nova-fase 2 é ela que está em processo mais atrasado e contamos ainda antes do final do mês de julho, podermos reunir com a população, como nos tínhamos comprometido, para fazer a apresentação da intervenção. -----

----- O somatório destas intervenções juntando aquilo que é a reabilitação e a regeneração do Bairro Padre Cruz e do Bairro da Boavista somam uma intervenção para melhoria das condições de habitabilidade dos inquilinos municipais, abrangendo mais de 43 mil pessoas, sendo neste momento a nossa próxima etapa, aquilo que foi aprovado na Sessão passada nesta Assembleia, do novo contrato-programa celebrado com a GEBALIS que soma a estes dados, que eu transmiti à Assembleia, a intervenção e requalificação profunda de mais de dez Bairros Municipais, e havendo uma nova abordagem em relação à reabilitação dos espaços não habitacionais, que são incluídos neste processo e também o reforço extraordinário que foi aprovado da reabilitação de fogos em Bairros Municipais, sejam fogos que estão a aguardar obras para serem entregues às famílias, sejam fogos que têm munícipes, como no caso do Bairro da Horta Nova, e que serão intervencionados com outro tipo de intervenção, naturalmente, porque as famílias estão dentro dos fogos, mas que é o nosso compromisso de reabilitação. -----

----- Acresce ainda isto, a estes dados que transmiti, que transmito à Assembleia, o facto de estarmos na fase final da requalificação profunda das Torres do Alto da Eira, processo que nos deixa contentes e orgulhosos a todos, naturalmente, e eu reitero aqui o convite que fiz no mandato passado a todos os Senhores Deputados e Deputadas de acompanhamento dos processos de intervenção nos bairros Municipais. Eu no mandato passado na Comissão, desafiei os senhores Deputados e as Senhoras Deputadas a acompanhar as intervenções e nas visitas ao terreno, à própria Comissão não foi possível isso acontecer, mas estamos num novo mandato e volto a reiterar o convite para acompanhamento destas intervenções, também para perceberem quando faz as intervenções e faço a explicação das dificuldades, ou do atraso muitas vezes que acontece nas empreitadas, para perceberem também no terreno quais são as contingências, mas também quais são os resultados positivos que entendemos que são abrangidos neste processo de requalificação profunda, integrada do Património Municipal, em particular dos Bairros Municipais. Obrigada Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Obrigada Senhora Vereadora. Vamos passar à inscrição seguinte, penso que é do PAN.”-----

DRAFT

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “ A Senhora Deputada Inês Real.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN),** no uso da colocou as seguintes questões: -----

----- “Mais uma vez muito boa tarde. -----

----- Em relação aqui às questões que trazemos à Câmara Municipal, gostaríamos desde logo de colocar uma questão, em relação ao parque habitacional municipal. -----

----- Uma vez que considerando os números que continuam a apontar para uma grande procura de habitação em Lisboa, recorrendo muitas pessoas e agregados familiares à autarquia para tentar encontrar uma solução, vimos por este meio questionar: -----

----- - Se existe um levantamento concreto, atualizado do parque habitacional municipal, do seu estado de conservação e ocupação, incluindo a situação de legalidade das ocupações, falta de cumprimento das obrigações, entre outras; -----

----- - Se foi compilado pela autarquia algum documento que compile e agregue os dados de procura de habitação no município e do tipo de agregados e rendimentos dos mesmos, que enformem as nossas decisões; -----

----- - Quantas habitações dispõe atualmente o município específicas para pessoas, com ou sem filhos, vítimas de violência doméstica, qual a taxa e tipologia de ocupação das mesmas e quantas pessoas/agregados estão à espera deste tipo de habitação. -----

----- Uma outra questão que gostaríamos aqui de colocar tem a ver com o antigo Aquaparque. -----

----- Segundo o vereador José Sá Fernandes, o antigo parque aquático de Monsanto, vai reabrir com um jardim e um parque infantil brevemente. Por outro lado, referiu também publicamente que a expansão do parque Florestal de Monsanto será feita - entre outras zonas - para a zona do aquaparque. Contudo, durante o debate que decorreu na Assembleia Municipal referiu que foi concessionado parcialmente.-----

----- - Há uma data definida de abertura?-----

----- - O espaço é público ou privado? Vai ter preço de acesso, tem áreas para reservadas e concessionadas? -----

----- - Quais são as outras zonas de expansão? -----

----- - Saber também se o espaço vai ser gerido de forma pública ou privada? Se vai ter preços de acesso? Se tem áreas reservadas e concessionadas e também quais são as outras áreas de expansão? -----

----- Em relação aos Parques Urbanos da Belavista e da Montanha, também aqui a questão para o Senhor Vereador Sá Fernandes apresentado um *power point* na 4ª Comissão sobre os projetos da Câmara relativos à rede de corredores e espaços verdes, vimos por este meio questionar relativamente a: -----

----- - A ponte ciclo pedonal que vai ligar ao Parque de Vinha à Mata Ferreira Gomes vai ser uma ponte verde que permite a circulação da biodiversidade? -----

## DRAFT

----- – Se para que seja possível o prolongamento do Parque da Belavista para Norte é necessário resolver a situação do espaço que era o campo de golfe. Sabe-nos dizer como está esta situação em termos processuais? -----

----- – E como será a ligação entre o Parque da Belavista e o Parque da Belavista Norte, será uma ponte “verde”? Ou uma ponte ciclo pedonal (solução cinzenta)? -----

----- Em relação ao Orçamento Participativo, gostaríamos nas Comissões, na audição que foi feita, se foram informados os Senhores Deputados, no início deste mandato, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva informou as deputadas e os deputados municipais, em sede de comissões, que iria reunir com as pessoas proponentes dos projetos vencedores, bem como com os serviços responsáveis da concretização destes projetos, com o objetivo de fazer um ponto de situação.-----

----- Nessa ocasião, o Vereador Vereador informou também que iria remeter o relatório resultante dessas reuniões para a Assembleia Municipal.-----

----- Vimos assim questionar se a Câmara tem apurado os seguintes dados relativos aos projetos vencedores OP: -----

----- - Quantos projetos ainda se encontram em estudo e de que edições são; -----

----- - Quantos se encontram em contratação e de que edições são; -----

----- - Quantos projetos se encontram com obra a decorrer e de que edições são; -----

----- - Quantos projetos o município delegou a responsabilidade de execução em outras entidades e em que fase se encontram; -----

----- - Quantos projetos estão concluídos e a que edições pertencem; -----

----- - Quais os valores envolvidos nas alíneas anteriores.-----

----- Uma última pergunta tem a ver com a contabilização da área verde permeável da cidade. -----

----- E tem a ver precisamente quando a Câmara refere que criou centenas de hectares de área verde, como é contabilizada esta área verde? Esta área refere-se a área verde permeável ou apenas a uma área genérica onde existem elementos vegetais? -----

----- E é isto. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Obrigado Senhora Deputada. Vamos dar a palavra à Bancada da Câmara, ao Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente, eu peço para iniciar as respostas, peço ao Vereador José Sá Fernandes para iniciar as respostas, depois o Vereador João Paulo Saraiva de depois a Vereadora Paula Marques. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes**, no uso da palavra, respondeu às questões colocadas: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, respostas rápidas, o Aquaparque vai abrir no primeiro trimestre do ano que vem, é um parque infantil coberto, não vai ser concessionado, quanto muito se houver uma cafetaria ou será concessionada, ou concurso público, como é normal nos quiosques e afins. -----

## DRAFT

----- Em relação à Bela Vista e Vale da Montanha, bom, o Vale da Montanha abriu a primeira parte, a segunda parte estamos neste momento em projeto, que vai ligar ao Arquivo Militar, aí está um bom exemplo de área permeável que se contabiliza para os espaços verdes, só aí estamos a falar de cerca de 30 hectares e, portanto, sempre que se contabiliza as áreas premiáveis, contam-se exatamente estas áreas, áreas que são permeáveis e que são novas áreas verdes da cidade de Lisboa. -----

----- Em relação à Ponte, não sei se a Senhora Deputada conhece, ou então eu não percebi a pergunta, existe hoje uma ponte que liga o Casal Vistoso ao Vale da Montanha, existe uma ponte que liga o Vale da Montanha à Bela Vista Norte, e, portanto, não vejo ali mais nenhuma ponte a ser construída, sendo que também foi construída uma ponte ciclo pedonal entre o vale de Chelas e o Vale Fundão. -----

----- Em relação ao terreno do antigo golfe, está em tribunal, a disputa continua para sabermos se aquilo regressa à posse da Câmara ou não regressa à posse da Câmara, enquanto isto o forte cedido continua como está, infelizmente, para todos nós. Espero que o tribunal decida rapidamente a favor da Câmara e que nós possamos fazer daquele sítio aprazível. -----

----- Julgo que respondi às perguntas todas. -----

----- Quanto à contabilização das áreas verdes, eu sempre que afirmo que há mais áreas verdes na cidade de Lisboa só conto áreas permeáveis, portanto, dei-lhe o exemplo, aliás, do vale da Montanha, esta área que foi feita de novo, mais a área que vai ser nova, só aí temos 30 hectares, nos últimos 11 anos fizemos duzentos e tal hectares novos de áreas verdes na cidade de Lisboa. -----

----- Uma por exemplo posso-lhe dizer que olhei ali para o Senhor Presidente da Ajuda, é o Rio Seco, que era um depósito de candeeiros, hoje é uma área verde, era uma área que não era bem permeável e que agora é completamente permeável e bonita e arranjada, portanto, é assim que se contabiliza, é assim que contabilizo. -----

----- Eu posso mandar depois por escrito todas as áreas contabilizadas de áreas verdes, que para mim são áreas permeáveis, o que não quer dizer que não haja áreas verdes que não sejam permeáveis, não é? Mas eu nas contas que apresento, em áreas verdes, as áreas verdes são sempre permeáveis, permeáveis é porque não têm nada por baixo. -

----- O que não quer dizer que não haja áreas verdes não permeáveis, elas existem! -----

----- Por exemplo, em Entrecampos tem uma área verde substancial permeável, um antigo terreno de Entrecampos, da Feira Popular, vai ter 35% de área permeável que não era permeável, e vai ter 60% da área verde, verde ou de espaço público, não é? Porque há uma parte que tem o seu arranjo paisagístico mas não é permeável, mas 35% da área vai ser permeável, permeável não tem nada por baixo, a água infiltra. -----

----- Já agora aproveito para dizer que em todas estas áreas permeáveis, elas para além de servirem para muita coisa, como para pôr verde, plantar árvores, etc., também servem elas próprias, e é isso que temos feito nesses sítios, para bacias de retenção, exatamente que estão previstas no Plano de Drenagem, bacias de retenção naturais, de base natural. -----

## DRAFT

----- Para além disso, estas áreas verdes permeáveis também servem para a absorção de melhor carbono, nomeadamente, com as plantações que estamos a fazer, de prados bio diversos, quando necessitam de menos água. -----

----- Portanto, qualquer destas áreas permeáveis novas que a Câmara tem feito nos últimos anos, servem em múltiplos fins, todos eles ambientalmente benéficos, aliás, essa é uma das razões, porque nós fomos, foi um reconhecimento, uma parte do prémio verde foi o reconhecimento do trabalho que foi feito precisamente nessa área, porque não há nenhuma cidade que se conheça, que tenha feito, tão densificada que se tenha feito tanto mais áreas permeáveis como fez Lisboa nos últimos anos, exatamente porque tem estas componentes todas que acabei de referir.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra respondeu às questões colocadas: -----

----- “ Então sobre o Orçamento Participativo em breve, teremos algumas novidades sobre esta matéria, porque estamos a melhorar alguns dos aspetos, tentando envolver mais, nomeadamente, as Juntas de Freguesia sobre todo o processo do Orçamento Participativo, mas eu queria dar aqui alguns grandes números, sem prejuízo, de depois de detalhar toda a informação e enviar ao PAN toda a informação que, no fundo, acabaram por solicitar. -----

----- Saudar os grandes números dos 120 projetos que foram aprovados até à edição de 2017 que, última edição, a 31 de dezembro já, cerca de 32 estão em estudo, são os dos dois últimos anos, e 55 já foram concluídos, em obra estão 6 delegados e Juntas de Freguesias estão 8, em contratação estão dez e estão em execução 8 e, portanto, no fundo, estes são os grandes números, não são números que não nos satisfazem completamente e, por isso, temos que fazer aqui alguns ajustamentos, mas estou convencido que, em breve trecho a nos próximos dois anos, conseguiremos voltar a um ritmo normal de execução e, portanto, vamos apresentar em breve esse mesmo Relatório e detalhá-lo ao PAN por escrito. Está bem? Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra respondeu às questões colocadas: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente. -----

----- Senhora Deputada, em relação à questão que pôs sobre o parque habitacional, eu não vou repetir aqui, naturalmente, a resposta exaustiva que dei ao Grupo Municipal anterior, mas dizer-lhe que, naturalmente, temos a avaliação daquilo que é o estado de conservação dos Bairros Municipais quando não, não teríamos feito a planificação dos contratos-programa anteriores, e desde que os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas aprovaram em Assembleia, na última sessão, para a requalificação profunda e integral deste conjunto de Bairros Municipais, aqueles que eu referi e aqueles que foram aprovados por esta Assembleia, na última sessão e, portanto, a resposta é sim, temos o diagnóstico de como é que estão os Bairros Municipais e, por isso é que fazemos a Proposta através de contrato-programa com a Gebalis, naturalmente, da requalificação profunda e integral dos Bairros Municipais e também aquilo que a Gebalis faz daquilo que é a manutenção e as obras de manutenção, aquilo foram obras de manutenção ordinária, que se vão fazendo nalguns outros dos Bairros

## DRAFT

Municipais, que não requerem uma intervenção tão profunda como estas que são ao abrigo dos contratos-programa. -----

----- Em relação aos dados sobre a procura de habitação, Senhora Deputada, todos os dados, todos, sobre os programas de habitação que a Câmara tem, os concursos de habitação e os programas de apoio à habitação que a Câmara tem neste momento em vigor são públicos, sempre, desde sempre, são publicitadas as listas, nominais naturalmente, ou perdão, com o processo e com os nomes dos candidatos, o que não está, naturalmente, são a caracterização de cada uma das famílias mas, portanto, todos os dados sobre a procura de habitação e em particular sobre as pessoas que se candidatam à habitação, são públicos, estão no *site* do Pelouro da Habitação, e quer dos candidatos e das candidatas à habitação Municipal, ao abrigo da renda apoiada, quer da renda convencionada, quer do subsídio municipal de arrendamento e, portanto, são públicos em cada concurso, em cada momento, quando as listas são homologadas, são publicitadas. -----

----- O que é que nós não temos publicitado? E que aceito a sua sugestão, e que faz todo o sentido, que é publicitar também, ou publicar, se quiser, aquilo que são os perfis dos candidatos e das candidatas tipificado, porque entendemos que não devemos fazer a identificação de se a famílias “x” é uma família monoparental, como deve imaginar, não o faremos, mas a tipificação naturalmente que sim, aliás, nós fazemos essa análise cada um dos momentos de candidatura e, portanto, a sua sugestão, a vossa sugestão com certeza, faz todo o sentido. -----

----- Em relação à questão das pessoas vítimas de violência doméstica e da relação que têm no programa de casas autonomização, que são no fundo geridas pelo Município, os projetos de casas de autonomização, que não são só de pessoas sem-abrigo, são de pessoas vítimas de violência doméstica, são pessoas refugiadas e são pessoas em situação de sem-abrigo, é um programa que, na verdade, é gerido essencialmente pelo Pelouro dos Direitos Sociais, já o era no anterior mandato. -----

----- Continuamos a fazê-lo neste mandato, é um trabalho conjunto entre dois Pelouros, naturalmente, uma vez que há uma operacionalização e do ponto de vista do património e também há uma concordância do pelouro da habitação em relação àquilo que são as Propostas dos Direitos Sociais, mas, portanto, para lhe responder à taxa de ocupação destas casas, que estão ao abrigo do programa de proteção às pessoas vítimas de violência doméstica, eu pedia ao Senhor Vereador Ricardo Robles, ou agora ou quando entender, que lhe que faça chegar esta informação, como lhe digo, são programas do qual nós nos orgulhamos do trabalho conjunto, já vinha do mandato passado, continuamos neste mandato, e em relação às vítimas de violência doméstica em particular, contam com a parceria com organizações do setor de proteção às pessoas vítimas de violência doméstica, que são parceiros da Câmara neste processo. --

----- Obrigada Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado, penso que a Câmara encerrou as suas respostas e, portanto, vamos passar à próxima pergunta.” -----

DRAFT

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “ A Senhora Deputada Ana, do PSD.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD),** no uso da palavra colocou as seguintes questões: -----

----- “ Muito boa tarde Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores funcionários, comunicação social e restante público.-----

----- Sendo o isolamento e o abandono de idosos, uma realidade latente, quais são as políticas que a Câmara Municipal de Lisboa prevê adotar relativamente à questão do isolamento e abandono da população mais idosa, bem como na preparação do plano local de redução dos sem-abrigo? -----

----- Atendendo a que a lei da paridade subiu de 33 para 40 por cento, a quota de representação dos dois sexos, nos órgãos de poder político e nos cargos dirigentes da Administração Pública, perguntamos estão a ser respeitados os princípios da lei da paridade em relação aos cargos dirigentes na Câmara Municipal de Lisboa? -----

----- Têm sido várias as livrarias históricas a fechar. O turismo de massa arrasa com os centros históricos e faz com que as cidades se tornem todas iguais, com as mesmas lojas e com os mesmos produtos em todo o lado. Por isso perguntamos, o que está a ser feito por parte do executivo para salvaguardar as livrarias históricas da cidade?-----

----- Lisboa é a região que mais estudantes tem e que lidera a taxa de licenciados, por isso importa encontrar soluções, perguntamos, que projeto tem a Câmara para resolver o problema da falta de habitação para os jovens? Com especial incidência dos jovens universitários de Lisboa? -----

----- Por último, que meios tem este executivo prevê afetar para uma implementação correta das medidas de autoproteção nas escolas de Lisboa? Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Deputada. O Senhor Vereador João Paulo Saraiva, vamos dar a palavra à bancada da Câmara.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra, respondeu às questões colocadas:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente, eu acho que se bem fixei as perguntas, há perguntas para o Vereador Ricardo Robles, há perguntas para a mim e para a Senhora Vereadora Paula Marques, assim com este bocadinho de jeito. -----

----- Então podemos começar pelo Senhor Vereador Ricardo Robles e a Catarina Vaz Pinto. Então Ricardo Robles, Catarina Vaz Pinto, Paula Marques e eu. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto,** no uso da palavra respondeu às questões colocadas:-----

----- “Muito obrigada senhor Presidente.-----

----- Em relação às livrarias históricas nós temos aqui o programa bastante reconhecido e muito frutuoso, que é o Programa das Lojas Com História, e ao abrigo

## DRAFT

desse programa já têm sido classificadas algumas livrarias, nomeadamente, a Livraria Ferin, a Livraria Ler Devagar, eu posso-lhe dar a lista, mas as livrarias são precisamente umas daquelas lojas que nós procuramos salvaguardar ao abrigo deste programa e, portanto, aquilo é que nos compete no âmbito da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Recentemente, o Governo também aprovou, não sei se está a par, um programa das livrarias com selo também, e aí vai haver também financiamentos que, aliás, o nosso Programa das Lojas Com História também financia melhoramentos nas lojas, nas vitrinas, algum programa de animação cultural, portanto, é aí que nós intervimos. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra respondeu às questões colocadas:-----

----- “Muito obrigada senhor Presidente em Exercício.-----

----- Rapidamente em relação à questão da fixação dos jovens, em particular jovens estudantes em Lisboa, na operação da Ajuda, do Programa de Renda Acessível, ela é direcionada especificamente à comunidade académica, sejam eles estudantes de licenciatura, mestrado ou sejam pessoas que sejam investigadores, mas que são da camada jovem e a comunidade académica, portanto, a operação do Programa de Renda Acessível na Ajuda é específica, até pela localização, é específica a para a comunidade estudantil, nas suas várias vertentes e nas várias fases. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Robles**, no uso da palavra respondeu às questões colocadas:-----

-----“ Muito obrigado. Relativamente às medidas de autoproteção nas escolas, exatamente, portanto, sobre a medidas de autoproteção temos, como já aqui referi na Comissão e noutro debate anterior, temos essa preocupação, naturalmente, que as escolas Lisboa tenham todas estas medidas implementadas e, por isso, em articulação com o serviço Municipal de Proteção Civil foi delineado um plano para todas as escolas, naturalmente, com a definição das vinte primeiras e a última informação que tenho da parte da proteção civil é que essas vinte primeiras estão a ser candidatas ao nível das Finanças e que irão avançar de imediato e, portanto, até esse primeiro pacote, para até ao final de 2018, podemos ter em conclusão, e as restantes durante o ano 2019, era isto.-----

----- Sobre os idosos não percebi exatamente a questão, se pudesse repetir.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem a Câmara só as suas respostas. Senhor Vereador, ainda quer dizer alguma coisa? Senhor Vereador João Paulo Saraiva?-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra respondeu às questões colocadas:-----

----- “Sim, sobre o tema paridade nos conselhos de administração das Empresas Municipais, ele é completamente respeitado pelo Município, escrupulosamente, e já agora uma curiosidade, não estamos obrigados, mas já há muitos anos que o

DRAFT

Município de Lisboa tem nas chefias, do Município, uma percentagem de chefias do sexo feminino, sempre superior um pouco às 60%. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado, vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado João Condeixa, do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP),** no uso da palavra colocou as seguintes questões:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Caros Deputados, Senhor Presidente.-----

----- Têm chegado á Assembleia Municipal vários pedidos de habitação municipal, não atendidos. Famílias que ficam fora destes apoios, apesar da situação dramática que vivem, apesar de classificação muitíssimo elevada.-----

----- Eu até dou alguns exemplos, nós não podemos ter mães que, de repente, ficaram viúvas, pessoas que, de um momento para o outro se encontram a viver em carros, quando temos habitação municipal vazia, por isso, precisamos de mais sensibilidade, precisamos aqui mais de humanismo e precisamos de um regulamento que seja mais ágil e mais abrangente.-----

----- Diria que não há fogos Municipais suficientes para todos, que não têm recursos para construir mais fogos Municipais, Senhor Presidente de Câmara Municipal, o nosso ponto é, então dê uso aos imóveis que tem devolutos, dê uso aos imóveis que estão, neste momento fechados, e àqueles que estão desocupados.-----

----- Sobretudo também cuide de outras dimensões nestes bairros, nomeadamente, dimensões sociais, de mobilidade entre outras.-----

----- A minha pergunta é muito clara, Senhor Presidente, é uma pergunta que já foi feita em dezembro e que até agora o CDS não teve resposta, qual o atual número de fogos municipais? Quantas destas habitações estão desocupadas? Quantos pedidos estão pendentes de atribuição? E qual a duração média do processo de atribuição? Este é um ponto.-----

----- O outro ponto tem a ver com a regularização do estacionamento, que também foi uma Proposta do CDS, a regularização de estacionamento junto às Amoreiras, nomeadamente na rua Gurgel do Amaral, Custódio Vieira e Praça das Águas Livres, estes lisboetas que vivem nesta zona, não encontram nem têm solução de estacionamento.-----

----- Eu atrevo-me a dizer que se fossem a Madonna, já teriam a resposta à sua pretensão!-----

----- Mas e vou às minhas perguntas, depois de o CDS ter apresentado a sua Proposta houve algum reforço de fiscalização nesta zona? Houve a afetação para residentes nesta zona, tal como o CDS também propôs? E que melhorias estão previstas, uma vez que a sobrecarga e a procura é mais do que muita. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

## DRAFT

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara. Quem responde pela Câmara?” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra respondeu às questões colocadas: -----

----- “ Respondo eu Senhor Presidente. -----

----- Senhor Deputado, eu respondo-lhe ao seu repto, dizer-lhe que precisamos de mais sensibilidade e de mais humanismo, sugerindo-lhe a leitura da nota que a Presidência da República divulgou relativamente à promulgação das alterações ao regime de arrendamento, promovido pelo CDS, quando tinha a pasta da habitação, e concluiu assim: “Ponderados o presente Diploma, pretende com a sua vigência de cerca de nove meses, evitar certos despejos de maiores de 65 anos e de portadores de elevado grau de deficiência, inquilinos há pelo menos quinze anos, no prazo considerado suficiente para eventual reapreciação global da legislação sobre o arrendamento urbano. Conclui, ponderados estes argumentos e as razões sociais de maior fragilidade e de menor capacidade de resposta, justificativas do diploma entendeu o Presidente da República deverem estas que prevalecer”, aliás, em consonância com o seu entendimento de sempre. -----

----- Nestes termos promulgou o diploma, que estabelece um regime extraordinário e transitório para proteção de pessoas idosas ou com deficiência que sejam arrendatárias que residam no mesmo local há mais de 15 anos. -----

----- Senhor Deputado, se o Senhor Deputado tivesse um pingo de consciência sobre aquilo que diz, sobre aquilo que diz, afixava este texto na parede na parede do CDS, do gabinete do CDS, para nunca mais se vir falar, dirigindo-se a outros responsáveis políticos, sobre mais sensibilidade e mais humanismo, porque quem faz uma legislação que precisa de uma intervenção de urgência para evitar despejos de pessoas com mais de 65 anos e de portadores de deficiência não tem particular autoridade moral para vir falar de sensibilidade e de humanismo! -----

----- Mas respondo-lhe mais, Senhor Deputado, a ideia que o CDS hoje quer fazer passar, que é passar pelos pingos da chuva sobre a situação que ajudou, a situação gravíssima que ajudou a criar pela sua lei do arrendamento, no mercado global de arrendamento da cidade de Lisboa, fazendo algo que nenhum governante tinha feito desde o 25 de Abril, que foi depois do regime, depois da criação do núcleo fechado dos contratos de arrendamento anteriores a 1990, à época, Primeiro-Ministro Cavaco Silva, que fechou esse núcleo fazendo com que os novos contratos entrassem no regime flexível, o que o CDS fez quando esteve no Governo, foi pela primeira vez, como digo, desde 1990, fazer o transvase do primeiro regime para o segundo, isto é, tornou precários o regime das pessoas que por desconhecimento, por ignorância, por incapacidade até de compreensão de todas as faculdades da lei, foram enganadas de forma ardilosa por uma violência política e social que foi a Lei do Arrendamento, que aprovaram e, perante este facto, os Senhores Deputados do CDS, os Senhores Deputados do CDS, e os ex-responsáveis e os responsáveis do CDS, têm oscilado entre três linhas políticas. -----

## DRAFT

----- A primeira linha é dizer que a legislação aprovada era excelente e que contribuiu muito para a reabilitação urbana! Senhor Deputado, tenho aqui a resposta clara da consequência da aplicação direta dessa legislação. -----

----- A segunda linha de resposta é dizer o seguinte: a legislação era má, mas então se é má, esta maioria que aprove uma alteração, estamos a tratar disso, mas vai ficar também para a história, Senhor Deputado, que o CDS não apresentou sobre esta matéria nenhuma Proposta de correção da sua legislação, se tivesse, aliás, a humanidade e a sensibilidade, o humanismo e a sensibilidade, de reconhecer que a situação se poderia ter alterado, não apresentou!-----

----- Mas quer o CDS agora ter uma terceira linha política, quer vir dizer: “eu criei o caos no mercado de arrendamento, mas espeçam lá isso, não falem disso, porque isto a nós incomoda-nos, e vamos mas é concentrarmo-nos que a questão importante é que as respostas da habitação deve ser a Câmara de Lisboa a resolvê-las”.-----

----- Senhor Deputado não é que nenhum Presidente da Câmara que fale verdade com as pessoas, que poderá dizer que a Câmara se pode substituir ao mercado de arrendamento que colapsou, e muito que colapsou pelo regime que foi aprovado!-----

----- É por isso que a nossa primeira prioridade política tem sido uma grande pressão e insistência, junto do Parlamento, para que legisle corrigindo o regime atual, corrigindo nestas situações de violência social que o regime permite, mas, corrigindo também criando um novo regime fiscal que permita incentivar os contratos de longa duração na cidade de Lisboa. Sem um forte mercado de arrendamento não é possível haver nenhuma iniciativa pública que compense a destruição do número líquido de casas que todos os anos estão a ser colocadas, ou a não ser colocadas para arrendamento na cidade de Lisboa. -----

----- Ora, com menos casas colocadas no arrendamento, os preços sobem, a dificuldade para todos acederem à habitação é maior e, por isso, a primeira obrigação do Presidente da Câmara de Lisboa é insistir e utilizar o seu peso político junto do Parlamento para que legisle, porque só a alteração da legislação, colocando de novo o mercado de arrendamento a funcionar na cidade e no país, é que é possível podermos aspirar a uma melhoria da situação dramática do mercado de habitação, em muitos núcleos da cidade de Lisboa. -----

----- E dizer diferente, e dizer diferente, eu percebo que o Senhor Deputado queira, como o Senhor Deputado está incomodado com a situação que criaram, querem fazer aqui um desvio de atenção relativamente à responsabilidade da Câmara na substituição no papel principal, que na sua tese seria na de suprir as necessidades habitacionais na cidade de Lisboa. -----

----- Senhor Deputado, nós sabemos bem a nossa obrigação e o nosso papel e, por isso, temos vindo ao longo dos anos a fazer uma política de recuperação e de atribuição de património Municipal dentro das condicionantes que se rege a realização de obra pública, que tem os requisitos que têm requisitos, foi dessa forma que nós fizemos a atribuição de mil e duzentas casas, mais de mil e duzentas casas no mandato passado, é por essa a razão que estamos neste momento em concurso, um conjunto muito significativo de empreitadas. Tive oportunidade de anunciar, há poucas

## DRAFT

semanas atrás, que vamos fazer a atribuição até ao final deste ano de seiscentas e trinta casas a famílias na cidade de Lisboa, seiscentas e trinta casas atribuídas, significa responder às necessidades habitacionais de mais de duas mil pessoas dentro da cidade de Lisboa em património Municipal, foi aprovado já em Câmara Municipal, e admito que já na Assembleia Municipal já foi aprovado também, um novo contrato-programa com a GEBALIS que vai permitir a recuperação de mais edificado Municipal, é isso que nós vamos fazendo ao longo do mandato com proatividade, com insistência, com convicção, mas respondendo às necessidades das pessoas, mas com franqueza Senhor Deputado, não tente passar para dentro do domínio da política Municipal, aquilo que não é possível fazer-se sem uma mudança profunda no injustíssimo sistema de arrendamento que hoje o país tem. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado, o orador seguinte.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária, Patrocínia Vale César,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Fernando Correia do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente),** no uso da palavra colocou as seguintes questões:-----

----- “ Ora boa tarde Senhor Presidente em Exercício, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Público. -----

----- A primeira pergunta é uma pergunta muito simples e direta, estamos no período de férias escolares, momento em que normalmente as autarquias aproveitam para proceder a intervenções nas escolas, nomeadamente obras de reabilitação, instalação de cozinhas e refeitórios, pequenos arranjos, adequação às novas regras, a escola teve alguma evolução e as escolas antigas muitas ainda não respeitam isto, portanto, a questão era: o que é que está a ser feito pela Câmara nos equipamentos escolares do concelho que, dependem, claro, da autarquia? -----

----- A segunda questão tem a ver com uma realidade cada vez mais frequente, o Aeroporto de Lisboa e os voos noturnos, não são do Saint-Exupéry, não os “Voos Noturnos”. São cada vez mais frequentes aterragens no Aeroporto de Lisboa entre a uma e as cinco da manhã, período em que o Aeroporto está encerrado ao tráfego aéreo para permitir o descanso dos muitos milhares de pessoas que residem nas imediações, nomeadamente nos concelhos de Lisboa, e também no concelho de Loures.-----

----- Esta situação tem vindo a agravar-se, é conhecido, enfim, o que está a acontecer com o Aeroporto, com uma pressão enorme de voos, de atrasos, enfim, que têm a ver com o verão, mas que se calhar não tem só a ver com o verão, também já ouvimos que há investimentos que a Vinci, a dona ANA, a já devia ter feito e que não realizou, não foi seguramente por falta de taxas, porque as taxas tiveram crescimentos astronómicos nos últimos anos, deste que o Aeroporto, desde que a ANA foi privatizada, também sabemos opinião do Senhor Presidente da Câmara que é por uma notícia de março, no Diário de Notícias, numa reunião com municípios das Freguesias de Areiro e Alvalade afirmava ser frontalmente contra o alargamento do horário de

## DRAFT

funcionamento Aeroportos no período noturno, considerando que, de facto, o Aeroporto, neste momento, durante todo o dia e muito mais grave à noite é a principal fonte ruído na cidade de Lisboa, portanto, esta situação, como estava a dizer, tem vindo a agravar-se, tenho conhecimento que há noites de cinco, seis aterragens, sete aterragens durante a noite, por voos alegadamente atrasados, mais grave ainda é que haja voos a sair de madrugada, antes das cinco da manhã, não sei! -----

----- A pergunta é: se tem conhecimento da situação e que que diligência a Câmara tomou ou vai tomar para repor a normalidade e a legalidade? -----

----- A terceira questão tem a ver com o Parque de Campismo de Monsanto. O parque de Campismo de Monsanto durante muitos anos foi uma referência para os amantes do campismo, era considerado um equipamento de excelência. A entretanto foi concessionado, está concessionado neste momento a uma empresa SA Catarino e Associados que gere também os Parques de Campismo da Barra, Coimbra e Torreira. -

----- O Parque de Campismo antes disto, tinha sido entregue Associação de Turismo de Lisboa, é um parque com 38 hectares, que está paredes meias com espaço de excelência, que é o parque de Monsanto, tem 70 quando a Bungalow. As questões eram estas: qual o regime da concessão? Continua a ser propriedade do Município de Lisboa? Quem suporta os custos com os consumos de energia e de água? Quanto recebe a Câmara Municipal hoje para esta concessão? Existe ou não por parte do concessionário a prática de aluguer, subconcessão de partes do Parque de Campismo de Monsanto a particulares, como, por exemplo, a designada Casa Branca, a antiga casa função do chefe de campo, e áreas para outras utilizações que não o campismo, exemplo, o hotel para cães e gatos e veterinário? Em caso afirmativo quanto recebe até Municipal de Lisboa por essas subconcessões? Porque não reverte a Câmara Municipal de Lisboa, a concessão e volta administrar diretamente esta importante infraestrutura turística da cidade? Sendo que são conhecidas, este aparte, o estacionamento indiscriminado de autocaravanas em várias zonas da cidade, nomeadamente na beira-rio, que prioritariamente deviam estacionar em Monsanto até porque há transportes públicos regulares para o centro da cidade. -----

----- Mais uma pergunta ainda sobre o Parque. Quais os números da utilização? Quantos campistas nacionais e estrangeiros utilizaram o parque nos últimos 5 anos? ---

----- Última pergunta, o projeto-piloto de exploração de transportes coletivos em táxi no Concelho de Lisboa, temos informação por via de uma carta a que nos chegou e que terá sido enviada à Câmara Municipal de Lisboa pela Federação Portuguesa do Táxi, sobre que este este projeto-piloto terá sido ensaiado durante o Rock in Rio, portanto, recentemente, a questão que a Federação do Táxi coloca, considera que tal projeto permite e incentiva de forma absolutamente inacreditável, estou a citar a carta, à prática pelos operadores licenciados para o transporte em táxi no concelho de Lisboa que adiram ao projeto do crime de especulação, sujeito a pena de prisão ou multa, e de práticas restritivas de comércio sujeitas a aplicação de coimas, bem como a discriminação injustificada entre os operadores licenciados para o transporte de táxi no concelho de Lisboa, isto tem a ver com a prioridade que foi dada para este projeto coletivo à Aplicação “My Táxi” e às condições e em que alegadamente esta terá

## DRAFT

desenvolvido, nomeadamente com preço máximo de cinco euros, que não contempla a bagagem, e que implica uma percentagem de 6%, que reverte para aplicação, ou seja para aplicação “My Táxi”, e portanto, era uma questão que gostaria de ver, presumo pelo Senhor Vereador. As questões são: a Câmara Municipal de Lisboa está a fixar preços de Táxi com este projeto, abaixo do estipulado legalmente, o que, para além de não ser da sua competência, pode significar crime de especulação, sim ou não? Os operadores que podem participar têm de usar a aplicação “My Táxi”? O que para além de discriminar os operadores, beneficia uma empresa que a Câmara Municipal de Lisboa decidiu beneficiar, sem mais, porquê esta situação? Tenho dito. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos passar a palavra à Câmara Municipal.-----

----- E só para informar o Plenário que temos mais duas inscrições para finalizar a 1ª ronda, que é o Senhor Deputado Rui Costa e a Senhora Deputada Aline Beuvink. -----

----- Portanto, para responder agora ao Partido Comunista Português, o Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez respondeu às questões colocadas: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado sobre a questão do Aeroporto, nós estamos muito preocupados com a situação do Aeroporto de Lisboa, era como era antecipável, o Aeroporto encontra-se numa situação de esgotamento e infelizmente, ao longo dos anos, não vimos que tenham sido tomadas as decisões que se impunham, a tempo, para evitar que chegássemos ao ponto a que chegámos. Tenho a convicção de que a situação se vai agravar antes de conhecer melhorias, porque entre a tomada de decisões e a melhoria das situações no terreno, vai demorar tempo. -----

----- Esta situação decorre em primeiro lugar de uma decisão absurda, tomada por puro preconceito ideológico contra o investimento público, no tempo do Governo anterior, quando foi considerado que a expansão do aeroporto de Lisboa, a expansão da capacidade aeroportuária de Lisboa era no fundo, um excesso de um devaneio de governações socialistas apostadas no investimento público. Ora, foram colocados na gaveta os Planos que vinham desde o tempo de Marcelo Caetano, Marcello Caetano, que foi o primeiro Primeiro-Ministro, Presidente do Conselho à época, que ordenou os estudos do aumento da capacidade aeroportuária de Lisboa, vendo a evidência do que era o desenvolvimento da cidade de Lisboa, já no final da década de 60 e que se veio a confirmar, depois, na década de 70, muito mais ampliada no pós 25 Abril, era uma evidência o desenvolvimento que a cidade de Lisboa estava a ter! Tudo isso, durante todos esses estudos, esses trabalhos foram deitados, foram esquecidos, depois surge uma nova solução nunca estudada antes, relativamente Alcochete e depois pura e simplesmente, o investimento é adiado. -----

----- E chegamos à situação a que chegámos, chegámos à situação que chegámos, de um país que em tempo não foi capaz de cuidar do que é a sua principal infraestrutura de conectividade com Europa, sendo nós um país que está na, o país mais ocidental da

## DRAFT

Europa e que tem, naturalmente, por vocação e agora por estratégia da TAP, e bem, definido que quer ser um “Hub”, um “Hub” centrado no Atlântico, entre o que é o grosso da Costa Oriental dos Estados Unidos e da América do Sul, e a Europa Ocidental, fazendo a partir daqui a ponte, através de parcerias com o mercado asiático.-----

----- Ora a situação hoje do Aeroporto é motivo de grande preocupação a todos os títulos, começa pela dimensão económica do que o país e a cidade estão a perder pela situação do Aeroporto de Lisboa! Nós estamos a perder emprego, nós estamos a perder investimento, nós estamos a perder rendimentos para os trabalhadores. Nós estamos a perder rendimentos e oportunidades para as famílias, para os jovens para todos aqueles que precisam de um emprego e de uma atividade económica, e nós com a situação do Aeroporto, estamos a bloquear essas oportunidades de desenvolvimento económico, em segundo lugar, nós estamos a causar impactos negativos na imagem da cidade e do país, porque estamos a assistir a uma deterioração da imagem da cidade e do país, pelo deficiente funcionamento da infraestrutura do Aeroporto. -----

----- A sucessão dos atrasos, das demoras, dos cancelamentos dos voos, das horas de demora em fazer os controlos dentro do Aeroporto estão a afetar a imagem do país estão a fazer reduzir, estão a afetar a imagem do turismo na cidade de Lisboa e é algo verdadeiramente intolerável para a cidade de Lisboa.-----

----- É por isto que nós mantemos, e reforço hoje aqui o apelo, a exigência da cidade de Lisboa, para que rapidamente sejam tomadas as decisões que se impõem! Não lhe escondo que reconheço que hoje o Estado Português tem via, por fruto de ter havido um contrato de concessão, com um operador privado sobre a exploração do Aeroporto, uma margem de manobra menor do que aquela que tinha antes de essa privatização ocorrer.-----

----- Ainda assim, é neste quadro que está colocado e é neste quadro que as decisões têm que ser tomadas, e insisto, amanhã já vamos tarde! Para estas decisões, amanhã já vamos tarde para estas decisões! -----

----- Segunda questão, é a resposta do Município, à questão que tem sido colocada do alargamento dos voos noturnos na cidade de Lisboa e a minha resposta é muito clara, não! Não aceitaremos esse alargamento! Até por uma razão clara, porque a verdade é que hoje de cada vez que se fala desse alargamento, não se fala como um contributo da cidade de Lisboa, isto é, feito através dos cidadãos, dos munícipes em abdicar de algum do seu bem-estar, para uma solução transitória temporária, não é isso que está a ser colocado, o que está a ser colocado em cima da mesa, é como a única solução que verdadeiramente as outras entidades se lembram de vir propor, para resolver o problema! -----

----- Porque nós não temos decisão sobre o alargamento da infraestrutura, nós não temos decisão sobre as obras no Aeroporto Humberto Delgado, nós não temos as decisões sobre o funcionamento e sobre o sistema de navegação aérea dentro do espaço aéreo e da forma como se articula com espaço terra, nada disso está decidido, nada disso está mudado, nada disto está a andar e por isso, não aceito que se coloca em cima da mesa que a variável de ajustamento tem que ser o bem-estar dos lisboetas,

## DRAFT

não! Não aceito, não aceito e sou muito claro sobre esta afirmação, nós Município de Lisboa seremos sempre parte da solução para resolver um gravíssimo problema que a cidade tem, que é o problema do esgotamento do Aeroporto de Lisboa e da rápida deterioração do serviço que nós estamos a assistir no Aeroporto de Lisboa. Seremos sempre parte da solução, não aceitaremos e que sejam os cidadãos, os munícipes da cidade de Lisboa, os únicos que contribuem para essa solução, sendo, aliás, àqueles a quem mais é pedido, que era um sacrifício no seu bem-estar, nas suas horas de descanso e nas suas horas de repouso. Não aceitaremos isso e continuaremos a exigir com sentido de urgência, que sejam tomadas as decisões para resolver a situação grave com que estamos confrontados. -----

----- Relativamente às questões, o Parque de Campismo, não tenho aqui disponível neste momento, todos os elementos que solicitou, por isso, poderei depois fazer-lhe chegar por escrito, e relativamente às questões de mobilidade do setor do táxi que colocou, eu peço ao Vereador Miguel Gaspar, para responder por favor.” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra respondeu às questões colocadas: -----

----- “ Boa tarde a todos. -----

----- Senhor Deputado, eu estava á espera como é que formulava a questão, ou seja, quando o Senhor Deputado começou a formular a questão, acho que começou bem, que é que falou numa carta da Federação, que a Federação estava isto, achava aquilo. Eu estou mais preocupado da forma, como formulou as perguntas porque como formulou as perguntas, toma como suas, ou se quiser do PCP, aquilo que são as preocupações da Federação, e acho que o PCP vai ter que fazer uma escolha, uma escolha política! Do ponto de vista daquilo que são as respostas às suas perguntas, eu convidou-o a ir ao *site* da Autoridade da Mobilidade e Transportes, porque a Câmara voluntariamente e porque estava a falar de uma coisa inovadora, submeteu todo o processo à Autoridade de Mobilidade e Transportes, de onde já saiu de lá o Parecer que diz, inequivocamente, que está tudo dentro da lei e tudo dentro dos conformes, inequivocamente. -----

----- O que está em causa é transporte flexível, não é uma questão que do que está em causa do Táxi, dito isto o PCP vai ter que tomar uma opção, ou vai ficar encostado àquilo que é o passado dos táxis, àquilo que é o passado da escolha de alguns, ou junta-se à Câmara de Lisboa, num esforço de inovação do setor do Táxi, trazer o setor do Táxi para aquilo que é o século XXI, trazer o setor do Táxi a fazer algo que nunca tinha feito no passado, que é também porque ao transporte público, e é um transporte público com características diferenciadas de todos os demais, juntar-se a Carris para oferecer melhor serviço de transporte aos lisboetas, especialmente em períodos do dia onde os Táxis podem fazer melhor do que aquilo que faz a Carris, como seja em zonas de baixa procura, à noite e ao fim de semana. -----

----- O que o PCP fez hoje foi encostar-se ao interesse de alguns e não defender aquilo com o interesse dos Táxis, dos motoristas, os trabalhadores, porque se vir só aquilo que é o *feedback*, se tiver o cuidado de ver as regras de utilização da Câmara,

## DRAFT

impúnhamos que qualquer taxista, qualquer empresário do Táxi, qualquer motorista podia aderir a isto. -----

----- Pode também rapidamente constatar que nós desafiámos várias associações, e várias demais, para também eles próprios trazer soluções inovadoras para testarmos e finalmente, pode confirmar que houve uma enorme adesão por parte dos profissionais, que gostaram da iniciativa, valorizaram a iniciativa, e posso-lhe dizer uma coisa que não é pública, em que tivemos 1300 passageiros, toda a gente gostou, aparentemente a Federação não gostou! O PCP pode fazer uma escolha, que é estar do lado do Município ou estar do lado de alguns! Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. Vamos dar a palavra ao Deputado Municipal Rui Costa. -----

----- Diga Senhor Deputado? Mas usando que figura Regimental? Um protesto, muito bem. Então não conta o tempo, tem três minutos para o protesto. Microfone ao Senhor Deputado, que seja mesmo um proposto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra, fez o seguinte protesto:-----

-----“Senhor Vereador, nós não vimos aqui tomar o partido por ninguém, nós vimos aqui para esclarecer uma situação, em que os taxistas dizem, as Associações dizem que não foram consultadas.-----

----- Não me respondeu uma questão muito concreta, porque é que é “My Táxi” e mais nenhuma aplicação? Qual foi o critério para escolher esta aplicação? Dizem que não foram consultados, não lhes deram a oportunidade e, portanto, é esta questão, aliás, o Senhor Vereador conhece a carta tão bem como nós, porque a carta foi dirigida a si e, portanto, nós apenas queremos esclarecer, independentemente da forma como as perguntas estão mais ou menos ao seu gosto formuladas, a questão aqui é esclarecer que situação é esta, porque os taxistas dizem que são prejudicados, porque têm que pagar 6% à plataforma. -----

----- Tenho uma tabela, no Rock in Rio fala-se em 5 euros, que já incluía inclusivamente a mala, não é? No caso de haver uma mala, que normalmente é considerada à parte no serviço de Táxi e, portanto, é natural que haja aqui interrogações e dúvidas, o serviço de Táxi que eu conheço, funciona a taxímetro e, portanto, era mesmo....”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Senhor Deputado, mesmo com toda a latitude da Mesa convém seguir o Senhor Deputado Modesto Navarro e protestar alguma coisa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra, fez o seguinte protesto:-----

----- “Se há dúvidas esclareçam, eu só perguntei e ainda não ouvi a resposta, ou o porquê. Por exemplo, da “My Táxi”, que é, por aquilo que eu julgo saber, uma empresa unipessoal.”-----

## DRAFT

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. A bancada do Partido Comunista Português, contando com o Senhor Deputado Modesto Navarro, conhece muito bem o Regimento e, portanto, sabe que uma intervenção, considerando não resposta, que deve merecer uma inscrição noutras rondas, e não invocar um protesto que não foi bem protesto, mas vamos dar a palavra o Senhor Deputado Rui Costa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)**, no uso da palavra colocou as seguintes questões:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Apesar do ruído de fundo, eu queria começar esta intervenção por dizer que daremos à Câmara cederemos tempo à Câmara Municipal para nos responder às perguntas, e estou certo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não terá a deselegância de deixar de responder, porque nós toleraríamos isso se não houvesse Propostas de alteração do Regimento, no sentido de garantir o maior contraditório, nós mesmos fizemos essas Propostas e levaremos à conta de deselegância se não aceitar a cedência de tempo para o equilibrar e poder responder. -----

----- Isto dito queria deixar algumas perguntas, ainda que, de forma sucinta, sobre a atividade Municipal, uma situação que nos tem preocupado, a nós e aos vizinhos do Palácio Nacional da Ajuda, é a situação das quintas que estão adjacente ao Palácio da Ajuda, que estão numa situação de abandono, não tem vindo de nenhum instrumento ou nenhuma intervenção urbanística, nem instrumento e nem pedidos de licenciamento, estão ao abandono, causam incómodos, lixos, pragas e infestações. -----

----- E, portanto, gostávamos de saber, por um lado, que medidas do ponto de vista urbanístico para esses terrenos em abandono? E, por outro, que medidas é que pretendem tomar, a curto prazo, mesmo, porque se trata de uma questão de saúde pública, em relação a esses terrenos? -----

----- Também ainda na zona ocidental da cidade, a questão da Estrada de Caselas, Caselas está isolada de alguma forma do resto da Cidade e tem uma estrada que não serve bem quem lá mora, é uma estrada esburacada, a Junta de Freguesia ao que julgamos saber, tem pedido a intervenção da Câmara Municipal e tem pedido uma prioridade para esta estrada, julgamos que que merecida e, portanto, queremos saber em que prazo e que o Município pretende intervir? -----

----- Depois o Hospital Militar de Belém, que foi alvo de cedência à Cruz Vermelha, foi objetivo de impugnação, essa cedência, em relação, por parte de uma Associação dos militares na reserva e na reforma, e que se encontra abandonado. Bem sabemos que o edifício é de titularidade da Administração Central, mas é um edifício com interesse pretendia-se instalar equipamentos no âmbito dos cuidados continuados, que tanta falta faz à cidade, e queremos saber é se o Município tem alguma intervenção ou pretende ter alguma intervenção para a resolução deste problema? -----

----- Depois ainda na zona ocidental, isto tudo motivado, claro está também pelo meu fim-de-semana passado por esses lados, também em relação à zona ocidental, há uma

## DRAFT

prioridade clara, que foi definida nas grandes Opções do Plano e que é a questão do reforço dos transportes públicos e do plano de mobilidade, que era, que se pretendia de emergência para a zona ocidental da cidade. Queremos saber que medidas, no curto prazo e não vale dizer que vêm novos autocarros em setembro, essa já conhecemos e, portanto, queremos saber que medidas no curto prazo é que se pretendem tomar em relação a esta matéria? -----

----- Também as bicicletas Gira, que tanto furor tem causado nesta Assembleia, têm-se revelado um meio adequado de resolução de alguns problemas de mobilidade e queremos saber quando é que a zona ocidental da cidade, que já peca por tudo ao nível dos transportes públicos, terá também acesso à Gira? -----

---- E por último, em matéria de mobilidade e transportes, nós andamos a ficar um tanto ou quanto preocupados, na medida em que o Bloco de Esquerda acertou com o Partido Socialista, um acordo, umas bases de entendimento ao nível da Câmara Municipal, naturalmente, não extensíveis à Assembleia, mas celebrou uma plataforma de entendimento, que pretendia, que pretendia entre outras coisas, isto é muito importante para si Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, porque vem de encontro às suas preocupações, a extensão, a obtenção de garantias por parte do Governo, da extensão do Metro para a zona ocidental da cidade e, portanto, queremos saber qual é o estado das eventuais negociações e da forma de, qual é o estado da arte e para quando se perspetivam novidades nesta matéria? -----

----- Depois também na Ajuda, o Bairro do Casalinho da Ajuda, que se encontra bastante deteriorada, as habitações e os prédios. Nós bem sabemos que ainda na Sessão anterior, na Reunião anterior desta Assembleia Municipal aprovámos um plano de intervenção, mas criticámos justamente, entre outras coisas, por não ter calendarização de execução do mesmo e, portanto, gostávamos de ter informação sobre as últimas intervenções aqui realizadas? -----

----- E ficamos por aqui, para uma primeira ronda de perguntas. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra respondeu às questões colocadas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, agradeço a sua gentileza do Senhor Deputado na cedência de tempo, mas não será necessário, serei rápido e também com franqueza não parece muito próprio invocar-se a cedência de tempo para responder quando foi a própria Assembleia que insistiu em manter um modelo de pergunta resposta, um a um, e por isso, obviamente, que nos permite, implica que gastamos muito mais tempo a repetir até a perguntas repetidas.-----

-----A primeira questão importante, já que o Senhor Deputado andam este fim-de-semana pela zona ocidental, e constato que as perguntas são todas dessa zona, é bom. Conheço muito bem a Freguesia da Ajuda e as Freguesias de toda a zona ocidental, o projeto mais estruturante que está neste momento em curso é o do fecho do Palácio da

DRAFT

Ajuda, é uma obra ansiada pela cidade há porventura 200 anos, de um projeto incompleto, que marca o fim de um abandono, que aquele Palácio está votado, mas que nessa parte da conclusão desta obra, e que vai e a englobar toda a requalificação da sua zona envolvente, não tenho neste momento, far-lhe-ei chegar depois a planta relativamente aos vários são os seus vários territórios que ali estão abrangidos, mas o que irá acontecer é o prolongamento da obra da Calçada da Ajuda que foi uma obra de grande importância naquela zona já terminada no mandato passado, de ser prosseguida até à zona de Monsanto. -----

----- O objetivo que temos de assumir a gestão da Torre do Galo e permitir depois a reconversão de toda a zona do Pátio da Torre do Galo, e fazermos também uma requalificação mais profunda ao nível do transporte público na zona. -----

----- A segunda questão sobre o Hospital de Belém...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Senhor Presidente, só para alertar que esgotou o ser tempo!” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra respondeu às questões colocadas: -----

----- “Muito bem Senhor Presidente, terminarei em 30 segundos.-----

----- Relativamente ao Hospital de Belém, é de facto, um património do Estado, esteve envolvido até há muito pouco tempo atrás, num contencioso judicial, em virtude do acordo que o Estado Central tinha feito à cedência do Hospital à Cruz Vermelha, de utilização deste espaço, este conflito judicial sessou porque essa cedência foi terminada e a Câmara de Lisboa manifestou de imediato o Ministério da Defesa a intenção de tomar a gestão desses espaço, comprometendo-se uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a realizar as obras para transformar aquele espaço na principal unidade de Cuidados Continuados do nosso Programa de Unidade de Cuidados Continuados que temos. -----

----- Parece-me um espaço absolutamente excepcional para este fim, trata-se, aliás, de um numa situação de abandono lamentável, do que tivemos de uma infraestrutura hospitalar, que tem não só a parte histórica do lado da frente, mas tinha uma moderna infraestrutura atrás, com vários pisos de utilização hospitalar, parecia-nos que com relativamente menos esforço, poderíamos fazer um investimento que mudaria a face daquela zona, a par do que será a mudança com a obra no Largo da Boa Hora e da instalação do Centro de Saúde, também no Largo da Boa Hora. -----

----- Por último ....” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Aí terá que esclarecer se pretende beneficiar da aceitação do tempo ou não.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra respondeu às questões colocadas: -----

## DRAFT

----- “Não Senhor Presidente, depois responderei, mas também como não temos acordo com o Bloco de Esquerda na Assembleia, reponderei depois também na Câmara! Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, aquilo que penso, que não tendo a Câmara tempo e tendo sido as perguntas formuladas por escrito e não pretendendo a Câmara beneficiar das cedências de tempo, aquilo que seria mais adequado seria a Câmara responder na próxima semana, para não dilatarmos isto a todas as perguntas que foram formuladas por escrito, mas de todo o modo naturalmente que estou aberto às intervenções que certamente surgirão da parte dos Grupos Municipais sobre esta matéria.-----

----- Se não há intervenções eu encerrava o ponto e dava por encerrada a Assembleia, portanto, muito bem, Senhor Deputado Modesto Navarro em primeiro lugar. Microfone ao Senhor Deputado Modesto Navarro, o Senhor Deputado Luís Newton foi o segundo, e o Deputado Miguel Graça foi o terceiro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Oh Senhor Presidente, o que eu estou a dizer daqui é que tem uma lista, a Senhora 2ª Secretária tem uma lista à frente, de nomes e, portanto, o Presidente da Mesa é que tem que tomar a decisão de continuar a ouvir os Deputados, até esgotarmos o tempo de Reunião. E depois a Câmara tomará as devidas notas, não querendo responder, e as Forças Políticas farão as perguntas também por escrito.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “ As perguntas já foram formuladas por escrito, em antecipação! Muito bem, por mim, eu estou cá toda a noite, até o Regimento estiver, e portanto sigal -----

----- Se os Senhores Deputados pretendem formular as perguntas oralmente para a Ata, não obtendo as respostas da Câmara, continuaremos até ao tempo, ao Regimento ou então até haver quórum na sala, coisa que também está um bocadinho pelos limites.-----

----- Portanto, vamos dar a palavra à Senhora Deputada Aline Beuvink. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, quer falar em relação à Mesa também?-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “ Sim, era só para informar que o que é uma equipa de Vereadores continuará aqui, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, tomará nota das questões e responderemos depois por escrito. -----

----- Eu terei que me ausentar. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado. Senhor Deputado Luís Newton e Senhor Deputado Miguel Graça querem usar da palavra também? Microfone ao Senhor Deputado Luís Newton.

----- Vamos ouvir o Senhor Deputado Luís Newton.-----

## DRAFT

----- Senhora 2ª. Secretária, vamos não multiplicar os apartes nem na bancada nem na Mesa, porque senão eu nem estou a conseguir ouvir o Senhor Deputado Luís Newton e penso que ninguém o está a ouvir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente de Mesa muito obrigado.-----

----- Eu em primeiro lugar gostava de realçar que esta é uma sessão de perguntas à Câmara e que, independentemente do modelo ser mais ou não do agrado da Câmara Municipal, seria um bom ato de participação cívica e política se a Câmara Municipal mantivesse a sua disposição, ainda que indisposto o Senhor Presidente relativamente a este modelo e relativamente à sua participação, à continuação da sua participação na Assembleia Municipal, mantivesse a disposição de esclarecer as perguntas que os eleitos pela cidade de Lisboa querem fazer e que, naturalmente, merecem e devem manter sempre merecidas, resposta por parte do executivo camarário, aqui verbalmente, disponibilizando inclusivamente as próprias forças políticas, o tempo para o efeito.-----

----- Além disso, Senhor Presidente, quero reforçar que eu desconfio significativamente deste modelo proposto pelo Senhor Presidente da Câmara, das respostas por escrito. Sabemos nós a quantidade de requerimentos que estão por responder por parte do Executivo Municipal e, portanto, que certamente novamente iriam cair em saco roto, todas as perguntas que nós endereçássemos de forma escrita ao Senhor Presidente da Câmara ao à Vereação, e por isso a sugestão que faço, Senhor Presidente, e reforço, é no âmbito daquilo que são, não é questão da boa condução dos trabalhos do Senhor Presidente, porque essa o Senhor Presidente tem estado a fazer dentro das limitações que lhe parecem estar a ser condicionadas, mas ainda assim estar a ser impostas, mas ainda assim de forma condicionada, poderemos continuar os trabalhos e poder haver aqui uma abertura por parte da Câmara Municipal, com cedência dos tempos dos Partidos Políticos, até porque convenhamos, não é uma objeção unânime relativamente à proposta do Senhor Presidente.-----

----- O regulamento é igual ao Regulamento do mandato anterior, houve uma Proposta do Senhor Presidente e de alguns Partidos Políticos no sentido de o alterar, essa Proposta curiosamente está acolhida no âmbito da Revisão do Regimento e não me parece correto que agora haja esta imposição e esta indisponibilidade do Senhor Presidente e, por isso, proponho que continuemos os trabalhos, caso queiram responder todos os Partidos Políticos, estou convencido que gostarão de poder disponibilizar do seu tempo para facilitar a resposta da Câmara aos eleitos pelos cidadãos, em representação destes e, portanto, da parte do Partido Social Democrata, enquanto, como disse o Senhor Presidente, e muito bem, enquanto o Regimento o permitir e enquanto a duração o permitir, cá estaremos para continuar as perguntas, Senhor Presidente. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Luís Newton.-----

## DRAFT

----- Ainda temos mais dois pedidos de palavra antes. -----

----- Quanto aos requerimentos o Senhor Vereador João Paulo Saraiva já se comprometeu duas vezes, na Conferência de Representantes, em nome da Câmara, que até fecharmos os trabalhos de julho, ele tinha-se comprometido com metade, até meio de julho e vai-se comprometer até ao final, de os senhores Vereadores responderem aos requerimentos que estão pendentes.-----

----- Microfone ao Senhor Deputado Miguel Graça.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício. -----

----- Era só também para comunicar a nossa posição relativamente a este período de perguntas à Câmara, que gostaríamos de formular as perguntas em si, sem prejuízo, obviamente, de as enviarmos por escrito e depois serem respondidos pela Câmara, mas gostaríamos já que estamos nessa sessão e que, de facto, serve para este efeito, de colocar as perguntas de qualquer forma oralmente. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado. Microfone à Senhora Deputada Cláudia Madeira.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente. -----

----- Era só para deixar aqui três notas. Em primeiro lugar também não nos parece digno, nós compreendemos que a Câmara já não tenha tempo, mas não nos parece de nos parece digno que uma sessão de perguntas seja mesmo só isso, uma sessão de perguntas e que não tenhamos direito a ter resposta. -----

----- Depois a questão que o Senhor Presidente da Mesa estava a referir, por exemplo, no nosso grupo Municipal indicámos os temas das perguntas, portanto, não formulámos em concreto as perguntas e, portanto, haverá essa necessidade, ou oralmente ou depois por escrito, temos que fazer chegar a pergunta concreta.-----

----- Depois uma última nota é que não deixa de ser curioso que sempre houve alguns problemas com esta sessão de perguntas, mas só nos últimos tempos e, independentemente do formato da rondas ou ser por partidos, só recentemente é que o Senhor Presidente da Câmara deixou de querer aceitar os tempos cedidos pelos Partidos. -----

----- E, curiosamente, há uns tempos atrás, na informação escrita, como não era necessariamente para responder a questões formuladas pelos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Câmara quis aceitar tempos dos outros Partidos, nomeadamente, para continuar a fazer propaganda política. Para esclarecer aos Deputados, que é também esse papel do Executivo nesta casa, não quer aceitar tempo e acho que essa situação devia ficar registava.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

## DRAFT

----- “Muito obrigado Senhora Deputada, e para aligeirar a coisa deve-se registar que as Bancadas da Direita aplaudiram entusiasticamente a deputada Cláudia Madeira, que é coisa que não é habitual.-----

----- Vamos dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que também a pediu para uma interpelação à Mesa.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhor Presidente, eu gostava de ser muito claro, eu gosto muito de debater com os Senhores Deputados, aliás, tenho vários anos aqui já nesta Assembleia e como sabem, aliás, tem um enorme gosto, tenho um enorme gosto de fazer o debate com os Senhores Deputados, agora também há limites para um bocadinho, para as incongruências dos próprios Senhores Deputados. -----

----- A Assembleia é soberana nas regras que define reger-se, as regras na minha opinião são absurdas, qualquer pessoa constata que são absurdas, a senhora Deputada, aliás, faz a evocação de que se perpetue o absurdo, quer dizer, a Câmara tem um quinto do tempo que têm os Grupos Parlamentares, um sexto do tempo e no final, se houver umas sobras pede aqui ao PS, porque fala pouco, pede a outro que fala pouco, e é assim que vamos andando. -----

----- A Senhora Deputada pergunta porque é que eu não fiz isto antes? Olhe, por paciência, talvez em excesso, porque no início deste mandato coloquei uma questão simples, adote-se o Regimento em moldes semelhantes àqueles da Assembleia da República, é o mínimo, é o mínimo de equitativo, querem respostas deem tempo para as respostas, não façam é mendigar quando nem são capazes de fazer a alteração do Regimento e, por isso, a Deputada algum dia teria que ser!-----

----- Eu respondi a todas as perguntas com rigor, com a consistência máxima dentro daquilo que pude responder, acabou o tempo, Senhora Deputada, façam as perguntas e nós responderemos pela figura regimental, agora por favor, não faça do seu direito, porque o seu direito, a sua obrigação era ter resolvido a perfeita incongruência do sistema que existe hoje. -----

----- Sobre o Deputado Luís Newton, nem sei o que lhe diga porque a resposta é a mesma!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado. Senhor Deputado Modesto Navarro, também pede a palavra.” --

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte protesto:-----

----- “ Peço a palavra para protestar em relação á última intervenção do Senhor Presidente da Câmara, porque todos nós sabemos que este modelo existiu durante largos anos e sempre foi resolvido por todos nós, de forma democrática. Nesta parte final, o seu Presidente sabe perfeitamente que existe uma Proposta, existe uma Proposta do Partido Socialista, dos Cidadãos e que creio que também do Bloco, se não estou em erro, se estou em erro peço desculpa, no sentido de dar amplamente tempo à Câmara Municipal e retirar tempo aos eleitos desta Assembleia Municipal. -----

## DRAFT

----- Na ordem de 3 vírgula 20, 3 horas e 20 minutos, para agora 2 horas e 50 minutos para a Assembleia, e transportar mais de uma hora para a Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Presidente sabe que há condições para isso ser aprovado, embora nós estejamos, e outras forças políticas, contra! Pronto! Então não valia a pena, sinceramente, no âmbito deste ato democrático, não valeria a pena fazer esta cena, digamos, de recusa e de birra em relação à Assembleia Municipal, fica-lhe muito mal Senhor Presidente da Câmara. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado. Também o Senhor Presidente da Câmara.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhor Deputado, o que lhe fica mal é constatar que existe um absurdo, não o resolver durante anos a fio e ainda por cima assumir aqui que vai votar contra, e pedir-me para pactuar com o absurdo que o Senhor Deputado defende! Oh Senhor Deputado, também há limites para isso, vote lá a favor da alteração do Regulamento e depois vai meter aqui o tempo que o Regimento aqui disser, antes disso não! Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Deputado Luís Newton, também quer fazer uma interpelação à Mesa? Há-de chegar aqui uma hora em que encerraremos os Trabalhos! -----

----- Senhor Deputado, é a hora que está no Regimento, já que está a perguntar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “ Senhor Presidente, eu quero que fique registado que estamos a assistir aqui a um forte condicionamento dos trabalhos da Assembleia Municipal, Órgão independente, eleito em boletim de voto separado, por parte da Câmara Municipal e o Senhor Presidente, É a coisa mais extraordinária, é nas vésperas de ter aceiteado um consenso à volta de uma alteração regimental o Senhor Presidente resolve fazer este número, isto é lamentável, Senhor Presidente, eu não queria deixar passar esta oportunidade sem deixar que este protesto do Partido Social Democrata. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. A Senhora Deputada Cláudia Madeira também pede a palavra para uma interpelação à Mesa.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “ Obrigada Senhor Presidente era só para deixar aqui também uma nota que consideramos que é importante que fique registado. Da nossa intervenção inicial, tínhamos 4 temas enviámos os 4 temas com a antecedência que está a referida no Regimento, o Executivo teve conhecimento desses 4 temas iniciais e fizemos essa

## DRAFT

intervenção e o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, tendo tempo, que está previsto no Regimento, havia ali tempo, nas grelhas de tempo optaram por não responder às 2 últimas questões, dizendo que respondiam por escrito, portanto, é uma pura opção política!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----

----- Não há clima, nem haverá a pena grandes reflexões sobre esta matéria, de todo modo, talvez fosse bom que as Senhoras e os Senhores Deputados, que estão pela primeira vez na Assembleia, e aqueles que estão não que estiveram no mandato passado, e que estão há vários mandatos, refletissem também sobre a alteração de comportamento dos Grupos Municipais neste modelo de debate, em relação ao que passaram a fazer neste mandato e em relação ao que se fazia no mandato anterior e, portanto, também poderão perceber porque é que, como dizia o Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro, que é dos mais experientes nesta casa, como é que este modelo, que sempre teve problemas, passou a ter mais problemas. Basta consultarmos as Atas, vemos as gravações, vemos o número de inscrições de cada Grupo Municipal, o modo como eram formulados, como a Câmara também respondia e, portanto, um modelo que teve sempre problemas, não funcionava bem, mas ia-se fazendo, aqui passou a ser pior, basta nós consultarmos as Atas e termos memória.-----

----- Bem, mas Senhoras e Senhores Deputados querem continuar e portanto, vamos continuar com as intervenções, e a Senhora Deputada Aline Beuvink tem a palavra.” --

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra colocou as seguintes questões:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, boa tarde.-----

----- Pois que Senhor Presidente em Exercício, tem razão, isto o clima não é muito, mas enfim!-----

----- Bom, antes de fazer as minhas perguntas, gostaria de dar os parabéns à Senhora Deputada Carla Madeira, porque, afinal, reconheceu que a Freguesia da Misericórdia precisava e precisa de uma recolha de lixo diária, porque quando o PPM veio aqui recentemente apresentar e sugerir que isso se efetivasse, votou contra e disse que não era necessário, portanto, fico muito contente em saber que mudou de ideias.-----

----- A primeira pergunta que nós tínhamos para o Senhor Presidente, era sobre e é sobre o Museu das Descobertas ou dos Descobrimientos. Há algumas semanas, o Senhor Presidente da Câmara recusou-se a falar sobre o Museu dos Descobrimientos à imprensa alegando, e passo a citar “Nasceu numa polémica que se desenvolveu e eu não a vou alimentar”. Convém voltar um pouco atrás, para compreender como é que nasceu então esta polémica, no programa eleitoral desta administração intitulado “Afirmar Lisboa Como Cidade Global” o Museu das Descobertas era apresentado como, e passo a citar “uma estrutura polinucleada na cidade que incluía alguns espaços, museus já existentes e outros a criar de novo e que, promova a reflexão sobre aquele período histórico, nas suas múltiplas abordagens, de natureza económica

## DRAFT

científica, cultural nos seus aspetos mais e menos positivos, incluindo o núcleo dedicado à temática da escravatura”, fim de citação. -----

----- Aparentemente e, segundo a imprensa, a brilhante museóloga, e nossa colega, a Doutora Simonetta Luz Afonso terá sido convidada para coordenar este museu, mas terá recusado. -----

----- Desde então, não foi encomendado nenhum estudo, nem se sabe qual será a localização deste museu. -----

----- As perguntas então são muito simples: em que o estado se encontra este projeto? Se já foi escolhido um local para a sua implementação e qual a equipa que irá liderar o mesmo? Não podemos avançar com uma ideia projeto e depois fugirmos dele não assumindo as nossas responsabilidades, e o PPM defende que Lisboa precisa de um Museu dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. -----

---- Segundo tema, segunda questão, como é público o Tribunal Central Administrativo do Sul aceitou uma providência cautelar interposta pela Associação de Moradores e Comerciantes de Alfama que contesta o projeto de Arquitetura e o local escolhido para o Museu Judaico de Lisboa, o tribunal suspendeu assim as decisões tomadas pela Câmara Municipal, que viabilizaram a construção do Museu no Largo de São Miguel. Este processo tem sido marcado por muita contestação, primeiro da Associação do Património e População de Alfama, a APPA, depois do Fórum Cidadania Lisboa e, por fim da própria Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, que no ano passado veio defender a escolha de outro local do bairro para a instalação do museu. -----

----- Perante estas críticas foi mesmo criada uma Comissão de Acompanhamento, cujo objetivo foi de tentar conciliar as críticas da população ao projeto arquitetónico e os compromissos já assumidos para a criação do Museu, perante esta realidade gostaríamos de saber como se encontra esta polémica? Isto é, se a Câmara vai contestar a decisão do tribunal e dos moradores ou se de alguma forma o Executivo pondera estudar a hipótese de mudar o local para a implementação do museu? -----

----- Bom, Senhor Presidente da Mesa, já vi que as pessoas não estão muito interessadas em continuarmos esta discussão, talvez provavelmente porque há um jogo do Mundial e como tal... Ah não tem problema Senhor Vereador? Posso continuar com as minhas perguntas? Muito obrigada. -----

----- Terceira questão, na Deliberação de 22 de dezembro de 2010, que autoriza a construção do vulgarmente apelidado “mono do Rato”, o Senhor Vereador Manuel Salgado afirma no ponto 10 desta Proposta “que foram encetadas conversações com a comunidade judaica e o promotor do projeto com vista a assegurar a presença da Sinagoga na frente urbana na Rua Alexandre Herculano, para tanto foi acordado que Aldo Dinis, Limitada, adquiriria o edifício com o número 61 e 61A da rua Alexandre Herculano, reservando os dois países ao nível do solo, para acesso à Sinagoga e os pisos superiores para a instalação jardim-de-infância que hoje ocupa o edifício número 63 e 63A”. -----

----- A fachada do novo edifício será objeto de um tratamento gráfico que representa a Sinagoga no espaço público. Ora, no ponto 11 diz que “a solução de integração

## DRAFT

urbanística do projeto arquitetónico alcançada é melhorada, significativamente, visto que assegura a presença da Sinagoga no espaço público e a correta inserção do edifício na envolvente edificada em particular, por força do alinhamento das cêrceas da Rua Alexandre Herculano”. -----

----- Ora, a nossa pergunta é: existe algum documento escrito que comprova este acordo com a comunidade israelita de Lisboa? Este alegado acordo providencia todas as questões de segurança inerentes à construção deste edificado junto à Sinagoga de Lisboa? Em particular com as projetadas aberturas para o pátio do edifício religioso e os andares subterrâneos para estacionamento, confinados com a Sinagoga? -----

----- Quarta pergunta, em que estado estão as obras do elevador que vai ligar o Campo das Cebolas à Sé de Lisboa? Este projeto já deveria ter sido concluído no Verão de 2017, a obra parou e nunca mais se soube nada sobre o assunto, gostaríamos de saber o que é que a Câmara Municipal de Lisboa tem a dizer sobre o assunto? -----

----- Quinta pergunta, qual o número de famílias, esta é diretamente à Senhora Vereadora Paula Marques. Qual é o número de famílias a viver ilegalmente em casas Municipais em Lisboa? E quantas das suas habitações estão ocupadas de forma abusiva? -----

----- A nossa sexta pergunta é para o Senhor Vereador Ricardo Robles. Senhor Vereador, em que posição está o nosso projeto de remodelar contentores para habitação temporária aprovado na Assembleia por maioria? Vimos que teve oportunidade de acompanhar o Senhor Presidente da República, aqui há uns meses para visitar alguns sem-abrigo, no período mais frio do Inverno, mas sobre o projeto concretamente não sabemos mais nada. O que é que está a ser feito em relação à situação dos sem-abrigo? -----

----- E depois destas questões, queria aproveitar a oportunidade, infelizmente, o Senhor Presidente da Câmara já não está presente, mas queria dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara na sua nova atividade, a sua via pop-rock, iniciada recentemente, na Rock in Rio e que claramente é uma influência da sua mais nova amiga Madonna Louise Ciccone. Cá entre nós, quem o atacou relativamente aos lugares de estacionamento, aliás, lugares, esses que ele disponibilizou por um precinho camarada, não percebeu que ela está no fundo interessado em conduzir a sua futura e brilhante carreira de líder de um grupo pop-rock e que segundo consta já tem nome, “Medina, The Wild Boys And The Lucky Girls” e o PPM deseja-lhe boa sorte neste novo projeto. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada, entretanto os Serviços tinham-nos alertado para que não havia quórum, entretanto há vários Senhores Deputados que já entraram e, portanto, só para vos dar nota que estamos no limite do quórum e, por isso convém que aqueles que já ficaram que agora se mantenham até ao fim dos nossos Trabalhos, para não termos que interromper. -----

DRAFT

-----Vamos dar a palavra ao orador seguinte, já tivemos aqui umas quantas desistências, quem é o orador seguinte? Acho que devíamos chamar o orador seguinte. “-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Cláudia Madeira, do PEV.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Prescinde a Senhora Deputada?”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Francisco Domingues, do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)**, no uso da palavra colocou as seguintes questões:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

----- O nosso país encontra-se desde o passado dia 1 de julho, no nível 4, o mais alto relativamente ao empenhamento operacional dos agentes de Proteção Civil ou no âmbito do dispositivo especial de combate a incêndios rurais de 2018, nos termos do Plano de Operações Distrital nº. 1/2018, do Comando Distrital de Operações de Socorro de Lisboa, o Parque Florestal de Monsanto é uma das manchas florestais do distrito de Lisboa apontado como tendo uma vulnerabilidade elevada quanto ao risco de incêndio rural.-----

----- Tendo presente esse risco o Serviço Municipal de Proteção Civil de Lisboa elaborou, no início deste ano, uma atualização do Plano Operacional Municipal de Lisboa, tendo em conta o risco de incêndios florestais no concelho de Lisboa.-----

----- Da análise do referido documento, e quanto aos meios em termos de veículos e equipamentos inventariados pelo Serviço Municipal de Proteção Civil de Lisboa, como estando disponíveis para o combate a incêndios florestais, contam-se entre outros, meios pertencentes aos Corpos de Bombeiros Voluntários da Cidade de Lisboa mais concretamente quatro veículos tanque de grande capacidade e dois veículos rurais de combate a incêndios.-----

----- Em termos operacional um veículo tanque de grande capacidade será um veículo tanque uma capacidade de água superior a 16 mil litros de água.-----

----- Na cidade de Lisboa existiu até há pouco tempo apenas um veículo tanque grande capacidade, pertencente aos Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique, com capacidade para 22 mil litros de água, que tem presentemente 38 anos de idade e se encontra, dada a sua idade em processo de abate.-----

----- Assim, o PPD/PSD gostaria de solicitar informação à Câmara Municipal de Lisboa sobre se está previsto o reequipamento os 6 Corpos de Bombeiros Voluntários da Cidade de Lisboa, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente com a aquisição de veículos tanque de grande capacidade, tendo presente que o serviço

## DRAFT

Municipal de Proteção Civil de Lisboa atualizou recentemente o seu Plano Operacional Municipal, contabilizando meios operacionais, atualmente inexistentes no Concelho de Lisboa, dado que no Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa têm veículos com estas características. -----

----- Reconhecendo porém o esforço financeiro realizado pela Câmara Municipal de Lisboa no reequipamento do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa, verifica-se contudo que as 6 Associações de Bombeiros Voluntários da Cidade de Lisboa continuam a ter grande importância no socorro prestado aos cidadãos do Concelho de Lisboa, de que a manutenção dos dispositivos integrado e permanente de emergência pré-hospitalar é prova, mediante o apoio financeiro no valor de 19 mil e 200 euros a cada uma das seis Associações de Bombeiros Voluntários, fazendo as contas, porque como já alguém disse no passado, basta fazer as contas, 19 mil e 200 euros é pouco, muito pouco, para a manutenção do referido dispositivo.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhor Deputado, peço desculpa por estar a interrompe-lo, mas eu agradecia às Senhoras e Senhores Deputados, ou bem que se sentam ou bem que vão conversar lá para fora, porque estarem de pé enquanto está um orador a usar da palavra, a fazerem este ruído sistemático de fundo é não nos respeitarmos uns aos outros, e mais do que aquilo que já se tem aqui passado e, portanto, quem não se dá ao respeito não está a prestigiar o Órgão em que está. -----

----- Peço desculpa por dizer isto e peço desculpa por o ter interrompido, mas acho que estava a perder condições para estar a ser ouvido e perceptível. Tem a palavra Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)**, no uso da palavra colocou as seguintes questões: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente.-----

----- Fazendo as contas, porque como já alguém disse no passado, basta fazer as contas, são 19 mil e 200 euros é pouco, muito pouco, para a manutenção do referido dispositivo, sabendo-se que só uma ambulância de socorro custa no mínimo 60 mil euros, o que tem feito com que a maioria das ambulâncias afetas ao socorro pré-hospitalar da cidade de Lisboa, sejam adquiridas em segunda mão no estrangeiro, muitas delas com mais de 15 anos. -----

----- Há mais de 30 anos que os Bombeiros Voluntários da Cidade de Lisboa não recebem qualquer apoio financeiro por parte da Câmara Municipal de Lisboa para a aquisição de uma ambulância para ser empregue no socorro pré-hospitalar. -----

----- A falta de apoios da Câmara Municipal de Lisboa faz com que, neste momento, os seis corpos bombeiros voluntários da cidade de Lisboa tenham graves carências também ao nível do equipamento de proteção individual e de combate a incêndios, recordando-se que todos os dias os membros que combatem incêndios em Lisboa, em apoio ao RSB de Lisboa, mas que desde o longínquo ano de 1992, a Câmara Municipal de Lisboa não comparticipa a posição de qualquer veículo de combate a incêndios, dos Bombeiros Voluntários da nossa cidade. -----

## DRAFT

----- Assim e tendo presente que o PPD/PSD até recebido sucessivas queixas por parte de Corpos de Bombeiros Voluntários da Cidade de Lisboa, com tão diminuto apoio financeiro prestado pela Câmara Municipal de Lisboa às seis Associações de Bombeiros voluntários, gostaríamos de saber qual é o apoio monetário previsto para este ano, com exceção dos 19 mil e 200 euros, resultantes da manutenção do dispositivo integrado e permanente de emergência pré-hospitalar que a Câmara Municipal de Lisboa irá prestar às seis Associações, com vista ao seu reequipamento e manutenção operacional, e se entende que esse valor é justo, tendo presente o relevante serviço que as referidas Associações prestam à nossa Cidade?”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- O próximo orador inscrito.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Diogo Moura, do CDS. Prescinde? Então o Senhor Deputado Modesto Navarro, do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP),** no uso da palavra colocou as seguintes questões: -----

----- “Senhor Presidente, só uma questão muito clara, quando se defende a continuação da Sessão é mesmo para assumir essa responsabilidade, ou seja, para intervir e a Câmara tomará as devidas notas e nós faremos por escrito, obviamente o requerimento daquilo que entendermos, e são três as questões que vou colocar à Câmara.-----

----- Em Benfica temos uma situação preocupante que se prende com a Vila Ana e com a Vila Ventura, são últimos testemunhos históricos e arquitetónicos das quintas e casas apalaçadas do século XIX, na Freguesia de Benfica. Existe determinação da população do Benfica em lutar pela recuperação deste edificado que, como sabemos, faz parte do inventário Municipal do Património, anexo ao PDM de Lisboa. -----

-----Sabemos também que a intenção inicial dos proprietários era a demolição e que vendo essa possibilidade negada seguiram-se anos de agravada de grande degradação e de reiterados incumprimentos na realização das devidas obras. -----

----- Sabemos também que em 2016 foi anunciado um projeto de reabilitação que prevê recuperar e manter as fachadas originais, alterando o seu interior e criando vários pequenos apartamentos.-----

----- Saiu o último inquilino e foi aparentemente dado início às obras, mas o que realmente aconteceu, aquilo que se verifica é que as obras se limitaram à retirada das caixilharias de janelas e pouco mais, o que ainda concorreu para o aceleramento da degradação dos edifícios, agora mais expostos à chuva e a intempéries. -----

----- De facto, verificamos que o alvará, que foi passada em 2 novembro de 2016, e previa a conclusão da obra num prazo de 10 meses, ora, estamos em julho de 2018, o prazo há muito foi ultrapassado e as Vilas agravam o seu estado de conservação. -----

## DRAFT

----- Sublinhamos a necessidade de a Câmara Municipal no âmbito das suas competências, agir e com firmeza necessária, com vista à reabilitação destes edifícios usando todos os meios legais disponíveis, o que vai fazer a Câmara?-----

----- A outra pergunta, das três, a segunda é o Jardim do Caracol da Penha. Dado que um dos projetos vencedores do Orçamento Participativo de 2016 foi o Jardim do Caracol da Penha, e que passado um ano e meio, nada que nós saibamos aconteceu, qual é o ponto da situação da obra e do projeto vencedor?-----

----- A Câmara conversa! Então a Senhora Deputada tem três ou quatro faculdades acima, digamos, do homem, mas neste caso é bom que a Câmara ouça, se não quer ouvir, mas o Senhor Presidente disse que... Que falta de respeito!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhor Vereador João Paulo Saraiva!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra prosseguiu:-----

----- “Que falta de respeito! Se quer que lhe responda é falta de respeito em relação àquilo que está a ser dito!”-----

----- A última pergunta é sobre a situação do Museu Judaica, o Tribunal suspendeu a demolição do edifício no Largo de São Miguel, onde a Câmara de Lisboa quer construir o Museu Judaico, como base uma providência cautelar, apresentada pela Associação do Património e da população de Alfama em outubro de 2017, e que, em janeiro deste ano obteve decisão desfavorável do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, agora após recurso, um acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul deu razão à Associação.-----

----- De acordo com a decisão, para cumprimento imediato, fica suspensa a eficácia das deliberações da Câmara Municipal sobre a obra, e é determinada a não demolição dos edificadados existentes, no qual o projetado para museu e respetivo edifício de apoio.-----

----- A Presidente da Associação realçou que a denúncia da situação não é contra o Museu Judaico, porque a presença de judeus está desde há muitos séculos ligada à história de Alfama. Entendemos, disse ela, que o Museu Judaico é importante, só que entendemos que o projeto da Câmara vai descaracterizar aquela Largo, pressionar ainda mais aquela zona do bairro, afirmou, considerando que existem outros espaços na zona onde pode ser construído.-----

----- O PCP defende que a Câmara Municipal deve ouvir a população e em conjunto encontrar uma solução alternativa de localização. Quais os desenvolvimentos e conclusões derivados da única reunião que se fez com os moradores? Foi criada uma Comissão de trabalho nessa ocasião? O que é que sucedeu?-----

----- Face aos problemas de acesso à habitação que têm fustigado a população de Alfama, o PCP pergunta se a Câmara Municipal, coloca a possibilidade de poderem construir habitações municipais no Largo de São Miguel, para rendas acessíveis, reivindicação que a população está a fazer através de circulação de um abaixo-

DRAFT

assinado. Também perguntamos ao Senhor Presidente se a Câmara Municipal já equacionou outra localização para a construção do Museu Judaico? Muito obrigado.”--

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Só para informar as Senhoras e os Senhores Deputados, que segundo indicação dos Serviços o quórum está preso por um Deputado e, portanto, espero que se mantenham!-----

----- Vamos continuar.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Miguel Graça, dos Independentes.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados. -----

----- Pretendia aqui fazer uma pergunta adicional ao Senhor Vereadores Ricardo Robles, que depois espero que a Câmara também transmita, na sequência da resposta que foi dada, tínhamos uma pergunta adicional, mas antes o comentário sobre o que foi referido. -----

----- Como é natural e sabemos, todas as transições de mandatos têm compromissos e este mandato não é diferente dos anteriores, pelo que a redução, a nosso ver, do RAAML não poderá ser justificado por uma assunção de compromissos, tendo aumentado o valor do orçamento pelouro para 12 milhões de euros, isto permitiria aumentar o valor do RAAML para o valor que se pretendia desde o início do processo, até porque a decisão de atribuir os cerca de 500 mil euros, que foram aqui referidos pelo Vereador, é da Câmara e particularmente o Vereador Ricardo Robles e não uma imposição do orçamento, que este pode usar como bem entender dentro do limite dos 12 milhões que tem do pelouro.-----

----- Relativamente ao júri, concordamos absolutamente com o que foi dito pelo Senhor Vereador, aliás, não podíamos concordar mais com o que ele referiu, um júri deve ser independente, primar pela transparência nunca alterar, obviamente, as decisões que tomou, seja interno, externo, ou misto, aliás, todos estes modelos a nosso ver, são todos eles, desde que sejam dadas condições independentes e isentos, não tem a ver com o tipo de júri, mas com as condições que se lhe dão. -----

----- Por fim, gostaríamos de referir que o Vereador na realidade acabou por não dar resposta a nenhuma das perguntas que fizemos por escrito, e que eram relativamente de objetivas, que seriam, quais as entidades que foram apoiadas no ano passado, por comparação este ano? Qual o número de candidaturas recebidas? Quais as áreas de intervenção contempladas no ano passado por comparação a este ano? E quais as entidades e respetivos projetos para quem a Câmara tem valores em dívida e a sua razão?-----

## DRAFT

----- Nós vamos enviar, obviamente, estas questões por escrito, como já o fizemos, mas gostaríamos também de acrescentar uma pergunta face às declarações do Vereador em resposta, ao que o colocámos, e a pergunta será esta, portanto, quando é que será lançado e em que moldes o Programa de Apoio aqui referido a projetos continuados, no território, na área da intervenção social dado que para os projetos e áreas que não serão apoiados este ano pelo RAAML, o financiamento, obviamente e, como como sabemos já acabou e os projetos irão encerrar em breve. Muito obrigado.”

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. O Orador Seguinte, isto está-se a tornar uma tradição Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra colocou as seguintes questões:-----

----- “Quero destacar, Senhor Presidente, que apesar de todos os esforços abana, mas não cai!-----

----- Senhor Presidente, eu antes de começar a minha intervenção, queria fazer aqui uma nota prévia, obviamente, a descontado do meu tempo, já que não posso facilitá-lo à Câmara, porque já não o tem, a fazer aqui um parênteses e um alerta.-----

----- Durante a sessão de hoje ouvimos aqui, reforçado agora novamente pelo Senhor Deputado Miguel Graça, dos Independentes, uma troca de acusações particularmente grave, Senhor Presidente.-----

----- E sobre isto não vi nem a Câmara, nem mais ninguém na Assembleia Municipal, pronunciar-se, e é estranho! Porque nós assistimos claramente a uma troca de acusações entre o Senhor Vereador Ricardo Robles e o Senhor Deputado Miguel Graça, que incidiam sobre o facto de a Câmara Municipal de Lisboa, em ano de eleições ter assumido compromissos financeiros na área dos direitos sociais, acima daquilo que, inclusivamente, o próprio orçamento o permitia! E isto é grave, Senhor Presidente, isto é grave!-----

----- Veio o Senhor Vereador Ricardo Robles dizer que tinha um conjunto de despesas para pagar, para além daquelas que estavam, obviamente, dentro daquilo que eram os objetivos para este ano o seu orçamento, que resultavam de compromissos assumidos em anos anteriores, pela Vereação. E sobre isto, Senhor Presidente, não temos estado a ouvir mais nada, isto é muito grave, Senhor Presidente! Zangam-se as comadres, mas depois ninguém reage!...-----

----- A segunda questão, Senhor Presidente, que eu quero aqui colocar tem a ver com entusiasmo com que o Senhor Presidente da Câmara demonstrou, perante uma intervenção do CDS, que a ele competia-lhe uma capacidade soberana, que era a de exercer um magistério de influência política significativo tanto no Governo como na Assembleia Municipal, para procurar resolver problemas que não estando na esfera de competências da Câmara Municipal, não deixavam de afetar a comunidade, que nós

## DRAFT

servimos em Lisboa, neste caso a comunidade que ele serve! E, por isso, eu pergunto, Senhor Presidente, tendo o PSD e o CDS alertado para o impacto negativo da implementação das 35 horas, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, estamos nós, neste momento a assistir claramente um défice do Serviço Nacional de Saúde ,e a um défice de oferta hospitalar e da capacidade do nível de serviço dos hospitais e dos centros de saúde da cidade de Lisboa, que magistério tem utilizado o Senhor Presidente da Câmara para procurar atenuar esta situação e minorar o impacto negativo que uma decisão que o PSD e CDS em tempo útil, tinham dito que não eram exequíveis num futuro imediatamente próximo, está a ter, neste momento, sobre os lisboetas?-----

----- Situações de pessoas que estão em trabalho de parto terem que ser movimentadas, por incapacidade de resposta dos hospitais, para algo que nós já tínhamos alertado que não era possível implementar! Isto é gravíssimo também, e eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores, o que é que está a ser feito no total magistério, enorme magistério, de influência política para resolver os problemas que não estão no âmbito das competências da Câmara Municipal, são passíveis de ter a intervenção do Presidente de Câmara, em esfera da Assembleia da República e do Governo? -----

---- E por fim, o Senhor Presidente, ainda que o PSD possa gozar de 16 minutos de intervenção, há uma pergunta que está muito atual, este Governo da cidade já nos habitou um conjunto de trapalhadas no âmbito daquilo que é os mecanismos de concessão em matérias de equipamentos e espaços públicos. -----

----- Já foi o que foi com a questão da remoção de graffitis, em que a Câmara se viu forçada a ter que rever a decisão do seu júri, e ter que indemnizar uma das partes e reverter o processo de cisão, e agora verificamos uma nova novela, mas em matéria de licenciamento de espaços de publicidade na cidade de Lisboa. E a pergunta que importa aqui fazer, Senhor Presidente, e que infelizmente parece que não vamos ter resposta por parte da Câmara Municipal, é o que é que se está a passar? Que milhões são estes que têm estado constantemente, por má gestão da Câmara Municipal, a serem desperdiçados no âmbito dos próprios concursos? Que competência ou falta dela, está a acontecer no âmbito da avaliação dos júris e dos programas, e dos e dos concursos que são lançados pela própria Câmara Municipal, que levam sistematicamente a cada novo concurso ter que o erário público e os contribuintes depender mais uns quantos milhões, e reverter decisões que tinham sido decididas pelo próprio júri, isto é grave! Isto é grave!-----

----- E termino, Senhor Presidente, com uma pergunta que tem sido feita insistentemente pelo PSD, e para a qual continua a não haver resposta por parte do Partido Socialista e da Câmara Municipal, os processos pendentes, como é que estão? Já há decisões ou não? Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos passar ao orador seguinte.” -----

## DRAFT

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O senhor Deputado Francisco Rodrigues dos Santos? Prescinde. O Senhor Deputado Fábio Sousa, do PCP, já não está. O Senhor Deputado Rodrigo Mello, do PSD.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD),** no uso da palavra colocou as seguintes questões: -----

-----“Obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhores Deputados Municipais.-----

----- Muito rapidamente, a questão que eu tinha para colocar a Câmara, e decidi fazê-lo hoje novamente, prende-se com o facto de já ter sido entregue no requerimento ao qual a Câmara não respondeu, já terem sido pedidas audiências ao Vereador do Urbanismo e à anterior Administração da SRU, às quais também não houve resposta até hoje e, portanto, venho aqui falar novamente da questão do procedimento de arrendamento da Sociedade de Reabilitação Urbana e, designadamente, para perguntar à Câmara em que pé é que está toda essa trapalhada, que foi esse processo de arrendamento? Isto porque não temos resposta ao nível da Assembleia, não temos resposta ao nível dos requerimentos, vai-se o *site* da SRU, o que refere é um despacho sem data que data de abril, no site da Câmara Municipal pouco ou nada se sabe, e resta a comunicação social, e pela comunicação social ficamos a saber pelo Diário de Notícias do dia 27 de junho, que entretanto, entraram queixas na Comissão Nacional de Proteção de Dados, porque a Câmara fez um relatório que devassava a vida privada das pessoas, que entraram queixas também na Provedoria de Justiça, e por fim ficámos a saber que um conhecido advogado da nossa praça, cujo apelido não será estranho ao executivo camarário, o Doutor Ricardo Sá Fernandes, irá representar os lesados do processo da SRU, tendo inclusive já contestava a anulação e anunciado um recurso à justiça e, por isso, dado que as únicas informações que temos são as que vem na comunicação social, nesta Assembleia e do ponto de vista institucional, perguntar à Câmara qual é o ponto de situação deste processo? Inclusive se a Câmara já celebrou algum contrato de arrendamento com alguém, no âmbito daqueles que foram selecionados por iniciativa da própria Câmara, e à margem das regras do concurso?-----

----- Por último, e porque o Senhor Presidente da Câmara há pouco referiu que se tratou de um erro, fazer também a seguinte pergunta a Câmara: no relatório de contas da SRU de 2016, o segundo processo de arrendamento foi concluído e constava do relatório de contas que as rendas tinham ficado em média a 35 por cento acima do valor base. Esse relatório, já era o Doutor Fernando Medina, Presidente da Câmara foi aprovado em Sessão de Câmara, a pergunta que se também coloca agora é: a partir de que percentagem de variação face ao valor base, é que a Câmara assume que é um erro ou não? Porque com 35 por cento não foi um erro e as casas foram atribuídas, com este último procedimento foi um lapso, foi um mal-entendido, foi uma falta de comunicação, foi um erro, qual é percentagem partir da qual a Câmara assume que há erros?”-----

DRAFT

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. A próxima inscrição.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “ A Senhora Deputada Cristina Castelo Branco? Também não está.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra continuou:-----

----- “Entre as desistências e os que não estão, penso que encerrámos a lista de inscrições e a nossa Sessão de hoje. -----

----- Muito obrigado a todos.”-----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e vinte e três minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AM/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----